Condições e Missão da Comunidade Luso-Brasileira

e outros ensaios

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

Agostinho da Silva

Condições e Missão da Comunidade Luso-Brasileira

e outros ensaios

Organização e prefácio de
Henryk Siewierski

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília, 2009

Direitos de publicação reservados à

Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034
Fax: (61) 3411 9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@mre.gov.br

Capa:
Satyro Marques (1935)
Cavaleiros do Apocalipse
Óleo sobre eucatex - 60x60cm

Equipe Técnica
Eliane Miranda Paiva
Maria Marta Cezar Lopes
Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves

Programação Visual e Diagramação:
Juliana Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2009

Silva, Agostinho da.
Condições e missão da Comunidade Luso-Brasileira e outros ensaios / Agostinho da Silva; organização e prefácio de Henryk Siewierski. – Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

200 p.

ISBN: 978-85-7631-144-7

1. Política externa – Brasil. 2. Comunidade Luso-Brasileira. 3. Cultura – Comunidade Luso-Brasileira. I. Siewierski, Henryk. II. Título.

CDU 327(81)
CDU 008(=134,3)
CDU 061.1:008(=134,3)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Prefácio **7**

A Cultura Brasileira 15

Condições e missão da Comunidade Luso-Brasileira 23

Centro de Estudos Brasileiros 37

Notas para uma posição ideológica e pragmática da Universidade de Brasília 45

Ensaio para uma teoria do Brasil 65

Perspectiva brasileira de uma Política Africana 99

Sobre opressão 111

Para exprimir o quê? 115

De que há Macau 121

Da existência do CEAO 127

Embora pondo como um caso... 133

Ciclos de alargamento 143

Nota breve, e numerada, sobre fronteiras 155

Anexos **163**

Vida conversável (fragm.) – *Agostinho da Silva* *165*

Agostinho da Silva nas origens da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – *José Aparecido de Oliveira* *173*

Agostinho da Silva: pressupostos, concepção e ação de uma política externa do Brasil com relação à África – *Pedro Agostinho* ... *177*

Notas **193**

PREFÁCIO

Prefácio

Agostinho da Silva (1906-1994), português de nascimento, foi também cidadão do Brasil e do mundo lusófono, cuja identidade singular, cuja unidade e diversidade ele defendia e ajudava a preservar e a construir de uma forma inigualável, em que a palavra e a ação se complementavam e se confundiam. Autor de inúmeras obras escritas, teóricas e literárias, filosóficas, pedagógicas, e também tradutor, Agostinho da Silva expressava-se, antes de tudo, com a viva voz de um professor e de um educador, numa busca insaciável do saber e do além do saber, em constante diálogo com o mundo e com o outro.[1]

Os anos que Agostinho da Silva passou no Brasil, entre 1944 e 1969, deixaram marcas profundas, mas ainda pouco foi feito para que seu legado pudesse ocupar o devido lugar na memória cultural e intelectual do país. Por um lado, há um fascínio, uma lembrança viva entre os que tiveram a oportunidade de conhecê-lo e de terem sido seus discípulos e amigos; nas universidades começam a surgir teses de mestrado e doutorado sobre sua obra**;** por outro lado, contudo, as fontes são de difícil acesso, não há edições brasileiras das suas obras, o cânone cultural e intelectual ainda resiste ao que era heterodoxo demais para uma canonização e uma inserção na memória coletiva.[2] Há, no entanto, depoimentos e testemunhos que apontam a necessidade de um conhecimento e uma avaliação mais cuidadosos do papel que Agostinho da Silva teve no Brasil. Entre eles se destaca, publicado nos anexos deste livro, o depoimento do ex-ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira, que considera Agostinho "o grande formulador

de tempo novo da lusofonia" que influiu muito na formulação da idéia da ICALP e que, no período de Jânio Quadros, exerceu grande influência na "formulação da nova política exterior do Brasil (...), contemplando prioritariamente não só os países de língua portuguesa, mas o continente africano".[3]

Agostinho da Silva nasceu em 13 de fevereiro de 1906, na freguesia do Bomfim, Porto, e até os cinco anos fora criado em uma aldeia às margens do Alto Douro, Barca D'Alva, perto da fronteira com a Espanha. Foi ali que "cresceu o essencial de Agostinho, na sua própria avaliação: bilíngüe de português e castelhano, vendo fronteira como traço de distinção e união, não de separação, mais afinado com os que estavam na mó de baixo da sociedade do que dos que lhe estavam no topo e se pensavam como elites".[4]

Formou-se em Filologia Clássica pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde também fez doutorado (1929). Foi bolsista na Sorbonne, no Collège de France (1931-1933) e no Centro de Estudos Históricos de Madrid (1935-1936). Ingressou no ensino secundário oficial em 1929 e dele foi expulso pela ditadura salazarista em 1933, por ter-se recusado a assinar uma declaração de não pertencer a sociedades secretas (mesmo que não tivesse pertencido), exigida dos funcionários públicos pelo governo de Salazar. Esse e a carta escrita e divulgada por Fernando Pessoa foram os dois únicos protestos que houve em Portugal contra tal atentado às liberdades do indivíduo.

Demitido e sobrevivendo de aulas particulares, Agostinho da Silva dedicou-se a um ambicioso projeto de publicações periódicas, conhecidas como "Os Cadernos", por ele mesmo escritas e editadas, que levavam aos leitores de todos os cantos de Portugal e de todas as camadas sociais a cultura de nível universitário em linguagem acessível. Foi também uma escola de pensamento crítico e livre, em deliberado confronto com a ditadura. Preso em 1943 e confinado em exílio interno, decide-se por um exílio voluntário, partindo em 1944 para o Brasil.

No Brasil, Agostinho da Silva lecionou e participou da fundação de várias instituições de ensino e pesquisa superior, como as Faculdades de Filosofia das atuais Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal da Paraíba, a Universidade Federal de Santa Catarina, o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, o Centro Brasileiro de Estudos Portugueses da Universidade de Brasília e o Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Federal de Goiás. Como assessor do presidente Jânio Quadros, desenvolveu ações de aproximação entre o Brasil e os países africanos. Em 1969 retorna a Portugal, onde, a partir da década de 1980, suas idéias ganham uma grande repercussão e popularidade.

***

O Brasil não era para Agostinho da Silva um país de desterro, nem a terra de criar raízes. Apesar de uma permanência de um quarto de século, era uma terra de passagem, em que ele cumpria o destino e a vocação dos portugueses, "a capacidade de andar ao biscate vendo o que podem fazer num sítio" e depois ir "para outro lado fazer outra coisa"[5]. São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, João Pessoa, Brasília, Florianópolis – eis os principais lugares por onde passou, entregando-se à vida brasileira, "muito mais ampla, muito mais livre"[6], deixando obras que não eram de pouca monta e muitos amigos e discípulos, marcados pela ousadia, amplitude e originalidade do seu pensamento, intensidade do seu trabalho pedagógico e uma atuação sempre solidária, visando à transformação das condições de vida em nome da libertação e da realização pessoal e comunitária.

A chegada ao Brasil, vista anos depois, parece a Agostinho da Silva uma reviravolta na percepção da própria identidade e uma mudança radical de rumo, mas não tão radical que não pudesse permanecer também no âmbito do destino português.

"Então ao chegar ao Brasil logo várias coisas foram sucedendo. A primeira, talvez, foi que me encontrei a mim próprio, de repente,

descobri-me, sem que houvesse qualquer ato voluntário (...). Portanto, a primeira coisa que apontaria na minha estada no Brasil foi a abertura de mim próprio, eu fui outro. Provavelmente, porque ninguém se transforma por completo, eu era o mesmo de Portugal, só que aqui estava metido naquela armadura dos guerreiros medievais e que achava que devia ser a norma corrente (...). No Brasil tudo isso desapareceu completamente, entreguei-me à vida brasileira, muito mais ampla, muito mais livre e, aos olhos europeus, aos olhos portugueses, muitas vezes censurável em muitos dos seus aspetos".[7]

Entregando-se à vida brasileira, Agostinho da Silva não deixa de se identificar com sua pátria portuguesa, mas é uma identificação que rompe com os modelos estreitos de nacionalidade em nome de uma humanidade livre e aberta.

"Afinal, o que era? Eu como que dei um pulo atrás de mim próprio e fui inserir-me no século XV, por exemplo, e sentir o mesmo que sentiram os portugueses idos em direção a África para fugirem do regime econômico, social e religioso de Portugal, ou que depois se estabeleceram no Brasil. Quer dizer, o que o Brasil fez comigo, logo que lá desembarquei, foi fazer-me dar um pulo como se tivesse pisado uma mola no chão, para ir cair aí pelo século XV ou XVI".[8]

A viagem ao Brasil é como se fosse uma viagem no tempo que permite desembarcar no "Terceiro Dia da Criação". Diferentemente de Keyserling, Agostinho da Silva não se limita a meditar. Ao recuperar o tempo e a liberdade perdidos, de volta a um mundo ainda em pleno processo de criação, vai aproveitar a chance de viver como se tudo ainda pudesse ser feito de novo, sem adulterar o plano original como, segundo ele, aconteceu no Velho Mundo.

A terra prometida está sob os pés e não pode ser tratada como terra do exílio. O futuro desejado não é objeto de visão ou profecia, mas está incorporado no presente, numa vida que procura ser plena e livre para conhecer o mundo e ajudá-lo a cumprir seu destino – destino esse que corresponde aos mais profundos desejos do homem.

No Brasil, terra de encontro, mas também de confrontos – confrontos de raças e culturas – Agostinho procurava ajudar o país a cumprir a sua vocação, investindo no trabalho de aproximação a partir da valorização, da investigação e da documentação da sua herança multicultural, tanto no quadro nacional como internacional, com atenção especial às culturas ligadas pelos laços da língua portuguesa.

Diferentemente do que Stefan Zweig, em seu *Brasil, país do futuro*, Agostinho da Silva não declarava o Brasil país do futuro porque estivesse atrasado e um dia iria alcançar a Europa, mas porque estivesse adiantado e precisaria esperar, sacrificando-se para que a Europa evoluísse no que realmente interessa, ou seja, nas "capacidades de simpatia humana, de imaginação artística, de sincretismo religioso, de calma aceitação do destino, de inteligência psicológica, de ironia, de apetência de viver...", diz no seu "Ensaio para uma teoria do Brasil". Agostinho não declarava também o Brasil país do futuro para agradar os brasileiros, antes para desafiá-los como um mensageiro que veio da Europa para confirmar que aqui é o "futuro do passado" e que no nevoeiro em que o mundo está – assim como estava nos tempos em que Fernando Pessoa escrevia a sua *Mensagem* – "é a hora" de agir.

A diversidade e a amplitude de ações não deixavam muito espaço para uma meditação que se concretizasse em textos teóricos. Quanto aos textos escritos no Brasil, o que predomina quantitativamente são cartas e ofícios. O testemunho e a obra de Agostinho da Silva no Brasil são mais de vida, de ação, de exemplo, e não das doutrinas ou das teorias, as quais, ele não prezava muito. Seus textos dessa época são principalmente anotações nas horas vagas entre uma ação e outra, traduções, entrevistas e depoimentos, idéias que se cristalizavam em ação, mas não chegavam a petrificar-se num sistema. Mesmo assim, e talvez por isso mesmo, merecem a atenção como um subsídio imprescindível para que se possa compreender melhor o legado por ele deixado no Brasil, a sua contribuição do pedagogo e do visionário, do homem de ação

educativa e social e o seu papel na definição dos rumos da política externa brasileira, em particular.

Brasília, março de 2008.

Henryk Siewierski

A Cultura Brasileira

A Cultura Brasileira*

Embora abafado pela cortesia ou pela real admiração pelo país ou pela modesta admissão de que se trate de ignorância própria, chega-nos de quando em quando o eco de um espanto pela falta de originalidade do que, fora do Brasil, aparece como a representação ou o produto de suas possibilidades culturais. O que podem supor os que têm do Brasil apenas a impressão que lhes transmitem os escritores de mais geral fama, fora dos géneros a que poderemos chamar líricos, ou os conferencistas ou os professores universitários, é que estamos apenas copiando Europa ou América, sem nenhuma espécie de originalidade e sobretudo sem aquele centelhar de esperanças novas que tanto a Europa propriamente dita como o seu prolongamento, ou agravamento, que é a América do Norte desejariam ver surgir nalgum canto do mundo e estariam como que preparadas por um conjunto de circunstâncias a tomar do Brasil. O mais grave ainda, para sermos inteiramente francos, é que, em grande parte das vezes, a imitação lhes aparece, além do mais, com os traços de uma involuntária caricatura.

É evidente que tinha de ser esta a consequência, dadas às bases em que assenta a chamada cultura brasileira e dado o desconhecimento que é justificável tenham os estrangeiros de certos pormenores ou demasiado subtis ou demasiado ocultos do que se passa nos meios de alta cultura e que garantem ou apontam, apesar de tudo, uma originalidade do Brasil. Tomada no conjunto, a cultura do Brasil vive ou com saudades da Europa ou tendo por meta a realização americana. Nada distingue a ciência brasileira da ciência europeia, a não ser a sua

* Originalmente publicado em *57*, Lisboa, n.º 5, setembro de 1958. Aqui seguimos a edição de: Agostinho da Silva, *Ensaios sobre a Literatura e Cultura Portuguesa*. Vol. 1. Coordenação geral e organização de Paulo Borges. Lisboa: Âncora Editora, 2000.

menor pujança; nada distingue a arte brasileira da arte europeia, a não ser a sua menor originalidade; nada distingue a filosofia brasileira da filosofia europeia, a não ser a sua quase total inoperância. Como nada distingue as academias brasileiras das europeias, a não ser que ainda são mais velhas; ou as universidades das suas congéneres de além-Atlântico ou além-México, a não ser que têm menos tradição; ou, de um modo geral, as escolas brasileiras das escolas europeias, a não ser que ainda são mais restritivas de qualquer livre e amplo desenvolvimento do espírito do homem.

Por todo o mundo vão as elites sem rumo e as nossas fazem nisto parte das elites de todo o mundo; nenhum esforço profundo, nenhuma séria e audaciosa reflexão faz que deixemos de passar de extravagância a extravagância ou de moda a moda, sem que sequer se tenha a consolação de verificarmos que fomos criadores do novo ópio; não há nem o início de um pensamento nosso, nosso e portanto novo, e, porque novo, digno da real atenção do universo; não há nem o início de uma política nossa. Ligada naturalmente a uma forma nossa de economia, que viesse resolver aqueles problemas de economia mundial e de política mundial e de humanidade mundial, digamos assim, que não podem resolver nem o totalitarismo da liberdade, à maneira americana, nem o totalitarismo da planificação, à maneira russa; e, mais grave do que tudo, não há nem o início de uma ciência nossa.

No entanto, basta que o observador, pondo de lado os livros das bibliotecas eruditas, e os quadros dos museus ou exposições eruditas, e as reuniões dos homens eruditos, que com tanta frequência se exportam ao estrangeiro, viaje pelo interior de Rio Grande ou Minas ou atravesse os sertões do Nordeste e se demore com alguma atenção no estudo daquela gente que um dia alimentou o Brasil, ou lhe deu as primeiras bases daquele barroco que é apenas um dos aspectos de um maior barroco atlântico tão demorado em surgir, ou afirmou em Canudos, morrendo, o seu direito a originalidade, basta o conhecimento embora ligeiro daquele Brasil que se recusa a julgar seu destino, esperar no cais o último e louco ditame de além-mar, para entender como está

inteiramente errado o Brasil que os estrangeiros conhecem e, por outro lado, para perceber como assenta em bases inteiramente brasileiras uma literatura como a de Mário de Andrade ou uma arquitectura que, no melhor, já vai unindo a abstracção e o barroco.

Se esse povo se pudesse afirmar, viria primeiro a derrocada de todas as imitações filosóficas que as escolas teimam em impor ao jovem estudante brasileiro; não teríamos mais aristotelismos de jeito alemão ou francês, de qualquer modo nitidamente europeus, aristotelismos adaptados a uma política do poder, e não aristotelismos de fraternal convivência como foram os da Península Ibérica, enquanto a Europa a não dominou também; porventura teríamos aquela sonhada fusão, numa unidade mais vasta e aí verdadeiramente perene, de aristotelismo e platonismo; mas, pelo menos, não haveria mais kantismos e empirismos de importação, tão culpados na criação de falsas aristocracias, e sobretudo aquelas várias espécies de positivismo nas quais os homens se esquecem de que é absurda toda a filosofia que não culmine numa teologia; viria a derrocada de toda a política movida à maneira inglesa ou francesa por cepticismos ou por interesses económicos e desapareceriam todas as saudades que ainda existem de regimes que têm por base a ideia de que não é o governante responsável perante Deus; viria a derrocada de toda a arte em que o artista nunca entendeu que ela é fundamentalmente uma liturgia em que se fundem uma liturgia, digamos de adoração, e uma liturgia de criação do Céu na Terra e em que, por conseguinte, não pode ser oficiante o homem cujo pensamento ou cuja vida vagam na desordem: em que o artista tem de ser puro, não porque cumpre um código de preceitos, mas porque no acto, é puro o seu espírito; viria a derrocada de toda a ciência que o Amor não move, mas que pelo contrário nos aparece no mundo de hoje cada vez mais acelerada pelo ódio; só pode ser vivificada pelo livre sopro daquele Espírito Santo cujo culto, tenazmente, o povo brasileiro conserva e defende.

Tudo isto que está imerso na liberdade gaúcha ou na beleza dolorosa e frágil das violadas de roça ou nas carrancas do S. Francisco

ou nos folhetos das feiras nordestinas; ou que já teve uma primeira e fragmentada expressão nos novos edifícios brasileiros, nas Escolinhas de Arte ou nos sábios do Instituto Oswaldo Cruz; tudo isto poderá de súbito eclodir numa explosão de Primavera do mundo e, dando as mãos a movimentos novos das terras portuguesas, trazer ao universo aquele novo tipo de existência que não será marcado pela submissão à cidade ou pela caridade perante o degradado irmão, mas pela possibilidade para cada indivíduo de ser um criador no campo da Arte ou no campo da Ciência ou, no que é talvez mais importante, no de sua própria Vida.

Nada haverá, porém, sem que por deliberada acção dos homens ou pelo oculto império das forças propulsoras ou explicadoras da História, de que jamais falam os historiadores oficiais, se tornem inteiramente diferentes as condições económicas, pedagógicas e de convivência política do homem brasileiro e sem que se acabe de vez com a ideia de um Brasil puramente litoral que olha, meio desconfiado, meio temeroso e ao mesmo tempo superior, para o Brasil dos sertões; neste último ponto, tem de se considerar que o movimento dos bandeirantes nada mais sofreu do que uma interrupção, devida provavelmente à pressão de um estrangeiro ao qual mais que tudo convinha a existência de um Brasil puramente marítimo. Como outrora, o Brasil tem de voltar as costas ao mar, para que a ele torne um dia como vencedor; isto é, como dominador de si próprio.

No que respeita à economia, a necessidade fundamental é a de que todo o brasileiro tenha acesso às fontes de riqueza e seja tratado essencialmente não como produtor mas como consumidor; não creio que ainda aqui se possam importar sistemas europeus e nos possamos contentar ou com a propriedade estatal ou com as cooperativas: à primeira se opõe o sentido de liberdade do brasileiro e ao segundo método o considerar ele, com toda a razão, que há coisas que têm muito mais importância do que o cuidar da própria subsistência; também não tem sentido algum, perante a técnica moderna, defender a pequena propriedade: o ideal seria a criação de autarquias económicas, confiadas

a homens de espírito bandeirante, que funcionassem, perante o Estado, como empresas capitalistas, mas perante o consumidor como cooperativas.

Quanto a escolas, tudo o que há a dizer é que todas elas estão completamente erradas, senão quanto ao presente, pelo menos no que há a fazer pelo futuro; são escolas de ensinar, quando o brasileiro requer escolas que sejam, como a Vida, de aprender; são escolas de professores, quando deveriam ser escolas de alunos; são escolas de repetir, quando deveriam ser escolas de criar, são escolas que se não importam para nada nem com a realidade nem com o ideal brasileiro; são finalmente escolas que pesadamente existem, quando o ideal a que deve tender uma escola é exactamente aquele a que deve tender o Estado: o de não ser. E só uma economia que exista o menos possível, e só uma escola que exista o menos possível, podem ser a base de uma convivência humana que seja fundada sobre a fraternidade e não sobre a lei, sobre a liturgia e não sobre a conquista, sobre o predomínio da vontade de Deus e não sobre o predomínio da vontade do homem. Convivência que poderá ser a maior dádiva do Brasil ao mundo.

Condições e Missão da Comunidade Luso-Brasileira

Condições e Missão da Comunidade Luso-Brasileira*

E será sua alma como um jardim regado...
Jer. 31

Por mais numerosas que sejam as boas vontades e por maiores e mais desinteressados que possam ser os esforços no sentido de sua realização, nunca a Comunidade Luso-Brasileira passará do nível dos projetos ou dos temas de oratória, enquanto se não tiver a plena consciência de que se não trata somente de arquitetar mais um bloco econômico ou político ou de ligar por um impulso puramente sentimental regiões que têm de comum a origem, as tradições ou a língua. Quer isto dizer que não bastará uma consciência das chamadas realidades; ou das forças mais próximas da poesia lírica, e até sobretudo da má poesia lírica, do que das forjas revolucionárias que realmente modificam a estrutura do mundo humano e o tornam mais próximo de sua estrutura divina; ou qualquer dos outros dinamismos habituais para levar a cabo, ou sequer para iniciar, um movimento que poderá, nas suas conseqüências, ser o mais importante da História, e que não valerá mesmo a pena realizar se efetivamente o não for.

A Comunidade Luso-Brasileira tem de ser, quando existir, não outra qualquer espécie de Império, uma força concorrendo com outras forças, uma outra centralização que siga a monótona corrente das

* Comunicação apresentada no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros em Salvador, no ano de 1959, cujos arquivos, inéditos, encontram-se preservados na Universidade Federal da Bahia. Texto recuperado pela Profa. Fátima Brito, do Instituto de Letras da UFBA e publicado em: *Presença de Agostinho da Silva no Brasil*. Organização de Amândio Silva e Pedro Agostinho. Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa, 2007.

centralizações, mas realmente o começo de uma vida nova para a Humanidade, o primeiro passo seguro para a reconquista de um Paraíso que só tem estado em espírito de teólogos ou filósofos ou de poetas, mas que jamais entrou nas cogitações de políticos; a linha mística e religiosa tem de ser aqui mais importante do que as argúcias dos realistas que manejam homens como se eles não fossem à imagem e semelhança de Deus: e nenhuma economia, nenhuma sociologia, nenhum ato humano verdadeiramente criador tem de ser considerado senão como o sinal, a manifestação e a indicação de que está na vontade divina, na própria estrutura do evoluir do mundo, que ele siga pelos caminhos a que a Comunidade o pode dirigir.

E neste ponto, como sucede quando pessoalmente se põe o mesmo problema, a primeira tarefa que há a enfrentar é a de eliminar toda a conseqüência dos erros que houve no passado; neste sentido *é o que foi remodelável*, porque podemos desistir do que, quaisquer que tenham sido as suas justificações históricas, se revelou incompatível com o que era a verdadeira natureza. Se cultura, para o indivíduo, é, na sua melhor expressão, despir-se do acidental para que apenas brilhe a partícula de eterna chama que lhe coube revelar aos homens, do mesmo modo tem o que vier a servir de base à Comunidade, e essa base a oferecem naturalmente todos os conjuntos humanos que atualmente falam a nossa língua, de pôr de parte tudo que os acidentes do tempo o fizeram tomar. O primeiro dever dos guias dos povos por Deus chamados à criação da Comunidade é, antes de mais nada, antes de qualquer pensamento de integração convivente, mas sem que nela deixem de pensar, porque então nada se fará, o dever de ser bastante corajoso para o ato público de penitência que consiste em despir de vez o que a história impôs: roupagens de figuras de teatro serão inúteis para o que há a fazer; do que se precisa é de corpos nus de atletas, porventura de mártires.

Tendo vestido o alheio, cumpre despi-lo na praça. A primeira vestidura será a do cesarismo centralista que fez do povo com mais possibilidades democratas e maior vocação municipalista que jamais

houve no mundo o seguidor apagado e triste de quanta renovação de paganismo e de romanismo a Europa inventou para, em seu próprio proveito, dominar todo o resto da Terra. O que nos pertence, o que nos caracteriza, o que é verdadeiramente nosso, é o achado de uma fórmula política como a dos forais da Idade Média que permitia a um Rei livremente consentido por seu Povo, e não a ele se impondo por força ou manha, governar uma federação de repúblicas. A nossa coragem de recomeçar, porque todo o edifício de ruins alicerces por si mesmo tombará como tombou o primeiro edifício português por não ter havido a coragem de recomeçar Ceuta, tem de se haver com a obra de descentralizar e democratizar a administração e a organização política: Portugal e Brasil têm de restabelecer o poder municipal em toda a sua plenitude, entregando-lhe o fundamental da máquina administrativa, da economia e da educação; nenhum território pode estar sujeito a qualquer espécie de metrópole, nenhum traço de colonialismo pode subsistir, por mais tênue que seja, quer se trate dos territórios ultramarinos portugueses, quer, por exemplo, do Nordeste brasileiro em relação aos Estados do Sul; e a primeira missão que tem de ser confiada à grande língua comum é a de livremente poder dizer a todos os governantes a opinião de quem a fala. Neste ponto, e para além do conceito vulgar, temos todos que crer, e que crer sinceramente, em que é voz de Deus a voz do povo; a qual, como a outra, pode ser brusca e incômoda: mas é realmente salutar.

Tem, depois, que se tomar o exemplo de uma economia que foi fundamentalmente de caráter coletivo, quer no que se refere à existência de propriedade comunal, quer no que diz respeito aos movimentos cooperativos da burguesia que propiciou os descobrimentos, mas economia coletiva que nunca tolheu, como hoje tantas vezes aparece a tolher, e exatamente em civilizações saídas daquela civilização européia a que Portugal primeiro e depois o verdadeiro Brasil sempre foram contrários, que nunca tolheu a liberdade essencial do indivíduo, aquela mesma que o liberalismo econômico acaba por destruir como a destrói o coletivismo cesarista. Acresce

ainda que esta economia foi fundamentalmente uma economia de navegação e comércio a distância, o que está plenamente de acordo com a tendência expansionista e missionária que sempre foi a da nossa gente. Pese no que pesar à busca da felicidade individual, a Comunidade tem que ser, quanto a este último aspecto, uma comunidade de missionários: nisto se diferenciará, por exemplo, de uma comunidade inglesa em que as receitas são sempre para uso próprio, não alheio. Coube a eles, talvez, tentar resolver problemas de vida pessoal: cabe a nós resolver os gerais; e veremos como só depois ficam os outros resolvidos.

A este gosto de alargamento ao universo se une aquele desejo onímodo de saber que já foi apontado como uma das características essenciais da grei, desejo este tão duramente combatido e tão quase vencido pela economia capitalista, que depois veio sobre nós e que se baseia na especialização dos homens, como se neles não habitasse o Espírito, e por um sistema de educação que tem destruído o melhor daqueles que nele confiaram e os tem lançado na confusão das doutrinas estreitamente racionalistas ou caoticamente românticas ou, até, falsamente católicas. Poderia dizer-se que hoje, em todos os territórios da futura Comunidade, só se educa quem não vai à escola ou, indo, lhe não dá importância. Educa-se quem se educa na vida, ou quem por milagre ficou intimamente fiel àquele culto do Espírito Santo que entrou em Portugal com Santa Isabel e os franciscanos e que está no início dos descobrimentos: o culto que pôde manter em convivência cristãos, mouros e judeus; que deu paz a um povo ao mesmo tempo sensual e ascético e lhe deu paz nostálgica e alegre: nostálgica do Céu, alegre dos bens da Terra; que, finalmente, o fez considerar todos os povos como dignos dele e como povo eleito não ele mesmo, mas o povo a criar.

Apesar de todas as limitações que traziam à sua ação o não ter sido inteiramente fiel ao que era o melhor de si mesma e o ter sido utilizada por homens da têmpera do Infante e D. João II, em quem eram mais do que fortes as tentações de fazer servir qualquer meio à

consecução de seus fins e de desenvolver tudo o que fosse poder pessoal, o que é certo é que a força germinativa e expansionista dos portugueses era de tal ordem, ou melhor, era de tal ordem a força germinativa e expansionista da idéia de Espírito universal que antes de mais serviam, que a Fé e o Império, ou o íntimo conjunto dos dois para que seria necessário empregar uma palavra nova, irromperam entre as nações a que se dirigiam como uma intrusão geológica se faz e se estabelece entre outras camadas e ao seu poderoso impulso as desloca e transforma.

2.

Encostada de um lado aos índios que melhor souberam construir uma civilização, o que não quer dizer que tenham construído a melhor civilização, bem pelo contrário, ai apoiar-se do outro nas culturas da Polinésia e da Indonésia, do Japão e da China. E se a virmos agora num sentido meridiano, ia ela das ligações de fronteira com uma Europa que, esquecendo-se do cristianismo medieval, e até contra ele indo, se esforçava por reimplantar um racionalismo grego, que porventura ia contra a verdadeira Grécia, e, sobretudo, para nosso mal, por soltar de novo à vida um cesarismo romano, um tecnicismo e um jurismo que S. Paulo parecia ter demolido para sempre, até as culturas de uma África de si mesma desterrada para o Sul. Rodeada de todos os lados por um mundo em que o catolicismo a que se devia entrara em crise ou em que reinavam religiões que eram apenas filosofias, ou apenas hábitos, ou apenas superstições, ou apenas magias, ou, no melhor dos casos, como muçulmano, cristianismos heréticos, esta ilha de um Portugal que despedaçara as suas fronteiras e que poderia ter sido a verdadeira Ilha Brasil dos bem aventurados, esta ilha resistiu pelos séculos fora, com fortuna vária, aos assaltos que lhe vinham de pagãos ou de heréticos e aos assaltos, os piores, que de suas próprias fraquezas lhe surgiam.

Tendo resistido, existe. E eis aí um fato de que parecem tomar apenas uma leve consciência aqueles que mais falam da Comunidade

Luso-Brasileira; esquecem-se de que ela pode ser a semente de uma nova seara do Espírito Santo e de que as suas preocupações, sob perigo de novamente tudo se perder e de novamente termos de esperar séculos por que se desvende o Encoberto, têm de ser muito mais de caráter externo do que de caráter interno. Para começar, na ação têm naturalmente de se resolver os seus problemas, que num se resumem: o de que se afirme sobre os falsos eus, o verdadeiro Eu da Nação, o de apóstolo do Espírito de Universalidade; mas, para que ela se realize e frutifique, tem que logo a seguir se deixar de todo o egoísmo e contemplar acima de tudo a missão que lhe cabe. A missão que, da outra vez, por culpa sua ou imaturidade do mundo, e resta saber em que ponto a imaturidade do mundo não é sempre projeção de nossa própria imaturidade, não pôde cumprir tem de a cumprir agora e exatamente em conjuntura em que nenhuma outra pode salvar o mundo da catástrofe.

O que temos diante dos olhos é um universo dividido em dois setores opostos. De um lado, uma civilização européia que já se estendeu na Ásia à Sibéria, na África aos territórios que Argel comanda e aos domínios da *apartheid* e na América aos Estados Unidos, ao Canadá e a considerável parte da América Latina, e que ainda por seu turno se divide em dois blocos inimigos que pouca diferença têm entre si a não ser a que vem de haver um trust apenas, o do Estado, ou vários; de se ser hipocritamente pagão ou francamente pagão; de acabar logo ou não acabar logo com a reduzida liberdade pessoal que o liberalismo econômico após si deixou. Do outro lado, o mundo que se liberta do colonialismo, na maior parte das vezes apenas para que os colonizadores deixem de ser estrangeiros, que hesita entre a tentação do que a Europa ainda tem para lhe dar, e que vale tanto como os espelhos e os vidrilhos de outrora, e que, descrente de suas próprias religiões, também se não sente atraído por outra religião que tantas vezes esteve ao lado dos opressores.

Embora sejam perigosos, porque são realmente impossíveis, todos os paralelos históricos, é fora de dúvida que, pelo menos como

imagem, e para que nos ajude no entendimento do problema, temos de recorrer à idéia de que o mundo se encontra de novo numa situação semelhante à do Império Romano na altura da invasão dos bárbaros. No fundo, a Europa não acredita em coisa alguma senão no poder da sua técnica, embora também surja de onde a onde como um pesadelo a apreensão de que tenha sido a técnica que se tenha apoderado da Europa; ao lado de uma apetência fenícia de negócios, o tédio, a displicência, o abrir-se as veias de um patriciado decadente; a plebe se atordoa como da outra vez com vários jogos de circo, pronta no fundo a unir-se ao invasor que espreita; e, no setor religioso, a atitude geral é a de ter adotado uma posição defensiva: e esta, quando não há em reserva a massa de ataque, é a mais segura receita para que se percam as batalhas. No bárbaro de agora, e a palavra bárbaro é aqui tão pouco ofensiva quanto o era, etimológicamente, para heleno e romano, há o mesmo apetite de Roma e o mesmo desgosto de Roma: Roma tem a comodidade que negam a floresta e o pântano, mas o romano, como o diz um texto medieval, é também o sinônimo, para o bárbaro, de tudo quanto há de corrupto, de pusilânime, de se perdendo ou de perdido.

De tudo quanto é Europa, é ainda Portugal, apesar de todos os erros, o menos Europeu e lhe constituem uma reserva imensa de não-europeismo os territórios de África e de Ásia em que o seu colonialismo foi sempre, mau grado as imposições capitalistas da Europa, um colonialismo em que alguma coisa ficou de fraternidades medievais à volta do Espírito Santo. E de tudo quanto não é geograficamente Europa, é Brasil, pelo seu imenso interior, o que mais indene ficou aos contactos europeus, embora tenha praticamente apreendido da Europa tudo quanto é necessário que da Europa fique para a construção de uma civilização futura; ameaça-o certamente o perigo de supor que todos os seus problemas se resolverão industrializando-se: a indústria só pode dar bons frutos quando o esforço industrializador se estende à produção agrícola e a esta vê como a fonte donde tudo surge e o ponto a que tudo o resto se tem de dirigir; caso contrário, industrialização

é tão prejudicial e tão de afastar como aquela economia das minas contra que se levantou o sermão de Vieira: sermão que muitos dos planejadores de economias viradas às cidades deviam ler e reler. Esperemos, porém, que Brasil se salve.

Esta posição ao mesmo tempo européia e não européia de uma futura Comunidade; a possibilidade de efetuar agora o Renascimento que poderia realmente lançar o mundo a caminhos definitivos, isto é o Renascimento do que a Idade Média portuguesa estava elaborando e o outro Renascimento cortou; as ideais posições de contacto que ofereceriam territórios ultramarinos que viessem a libertar-se plenamente da antiga metrópole, que passaria a não ser mais do que o território mais apropriado para os contactos europeus que ainda houvesse a fazer e o necessário ponto de apoio para a realização de uma verdadeira Espanha, tudo a indica como a mensageira de paz num mundo à beira da guerra e como a única força capaz de restituir ao universo a confiança em Deus e em si mesmo.

3.

Temos efetivamente de nos não esquecer que não cabe à Comunidade bater-se por fórmulas econômicas, políticas ou pedagógicas que tarde ou cedo o mundo encontrará ou, no caso especial, reencontrará, desde que tenha conseguido impregnar-se das idéias essenciais que estão subjacentes a toda transformação positiva que tiver de vir; economias, políticas e escolas são apenas instrumentos mais ou menos cômodos ou mais ou menos adaptados às tarefas que se tiverem em vista; e se o objetivo for economia, política ou pedagogia, e não o homem nas suas relações fundamentais com Deus e por aí com os outros homens, o risco que se corre é o de olhar a Humanidade como um meio e não como um fim; acaba por se ter gente para servir um sistema, não um sistema para servir gente: ou melhor para a capacitar ao serviço de Deus.

Por outro lado, na história que falhou, ou pelo menos que ainda se não completou, Portugal não saiu pelo mundo em propaganda de qualquer das máquinas de viver que se têm inventado, embora, logo depois do impulso inicial e até misturado com ele, o que tivesse vindo, inutilizando tão grande parte do esforço, tenha sido o capitalismo de caráter protestante, com as suas conhecidas implicações, primeiro de um poder absoluto de governantes, depois de um poder absoluto de dinheiro, e a esta fase se chamou liberalismo; primeiro de uma ciência que não escondia os seus propósitos de poder anulando os de servir e adorar, depois de uma técnica impiedosa, inteiramente anti-cristã, na procura de seus materiais de trabalho e de seus escravos mais ou menos assalariados; primeiro de uma religião em que, pelo princípio do livre exame, se quebrava toda a fraternidade católica que Roma, apesar das fraquezas, sempre defendera, depois de um catolicismo mesmo, tão tingido porém, na Contra-Reforma, de inevitáveis aspectos de guerra.

A missão essencial dos portugueses foi a de cristianizar o mundo, unindo os homens, chamando-os a uma plena fraternidade, tendo por ideal que não houvesse em todo o ecúmeno senão um só rebanho com um só pastor: indo porventura ainda mais longe, porque quando os marinheiros e os aventureiros pasmam para as maravilhas do céu, terra e mar, quando um pintor inclui pela primeira vez uma ave americana na Criação do Mundo, o que se está realmente buscando é incluir igualmente o mundo não humano nesse amplo cristianismo. Por outro lado, e aqui poremos por símbolo outro quadro, de Viseu, o indígena de terras descobertas que o português traz a adorar Jesus no grupo dos Reis Magos, vem trazer suas ofertas ao Deus Menino, aquele que S. Francisco adorou também, e que os homens demasiado esquecem: porventura aquele que é, incluído na segunda Revelação, a terceira, capaz de trazer a definitiva Redenção e a recondução ao Paraíso. E não é por isso de estranhar que em outras tábuas, num Inferno a que preside um índio do Brasil, tão duramente se tivessem condenado todos os adultos, inclusive alguns dos que mais perto deveriam ter estado

dos Meninos, flor do mundo, seus verdadeiros mestres e seus verdadeiros guias.

O que a Comunidade Luso-Brasileira tem de realizar no Universo é, para além de toda sua estrutura política ou econômica, uma missão religiosa, naquele reatar de apostolado por que o mundo espera a partir do século XV. Só essa missão religiosas será capaz de ligar os dois mundos adversos de Oriente e Ocidente, ou melhor de Europa e não-Europa, que hoje se defrontam; de dar ainda algum valor ao que resta da nova Roma, como outrora fizeram, quanto à antiga, os bispos que foram ao encontro do bárbaro; de finalmente trazer o que de fora vem, sem lhe roubar em coisa alguma a originalidade e a pureza de sua indumentária, como na Adoração, à presença de Deus que em sua encarnação nos será luz e guia.

Tem essa missão, em primeiro lugar, de varrer de vez todos os sistemas de pensamento, ou antes, todos os jeitos de pensamento, que possam de qualquer modo vacilar perante a confiança em Deus e perante a certa racionalidade da máquina do mundo; a Fé, que mais do que nos cristãos, se encontra na heresia muçulmana, tem que ser restabelecida no coração dos homens: pode a história ter seguido caminhos complexos e quase injustificáveis, podem ter sido muitos deles, e quase todos o foram, dolorosamente longos; nenhum deles, porém, é incompreensível, de nenhum deles deixará de haver saída; todas as formas de cepticismo, todas as idéias de que é inútil o mínimo esforço, porque se é apenas um na mão de forças cegamente cruéis, todos os derrotismos, todos os tédios organizados, todos os voluntários cansaços são apenas formas de justificar ou tentar justificar as preguiças, os desesperos de uma decadência de que tantos, no fundo gostosamente, se fazem prisioneiros. A este novo Mar Tenebroso, muito mais terrível do que o outro, tem de soltar a Comunidade suas caravelas de Esperança: para o que lhe não será inútil a herança hebraica, tão esquecida, ou tão oculta, ou tão desprezada.

Confiantes em que os planos de Deus são sempre muito melhores do que os nossos e de que o mundo entregue em suas mãos

não correrá jamais a catástrofe alguma, nem na sua vida de conjunto, nem na própria nossa, se o bem quisermos, poderá passar-se do capítulo da Fé na ordem divina ao capítulo da Fé em nós mesmos. Da Fé em nós mesmos e da Alegria em nós mesmos, que porventura desabrocham de uma só raiz, a tal de amarmos os outros como a nós próprios e de os ajudarmos a eles como gostaríamos que em todas as ocasiões nos ajudassem a nós. De início, a idéia de que só se deve ajudar quando a ajuda é pedida e de que o que fundamentalmente nos cabe é estarmos preparados para esse auxílio quando for solicitado, levará a combater as especializações que tanto mal têm feito à humanidade dos homens e a reformar uma pedagogia, ou antes, a pôr inteiramente de lado uma pedagogia que outra coisa não tem feito, só para que um ramo brote, do que amputar a humanidade de toda a sua riqueza de possibilidades: podemos aprender muito mais coisas do que sabemos e poderemos, numa mocidade que se não esgote, estar sempre aprendendo novas coisas. Por outro lado, porque não somos universais, se impõe que nos integremos num grupo: como em outros tempos houve a campanha e se organizou a bandeira.

Este ajudar que sobre os próprios recairá, e ao cêntuplo como no texto, este preparar-se, que nunca deverá ser encarado como um dever, como não é dever para a criança brincar nem para o verdadeiro ator representar, a pouco e pouco irá despindo cada homem das limitações que lhe põem a sua gente, o seu lugar, o seu tempo; irá sendo ele e simultaneamente os outros, irá sendo cada vez mais uma disponível universalidade, cada vez sendo mais culto no melhor sentido da palavra, porque não haverá aqui uma cultura que, como a do mundo atual, afaste homens de outros homens, separe, com brutalidade e desprezo, os ignorantes dos que sabem; por outro lado, porque é uma disponível universalidade, cada vez se irá aproximando mais do que é essencial em Deus: a santidade, pela primeira vez, a cultura se não afastará de uma Caridade que não é senão, à escala humana, a compreensão e o amor que Deus tem pelas suas criaturas. O melhor de si mesmos porá os homens no plano do divino e o plano divino

resplandecerá na *crença de que é inteligível a estrutura do mundo* e de que é inesgotável a possibilidade do homem. Teremos então marchado, pela Comunidade, para um integral universalismo: ou, por outras palavras, para um mundo verdadeira e definitivamente católico.

CENTRO DE ESTUDOS BRASILEIROS

Centro de Estudos Brasileiros*

Para que um indivíduo ou uma comunidade plenamente se realizem, é necessário antes de tudo que se conheçam o melhor possível, embora se tenha de conceder que grande parte desse conhecimento possa vir do próprio desenrolar da ação como descoberta de muitos aspectos que se não tinham apercebido ou como ensinamentos de se terem levado à experiência erros de cálculo ou deficiências de informação.

No que interessa agora, a coletividade denominada Brasil, cuja missão de realizar-se coincide sem dúvida com a de liderança dos povos subdesenvolvidos e, pela tomada de consciência teórica e prática desses povos, com a de ajudar a chamada civilização européia, ocidental ou cristã a sair das dificuldades a que a levou um desenvolvimento científico e técnico que, sobretudo pelos erros dos Romanos e da Reforma, se afastou de toda a espécie de considerações morais, tem a Nação de se conhecer no seu passado, no seu presente e no seu futuro.

Brasil não poderá nunca ser o guia e o instaurador de uma cultura de verdadeira convivência, entre os homens e dos homens com o mundo, de verdadeira liberdade, que não é apenas a liberdade política, mas igualmente a liberdade econômica, a liberdade de agir como ser físico independentemente das reais ou supostas fatalidades do universo, e de liberdade de criação poética, quer essa poesia seja a de uma interjeição lírica, ou a de uma equação ou a de um motor melhor que Diesel, sem que entenda que isso é conhecer como se formou, a partir

* Originalmente publicado em *Cadernos de Estudos Brasileiros*, Goiânia: Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Federal de Goiás, nº 1, outubro de 1963, p. 29-34. Aqui seguimos a edição de: *Presença de Agostinho da Silva no Brasil*. Organização de Amândio Silva e Pedro Agostinho. Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa, 2007.

das três grandes correntes do índio, do português, do africano, como age no seu presente, depois de ter assimilado tanto outro grupo imigratório e de se ter posto em contacto com tantos outros povos do mundo, e sobretudo como se pensa, ou fantasia, ou se projeta para seu futuro, quanto aos indivíduos que o compõem, quer sejam os de um São Paulo, técnico e metropolitano, quer os de um Nordeste que só agora começa libertando-se de ser uma colônia do referido São Paulo. Se é que São Paulo não vai tentar que continue seu regime colonial por meio de um neocapitalismo disfarçado em nacionalismo econômico.

Até agora, e pelo que respeita às Universidades, porque numa revista universitária estou escrevendo, tudo se passa como se esse problema ou esse conjunto de problemas não existissem. Hávia nas Faculdades de Filosofia uma vaga Literatura Brasileira, ou uma não menos vaga Geografia do Brasil, já separada da Literatura por uma absurda divisão em cursos, ou uma História do Brasil que raras vezes trabalha sobre documentação original, que de resto se conserva, na sua quase totalidade, e inédita, em arquivos portugueses, talvez noutras escolas superiores uma Arte do Brasil ou uma Antropologia do Brasil. Tudo isto disperso, tudo isto inseguro, tudo isto mais para dar emprego a catedráticos de que para verdadeiramente se integrar no problema da constituição, comportamento atual e missão futura do Brasil. Creio que se reunirão bem os males dizendo que numa Universidade como a de Brasília, de tão bom projeto e de tão bom apoio na melhor gente, ainda existe uma coisa chamada Letras Brasileiras, separada, pelas tais fatalidades de arranjos burocráticos de cursos, do que se refere, por exemplo, à Arquitetura Brasileira ou à Economia Brasileira, como se qualquer dos campos se pudesse entender sem o outro.

Pois Goiás se libertou de tais limitações, e convém que disso se saiba. Pareceu ao autor do presente escrito, pouco depois da renúncia do Presidente Jânio, e considerando como o Estado se comportara na crise, com tão grande destemor e tão segura

consciência de sua brasilidade, considerando ainda a sua posição central no território brasileiro e a ressonância que podia ter o que ali se fizesse, dada a vizinhança do Distrito Federal, considerando finalmente a capacidade de ação, a audácia, a inteligência construtora, a sensibilidade regional e nacional do Reitor Colemar Natal e Silva, que não olha a Reitoria, como tantos outros, mesmo dos que se apregoam mais progressistas, como um feudo pessoal em que as verbas são gordas, os poderes são latos e os afilhados são poucos, – pareceu, pois, ao autor, tão atacado ultimamente, e neste setor, pelos supervendedores de uma subliteratura que se pretende social quando é apenas ruim, que chagará a ocasião de se fundar numa Universidade um Centro de Estudos Brasileiros. Assim o propôs, assim o Reitor o aceitou, assim, o que foi ainda mais estranho, se realizou um ou dois meses depois de feita a proposta inicial. Mas esta Universidade Federal de Goiás é realmente uma Universidade à parte: o Reitor não está contra o que se propõe, mas a favor; os alunos têm voz ativa; e sabe-se acolher o pessoal, com a plena consciência de que ele não é de início da mais alta excelência que se poderia desejar, mas que excelente o farão a boa vontade, a dedicação, a modéstia, o estudo, o ambiente.

Começou o Centro de Estudos Brasileiros por montar um Curso de Estudos Goianos, o que também é exemplo; houve um dia uma tentativa de que, no currículo regular da Faculdade de Filosofia de Santa Catarina, se incluísse uma cadeira de História do Estado, mas a pressa de federalizar a Faculdade e o temor de ofender quem, então, no Ministério, superintendia o Ensino Superior, o que não quer dizer que o superintendia, fez que a cadeira desaparecesse nas vésperas do decreto: e devo dizer, para informação dos subliteratos já apontados, que fui eu o criador da cadeira. Foi então a Universidade Federal de Goiás a primeira a ter um curso de história do seu Estado. Claro que é muito mais cômodo dar história da Europa, ou história do Brasil decalcada no Varnhagen, no Taunay, ou, para os mais em dia, no ISEB[9]; dar

história de um Estado obriga a pesquisa, obriga a saber o que é um manuscrito e oibriga a saber o que é um mapa original; e foi talvez das coisas mais belas que se têm passado em Universidade Brasileira o ver com que entusiasmo professores e alunos, sob a inspiração, mais do que chefia, de seu jovem diretor[10], se lançaram da tarefa, e não só ao campo da história, mas igualmente no campo da economia, da sociologia, da antropologia, da filosofia.

Hoje, no seu segundo ano de existência, com muito boa resposta da população universitária, já o Centro mantém, a par do Curso de Estudos Goianos, um Curso de Estudos Brasileiros; espero que este domínio não fique apenas limitado a seus valores próprios, mas, na medida em que o plano de contenção de despesas do Governo lho permite – e escusado será dizer que o plano pesa duramente sobre as Universidades –, leve a Goiás os melhores do Brasil, que muitas vezes, senão a maior parte das vezes, não estão nas Universidades, quaisquer que sejam as suas ideologias, porque na vida só é fecundo o diálogo, só é vivo o confronto de pensamentos, só fazem luz, não as idéias, mas os seus entrechoques. O Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Federal de Goiás deve ser o ponto de reunião de todos os que se interessam pelo Brasil, em qualquer de seus aspectos e qualquer que seja o seu ponto de vista.

É evidente que o exemplo vai frutificar e já está frutificando: Minas Gerais que tanto se deve a si mesma, como sendo, diríamos, o coração do Brasil, está, por cuidados do Reitor de sua Universidade, fundando um Centro ou Instituto de Estudos Brasileiros; São Paulo, que tanto deve a seu Estado e ao País, pelo muito que sua Universidade dispende com um rendimento mínimo, vai também criar, ou já criou, um Centro de Estudos Brasileiros; não deixa de ser bom acentuar que São Paulo, tendo ganhado fama, bem merecida, de pioneira, se deitou depois a dormir: é o segundo Centro que cria com atraso; o outro foi o de Estudos Orientais, dois ou três anos depois do da Bahia.

Mas, se o frutificar foi positivo, e creio que o vai ser ainda mais, ele foi também negativo. Quero eu dizer o seguinte, e se me emperra a língua: Minas Gerais e São Paulo prestaram homenagem a Goiás imitando-o; o Conselho Federal de Educação a prestou se lhe opondo. Parece efetivamente ter receado que o Centro abalasse as estruturas das Faculdades de Filosofia; em primeiro lugar, não se percebe que o Centro viesse a abalar o que nas Faculdades de Filosofia ainda é o malhor, a Geografia, a Biologia, a Física, a Química, a Matemática; em segundo lugar, não podia haver abalo nenhum para a Filosofia, que nas nossas Faculdades é apenas título de cadeira ou de seção, e nada mais; o abalo seria apenas para as chamadas Letras, incluindo a História, e bendito seria o abalo, porque na maior parte das vezes o que aí existe é apenas uma péssima Escola Normal de professores de ensino secundário ou o emprego de quem falhou em outras profissões, e tornaria a falhar, se de novo as tentasse. Deve, porém, tratar-se de um equívoco, e, ou o Conselho reconhece o Centro, ou, pelo evoluir das coisas, o Centro um dia ajudará ao sepultamento do Conselho. É inteiramente possível pensar-se em Brasil sem que o Conselho exista, por maiores que sejam os serviços que ele possa prestar, se não entrar nos consabidos hábitos ministeriais de impedir o que vale; é, porém, muito difícil, pelas razões já expostas, que o Brasil possa cumprir a sua tarefa sem que os Centros o guiem e lhe forneçam o pessoal necessário.

Pelo que respeita a este último ponto, não deveriam vir de outra fonte os nossos professores de língua portuguesa do Brasil, da qual e na qual toda a gente fala e ninguém cientificamente conhece, talvez ninguém mesmo, a não ser a equipe que na Bahia e sob a direção de Nelson Rossi traçou o Atlas de Falares do Estado; dos Centros deveriam igualmente provir os professores de Língua Brasileira, hoje tão recrutados entre literatos, ou, o que é pior, entre projetos de literato; os professores e pesquisadores de antropologia brasileira, de economia, de sociologia, de geografia e de história que, de perto ou longe, se ligassem ao País, visto que o Brasil não é feito

de atividades separadas ou compartimentos estanques – e aqui estou usando, por contágio, adjetivos de subliteratura – mas nele tudo está ligado e tudo porque é, acima de qualquer outra característica, uma poderosa unidade de vida.

Conviria igualmente que as entidades que enviam pessoal nosso para o estrangeiro fossem pondo os olhos nos Centros; talvez um Itamaraty que os protegesse e solicitasse fosse menos ávido de Londres ou de Washington ou de Bonn, ou menos dócil na proteção do neocolonialismo africano ou menos ignorante de Oriente ou menos propenso a supor que o Brasil não tem por missão essencial guiar os povos de cor, orgulhosamente se apresentando como de cor, e não, como quase sempre sucede, como um branco, ou um indo-europeu preso ao Atlântico Norte, em lugar de desfraldar suas velas aos ventos verdadeiramente criadores de um Atlântico Sul, ou de um Índico ou de um Pacífico. Talvez Institutos de Café, ou de Mate, ou de Açúcar, ou de não sei que mais, talvez Bancos e Companhias, talvez Petrobrás e semelhantes, hoje quase tão alienados do povo como se fossem Essos e Standards e Light –, tivessem interesse em colocar nas suas Agências homens que quisessem saber de Brasil e não apenas de dólar.

De qualquer modo, os Centros, a partir do de Goiás, ganharão sua batalha: têm inteligência, têm vontade, têm saber, têm paciência, têm coragem, têm iniciativa; e têm, para além disso, alguma coisa que vale muito mais: estão em consonância com o curso da História e o curso da História vai pelo caminho do Brasil e dos povos seus irmãos, não pelo caminho de alemães, americanos ou russos, bem próximos, e aliados, no fundo; vai pelo caminho da convivência e não apenas da coexistência; vai pelo caminho do servir e não do poder; se não houvesse mais nada a fazer, poderiam os Centros, como no provérbio árabe, sentar-se numa pedra e ver passar o cadáver de seus inimigos; mas sempre dá um certo gosto apressar, para o que não vale, a jornada dos cemitérios; dos cemitérios com anônimas e abandonadas campas.

Notas para uma Posição Ideológica e Pragmática da Universidade de Brasília

Notas para uma Posição Ideológica e Pragmática da Universidade de Brasília*

Do que se tem falado, na defesa ou propaganda, é do valor das estruturas, como quem insistisse na importância e novidade dos andaimes e não da utilidade ou beleza do prédio; parece ter-se tido muitas vezes, e bastante monocòrdicamente, a ideia de que organização justifica aparecimento e excelência, como se o ser diferente bastasse para ser bom; e poderia até surgir a suspeita de que o dar-se tanta importância ao que apenas é meio viria de se não ter pensado suficientemente no que realmente desejaríamos que lhe fosse objectivo. Por outro lado, no ataque, tem-se insistido na ideologia e, exactamente porque ninguém nunca falou senão de um vago desenvolvimento, o qual tanto pode consistir em destruir schistosoma, o que não é missão especìfcamente universitária, como inventar filosofia, o que geralmente se faz apesar das universidades, fica-se na caça à bruxa; esta bruxa já duas vezes mudou de diabo; muitas mais mudará, se não puser claramente o que se quer.

Em primeiro lugar, quanto às estruturas, o mínimo que se pode dizer é que não existem senão como experiência e muitos anos vão passar antes que seja possível dizer o que valiam; isso mesmo, porém, não disporá a favor delas; a humanidade tem vindo pelo tempo fora aprendendo, no que importa, contra as estruturas, ou pelo menos sofrendo-as como tem sofrido medo e fome. No essencial as escolas atuais não são diferentes da escola romana, como esta não era diferente, senão nas matérias ensinadas, de qualquer sistema educativo dos povos

* Originalmente publicado em *Espiral*, Ano I, n.os 4/5, Lisboa: Tipografia Peres, 1964-1965, p. 24-36. Aqui seguimos a edição de: *Presença de Agostinho da Silva no Brasil*. Organização de Amândio Silva e Pedro Agostinho. Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa, 2007.

mais primitivos; escola é um lugar para onde um menino é levado de modo que se separe de adulto na sua vida total, e este é o primeiro defeito; consiste o segundo em que lhe dão um mestre, geralmente especializado em educar porque não sabia fazer mais nada; e apontaremos como terceiro que se trata na escola não de deixar que o homem se desenvolva na sua plenitude, mas de levar a que sirva com utilidade, e sobretudo com respeito, os que, já eles, se não desenvolveram. Escolas, num resumo, são escolas de guerra, para este simulacro de paz em que todos andamos.

Parece que o objetivo, quanto a estruturas, foi de as pôr de acordo com o que parecia mais útil nos países de tecnologia adiantada e o modelo foi naturalmente a América do Norte, o que torna mais que cômica a ofensa dos que viram nesta Universidade um grave perigo para a civilização ocidental e, segundo parece, igualmente cristã. O perigo só poderia estar se as estruturas servissem para alguma coisa de positivo, em se contribuir para uma desnacionalização do Brasil ou se começar fazendo uma cultura e tendo sistemas de pensar e de agir que só se podem compreender num país de comportamento puritano, de eficiência como padrão de humanidade e de industrialização quase perfeita. Não creio, porém, que isso importe muito. Brasil é bastante forte para ultrapassar suas prisões; vigorosas raízes de árvore nova se entranharão no solo, sem destruir, se lhes deixarem terreno livre; sobre ruínas, se acaso as tentarem conter.

Até Fundação houve, como fórmula jurídica, numa tentativa de se desprender de tudo o que continha de mal a legislação federal; e provàvelmente, será esta a primeira estrutura que terá que tombar. Em primeiro lugar, teria que se discutir se uma Fundação é válida sob o ponto de vista educativo, o que não creio, visto ser uma forma de propriedade e não uma forma de comunidade, única linha possível de desenvolvimento de uma escola; em segundo lugar, como grande parte de nossas Fundações, trata-se de um regime jurídico de ficção, visto não ser bastante grande o património e ter de se viver de subvenções federais e sem a largueza e o sentido de obrigação que se tem com as

Universidades que a União sustenta; finalmente, perguntar-se-ia se é verdadeiramente moral que se esteja numa lei de excepção e não combatendo, ao lado das outras Universidades, na mesma linha, por um sistema que se ache melhor, e, ainda, se o que não é moral pode ter qualquer espécie de valor educativo.

De qualquer modo, não é esse o problema fundamental e, por aí, interessa a questão de todo mundo de língua portuguesa. O que se tem de pôr em discussão é a validade da própria instituição universitária e, depois, no caso de ser válida, se há algum modo que devamos adoptar ou se teremos que nos esforçar, no âmbito de comunidade, por encontrar nossas próprias formas de expressão.

Pondo já fora do âmbito de universidade, onde nunca deveriam ter estado por serem simples escolas práticas de aplicação, as engenharias, as medicinas ou as farmácias, tivemos até hoje só duas expressões de verdadeiro ensino superior. Uma foi com os gregos, tinha por instalação mercados e ginásios, tinha por alunos voluntários e tinha por mestres aventureiros de espírito, e às vezes de corpo. Tornou inteligível e defendeu aquilo de que o mundo mais precisava para se organizar, a ideia geral, e à volta dela construiu o excelente instrumento de compreensão prática e de ação que tem sido a filosofia. Acabou, não quando se fechou uma escola em Atenas, mas quando os que possuiam a idéia geral, e não eram ao mesmo tempo cépticos, e só aí estaria a salvação, tiveram tentações de governo, ou nele se instalaram, ou à sombra dele viveram. Governo é muito bom para impor uma ideia geral; mas bem ruim para que ela frutifique.

Tivemos a segunda Universidade quando se resolveu igualmente tornar prática, inteligível e defensável, a corrente de fraternidade lançada pelo Cristo, com uma base digamos material, lendo um caridosamente para os outros, e explicando-o, o livro que viera a possuir, e com base racional de demostrar que, apesar de tudo, não era inteiramente estúpido tentar ser bom. Mas esta Universidade fechou também: fechou na altura em que a imprensa se tornou prática e barata e o analfabetismo se perseguiu como se fosse uma doença, quando pode, por exemplo, ser

uma teoria de cultura; lente, que significa, paradoxalmente, o que lê, ficou sobrando, e a frequência obrigatória é sua última tentativa de salvar-se. Mas fechou ainda muito mais seguramente quando a instauração do capitalismo veio mostrar que ser bom é que é irracional; mas, como, por outro lado, capitalismo deu progresso técnico e progresso técnico acabará por libertar os homens da escravidão económica, dando-lhes tempo e ânimo para que se deleitem com os lírios dos vales e os pássaros do céu, o que há hoje de cristão nas Universidades é exactamente o que dela pusemos fora por motivos teóricos, as tais agronomias, engenharias ou farmácias.

Se as duas Universidades anteriores foram precursoras, cada uma em seu campo, talvez convenha pensar as que hoje se criem como devendo igualmente abrir caminho. Mentalmente, talhamos o mundo com os gregos, e, talhando-o, o limitamos, acho eu, ao que nos é útil para ação; moralmente, o talhamos com o cristianismo, mas aí veio a piedade e um mais agudo sentimento de nossos desterros, e novamente limitamos as nossas forças. Agora, porém, não se vê donde venha o obstáculo: estamos livres para criar, porque nem precisamos de filosofias estreitas, e estreitas por filosofias, que eram base de ação e só admitiam o mítico quando em desespero de meios; nem precisamos igualmente de amar o nosso semelhante tanto quanto a nós mesmo; talvez nem precisemos de nos amar a nós mesmos; talvez baste amar a fantasia, o que é porventura amar o essencial de Deus. A universidade do futuro não vai ser de políticos, nem de fraternos lentes; vai ser de criadores; sem peia alguma, nem de compreender nem de amor.

***

Foi condenado o Joaquim de Flora, não por ter pregado o império do Espírito, nem por ter profetizado a idade que seria o homem inteiramente livre para a criação, e mais dócil ao sopro inspirador do que desejoso de afirmar sua vontade, sua iniciativa, seu pioneiro ardor, mas por ter ligado as suas idéias à convicção, logo expressa sem

humildade, de que era temporário o catolicismo e secundária, em face do Espírito, a revelação de Cristo. Diríamos até que foi condenado, não pela largueza do seu pensar, mas por ser estreito; por não ver que, na ida de Jesus para que o Espírito viesse, nada mais se estava afirmando que a perfeita espiritualidade do Consolador; por não entender que não haverá nunca revelação do Espírito, porque O serão os homens totalmente quando Ele chegar, sem novas tessituras, pelo mundo afora, de objeto e de sujeito; e que só existem revelações quando é necessário que venha a luz de fora, por se lhe terem fechado, por dentro, as possibilidades de seu brilho.

Foram os Portugueses mais largos e se fixaram no Cristo, como verdadeiro e último profeta; entenderam que se não tratava de considerar a Igreja como finita no tempo e na missão, mas de a fazer abraçar no infinito do universo em toda hora e seu lugar; e enquanto os Impérios não vinham, eles os construiram ao lado de suas Igrejas, e coroavam meninos, lembrando-se da pedagogia dos Evangelhos que nos manda ser como eles e não afeiçoá-los à nossa imagem e semelhança. Mas não era ainda adequado o tempo, embora porventura o tivesem julgado; não viram que os milênios proféticos são muito mais longos do que a paciência humana, e que outras idades, sem Espírito e quase sem Cristo, teriam ainda de passar, para que o acesso ao Céu pudesse ser, não apenas de alguns eleitos, mas de todos os homens, pela abolição de fronteiras entre vida e morte, pela transformação da terra inteira em Paraíso e êxtase.

Mas se a Hora parece avizinhar-se, se a aceleração da tecnologia parece conduzir-nos a um primeiro passo decisivo, se estamos transpondo os umbrais do que será mais imaginar que inteligir, mais sentir do que querer, mais contemplar do que adorar, convém que de novo a Universidade, que já nem tal nome deveria ter, seja precursora e o seja primeiro no ponto inicial.

Se tivéssemos de caracterizar a época que se inicia com a pregação do Evangelho e se encerrando agora com as primeiras afirmações da automação, diríamos que foi ela marcada nos domínios

do pensamento abstrato, daí se passando a todos os campos, por um esforço teológico de definir um Deus criador e Pai, a um tempo necessário para explicar o universo e, dentro dele, as relações novas de homem para homem, e de definir um Filho, divino, sacrificado e salvador, para que cada carreira individual e cada movimento colectivo se pudesse, na sua miséria, ligar ao transcendente, na sua dor ter companhia, e ter, no seu esforço de escravo, remissão e glória; esforço teológico que se não exerceu apenas na Igreja, mas tocou toda filosofia e penetrou em toda ação, cada vez procurando unidade maior com Deus, o Cristo e o Homem, cada vez despindo mais Deus de ser juiz e de ser longínquo, cada vez vendo mais Jesus no pobre e no abandonado, cada vez olhando mais nos homens sua centelha divina e seu direito ao Céu. E porventura um dia se reconhecerá que o passo decisivo para que a unidade se fizesse veio exatamente dos que, como Marx, tão afastados parecem da religião, de espírito e das igrejas.

De qualquer modo, pouco se fez quanto a teologia do Espírito Santo, em si própria, e nas ligações que parecem existir com atitudes como as do Tao ou as Zen; talvez, neste ponto, o puro estudo teológico levasse a entender melhor a facilidade e a fecundidade das ligações dos portugueses dos Descobrimentos com as civilizações do Oriente e dessa base de partida para que realmente se unissem as duas formas do comportamento no mundo. Por outro lado, se afastariam muitas das incompreensões de Trento, muitos dos Irmãos separados se poderiam reunir, muita hostil catequese se poderia pôr de parte; e não seria a menor das surpresas verificar que, como numa profecia de sua ação no mundo, o povo brasileiro de Norte a Sul, desde as formas do Rio Grande e da Bahia até aos sincretismos reveladores, e lógicos, de Goiás e do Amazonas, guardou o culto do Espírito Santo, combatido em Portugal e dele expulso, como um último refúgio nos arquipélagos já de vocação atlântica.

Estamos num limiar de Criação e num País que não abandonou seu símbolo e que, através de todas as dificuldades de sua grandeza e de sua vocação, busca a liberdade em todos os domínios, com seus avanços

e seus recuos, com suas incompreensões e seus relâmpagos de gênio, e estamos numa Universidade que foi a única a ter a audácia de incluir na sua composição um Instituto de Teologia, desligando-o de qualquer espécia de faculdade ou escola, e até, em seu objetivo último, de qualquer religião estabelecida. É este Instituto que se tem de ver como verdadeiro centro da Universidade, o lugar donde tem de partir toda a inspiração de trabalho e organização, o ponto aonde tem de refluir, para que se pense, tudo o que for, nos outros Centros ou Institutos, em boa hora igualmente desligados do que signifique profissão ou carreira, descoberta ou invenção, que provavelmente o mesmo valem.

Se não se der todo o apoio a um Instituto de Teologia que plenamente cumpra a sua missão de pensar o fenómeno da criação científica ou artística, de marcar como fim último do homem a sua plena absorção no Espírito, de trazer à távola redonda de novos cavaleiros as regiões da América, da África e da Ásia no que têm de ecuménico, e que, acima de tudo, e pela própria natureza do objeto de seu estudo, mais se incline a comportamento do que a palavras e mais à pessoa do que ao sábio, eliminando o orgulho, a estreiteza e a covardia que tão bem prosperam nas universidades, se não for a Teologia razão primeira e última de Brasília e o centro do grande círculo de liberdade, de fantasia e de alegria em todo o País tem que inscrever o mundo, então não haverá mais nada que um novo grupo de escolas melancolicamente ensinando o que os outros fazem, com os alunos que apenas disputam diplomas e professores a quem só título interessa; mas aos quais, uns e outros quando valem, rói o destino não cumprido ou lentamente sepulta uma cultura que não é mais que parasitismo, preguiça e pó. O destino do Instituto de Teologia marcará o destino da Universidade de Brasília; tem-se felizmente, nas tais estruturas não habituais, o ponto necessário para o arranque; é só, porém, o que não basta; está subindo tudo mais que ele, numa torre sem base; e oxalá que não tenhamos por isso que voltar aos alicerces e que juntar o desastre de Brasília ao de Salles Oliveira, em S. Paulo, e ao de Anísio Teixeira, no Distrito Federal; e não tenhamos de refazer, para o futuro, a nossa esperança.

***

A unidade fundamental segundo os moldes habituais na Universidade brasileira era da Faculdade de Filosofia, concebida para que por ela passassem todos os alunos antes de se dirigirem às suas escolas profissionais; denominada de Filosofia não para designar que nela se ensinasse filosofia, e isto ao contrário do que julgaram muitos que logo a chamaram de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, como se considerassem estreita a primitiva nomeclatura, mas para marcar bem que nela as ciências, as filologias, e quem sabe se a própria filosofia, o que não seria ruim, se ensinassem não sob qualquer ponto de vista prático, mas com objetivo, preocupações e métodos nitidamente filosóficos; finalmente agregando na prática uma escola normal para formação de professores de ensino secundário, talvez a principal necessidade no sistema educacional do País, um núcleo de preparação de pesquisadores e um centro encarregado de fornecer técnicos, físicos, químicos ou biológicos necessários ao desenvolvimento tecnológico do Brasil.

Desacreditadas e arruinadas em grande parte pela sua multiplicação em virtude da demanda de professores e de terem passado a ser, substituindo as Faculdades de Direito, as escolas de cultura geral; por ter falhado o seu papel de fornecerem a preparação básica aos futuros alunos de engenharia ou de medicina e sobretudo atingidas no essencial pela péssima qualidade de seus estudos filosóficos, fosse qual fosse a orientação que lhes era dada, o que implicava numa desagregação das várias secções, acabando por apenas coexistirem no mesmo edifício, mas sem nenhuma relação íntima, latim e física nuclear; pensou-se, e várias fórmulas se apresentaram, em a substituir por outros organismos mais adequados aos fins em vista e à realidade ambiente. Na Universidade de Brasília ela se dividiu na Faculdade de Educação, por um lado, por outro lado, nos Institutos de Ciência Humanas, nos vários de Ciências Exatas e Naturais e no Instituto de Letras.

É evidente que houve erro e que, posto como núcleo central e justificativo da Universidade o Instituto de Teologia, tudo o resto devia ter sido agrupado num único Instituto, o de Ciências. Não há ciências exatas e ciências que o não são; o que acontece é que são umas ainda medidas na sua exatidão pelo adequado ao pensamento, outras delas medidas pelo adequado à extensão; algum dia, se possível se verificará que são ambas apenas adequadas ao eterno e temporário, fixo e imóvel, errado e certo, processo de fantasia de Deus. Há apenas ciências, que são as nossas limitadas tentativas de exprimirmos por linguagem nossos fundamentos, desejos e saudades do Uno, seu perfeito repouso e sua atividade sem trégua.

Há ciências cujo único objetivo é o de se desenrolar no puro jogo de saber como é inexplicável por meios racionais que haja um e que haja dois e, por outro lado, como tal maravilha é a tessitura de nossa vida comum: quando se tem consciência do fenómeno faz-se alta matemática, quando se não tem fazem-se contas de casa; física mostra que um e outro aspecto são o mesmo, química, no que vale como ciência, física é, biologia a este campo se encaminha; que tudo será em glória de Deus se não perderem os matemáticos de vista, como tantas vezes fazem, que nada existe de menos racionalmente provável do que os fundamentos de sua ciência.

Há, ao lado destas, ciências que se resolvem em filosofia e qualquer uma das outras. Economia é a matemática da escassez e a crença de que a escassez é um mal para o homem; outras decididamente se lançaram à tarefa de averiguar até que ponto o homem é um bicho social ou até que limite seu cérebro funciona, computatoriamente, como o de um rhesus, aliás de um Macaca mulatta, colocando-se logo o observador, como sujeito, inteiramente fora da questão; há também o direito, que segue a linha sinuosa, difícil, mas progressiva, que se vai traçando entre as fatalidades físicas e um ideal de liberdade, e há também a história, que é no seu melhor aspecto, a tentativa de tornar coerentes entre si os documentos do homem, quer se trate das pedras

do chelense, das cartas de Albuquerque ou dos discursos, sempre tão profundos, dos governantes da terra.

Dá esta passo às ciência filológicas, que infelizmente se ficaram chamando letras, como se filologia hoje, fosse ainda prenda de salão ou emprego possível para literatos em crise; são tão exatas como matemática, tão naturais como zoologia e tão humanas como direito, e deviam ter ficado com todas elas num Instituto que seria, verdadeiramente, o Instituto Central de Ciências.

Tal como está, e se não corrigir a estrutura, como já se está tentando, por iniciativa dos físicos, com uma aproximação ou uma fusão, que melhor seria, com todas as outras ciências, o risco que se corre é o de que se lancem novas gerações de cientistas sem a mínima noção da história da cultura, dos limites da atividade científica e de sua real grandeza, e de que a tecnologia não é um fim em si própria mas apenas um meio de ganhar liberdade física e de realizar as condições de partida de um homem que seja verdadeiramente sábio, filósofo ou artista, perseguindo ainda o objetivo último de ser ele próprio a ciência, a filosofia e a arte. Por outro lado virão os homens de cultura literária ou histórica sem a menor idéia do que seja a ciência, sem a menor informação da sua axiomática ou de seu progresso, convencidos de que filosofia não é fundamentalmente uma reflexão sobre a ciência, sofrendo ainda de todos os males de ter sido o Renascimento romano e não latino e de só tão tarde e tão fracamente ter o Oratório derrubado a pedagogia jesuíta dos séculos XVI e XVII. Vamos apenas criar bárbaros, mais bárbaros ainda que os que já existem, e mais bárbaros porquanto mais especialistas e porquanto mais convencidos de que é aos sábios, aos juristas ou aos literatos e não aos filósofos que convém guiar a seus destinos futuros o mundo de hoje.

***

Se a religião, sobretudo como vida litúrgica, quer a pratique um beneditino em seu convento, quer a pratique um beduíno em seu

deserto; se a ciência, sobretudo como poesia, quer a poesia pura da matemática, quer a adequada poesia da mecânica ondulatória; são lembranças e saudades do caminho de Deus; é a arte o outro meio pelo qual, destruindo o uno para que a vida em queda lhe fosse possível, o homem a um tempo se penitenciou e deliberadamente iniciou seu longo, mas enriquecedor caminho de regresso. Aqui também, no entanto, andou o caluniador fazendo de suas manhas e de seus desesperos. Batidos nas cavernas de onde participavam da arte, ou como autores ou como expectadores ou como beneficiários talvez mais ainda; batido nos templos gregos, como volume de traçado ou cor sob o claro sol ou passo firme e lento de canéfora; batido nas catedrais pelo coletivo da construção, a vivência do povo e o anonimato da obra; deram-lhe vitória primeiro o capitalismo das viagens de longo curso, depois a especialização da Revolução industrial, mais modernamente a produção em massa. Arte passou a ser uma coisa de poucos e de ricos, de pretensos génios excepcionais sujeitos à corrupção e de quem, a não apreciando, lhe conferia poderes de posição social.

Parece, porém, que vamos entrar em nova fase e que outra vez os tentadores levarão a pior. Assim como a condenação das explosões atómicas é, no plano do tempo, a condenação eterna do Fausto e de sua ciência de saber para prever, e de prever para poder, assim os largos espaços funcionais de uma arquitetura liberta das limitações do material e convidativa de mosaico e pintura e relevo, ou a margem do lucro que permite contratar o artista, ou a produção em larga escala parecem poder fazer voltar a arte aos tempos em que ela era uma liturgia e um saber das massas. Por outro lado, à medida que se acelerarem os progressos da automação, mais tempo de lazer haverá para os homens e o artesanato poderá ressurgir, não como esteve nas suas origens medievais de miséria e de desorganização social, não como meio de subsistência de quem não consegue emprego em fábricas, que tudo isso é ressurrreição fadada à nova morte, mas como afirmação de pessoa a pessoa de que o poder criador é de todos e de que, satisfeitas pela produção automática em massa, sem escravos nem

donos, que escravos são com outro nome, as necessidades básicas e gerais da humanidade, ficará livre a cada um a carreira de deixar um sinal daquela particular beleza que será escala de acesso para a sua ou de todos beleza geral.

Em Brasília, felizmente, as artes não são belas, nem preparam ninguém para pintar seu quadrinho ou abrir sua gravura de dinheiro a dinheiro; a indústria, encarada como uma forma de levar a todo o ponto o cabo de talher que seja mais funcional e mais estético ou o mais moderno fecho de automóvel ou o mais puro e livre dos suportes mecânicos, está no ponto de mira de todas as actividades, e o povo, não como uma classe económica, pois arte só poderá resplandecer plenamente na sociedade sem níveis de ganhar, mas com inteiro grupo humano, é o único destino que para si desejaria o Instituto de Artes.

Numa Universidade em que as Letras, e creio que originariamente pela fatalidade do nome, tão dramáticos esforços têm ainda de fazer para que se levantem de sua mediocridade; em que as ciências estarão tentadas pelo demónio da eficiência, que também medianizam os talentos e endeusam como sábios simples serventes de laboratório; em que o Instituto de Teologia está ainda muito longe de levantar o convento que tão necessário seria para modelo da vida monástica sem a qual se não pode conceber numa verdadeira existência universitária, entendendo-se que o convento seria para todas as religiões, inclusive as dos ateus, ou, as organizadas, como o budismo, ou, as não organizadas como as dos chamados livres-pensadores, ateus pelos quais tenho o maior dos respeitos porque não estou convencido de que Deus preste culto a Deus; nessa Universidade, que afinal ainda está para começar, o Instituto de Artes poderá ficar, mesmo que o esforço falhe, como a melhor tentativa que jamais se fez no País no campo da criação não científica nem religiosa; se de S. Paulo e do Distrito Federal saíram, apesar de tudo, os geógrafos e os naturalistas, poderão ser os artistas daqui como que uma raça nova e talvez a mais importante para o Brasil.

Vários perigos, no entanto, os ameaçam, e graves. Tende a arte atual a girar à volta da arquitetura, no que parece que está certa, pois é a arquitetura, no seriar do que mais reune, o escalão imediatamente inferior ao teatro, ou, o que vale dizer, é a missa o escalão imediatamente superior à catedral. Mas é igualmente fora de dúvida que grande parte da arquitetura atual está entregue a gente de alto padrão artístico e de larga visão, capaz de entender tudo o que de material novo lhe dá a tecnologia e de lançar como ninguém numa paisagem o traço e o volume, mas sem real amor pelo homem, sem atenção ao pormenor que na casa lhe confere dignidade e conforto; a arquitetura que já está, de resto, como toda a arte contemporânea, bastante tocada pelo academismo e a mediocridade, satisfaz, cenário de teatro, o homem como ator, e por isso tanto agrada a políticos personalistas e tão grande papel tem e terá nos autoritarismos modernos; quando porém, a representação terminar, e forem ruínas os teatros, não quererá o homem que o tratem como coisa e a revolta virá. Que os arquitetos sejam grandes artistas, ninguém o nega; mas já se ofereceria a restrições à proposição de que não são inteligentes e bons; fora os dois ou três que nomearia se quisesse; e que, coisa curiosa, são de prosápia toda nossa: Rochas, Costas, Mirandas, talvez Silvas; ou que só por engano têm suas raízes em Escócias de névoa e de dureza.

Outro perigo existe. Esquecem-se de vez em quando sábios ou artistas de que, por toda a história já passada ou por muita que naturalmente virá, são quase uma tradição as vocações civis, aqui se pondo como civil o abandono, a indisciplina e o jogar-se nos ventos de brinquedo; soldado e monge, como na Ordem que descobriu, eis o que nos convinha a todos, e assim o foram Platão, Leonardo ou Einstein, como em pátria dos fortes. O que, porém, sucede, é que se entretêm demais os artistas, e nada julgam ser se o não fizerem, com filosofias que apenas têm como origem o não se saber, o não se pensar e o não se querer; esteticismos de sobremesa substituem o rancho de trabalhar e produzir; nas conversas de sociedade de bom tom se diluem os caracteres que só o silêncio e o isolamento poderia dignamente martelar;

toma-se o tranquilizante para afastar angústia que tão bem-vinda seria como sinal de Deus; bebe-se porque se está triste, não para celebrar a alegria; ninguém mais sabe estar de pé ou andar a pé: cadeira e automóvel se redesenham, se aperfeiçoam; e a multidão dos fracos é cada vez de tentação maior para o domínio dos ousados sem escrúpulo.

Talvez, no entanto, se escape se se defender quanto se possa o isolamento de Brasília e de sua Universidade; se cada um nada mais vir senão o seu trabalho e seu lugar no grupo geral; se se fugir, para ser forte, à aliciação de ser brilhante e, para ser inovador, à de ser novo, e para ser belo à de ser esteta. Não nos esforcemos por ser inteligentes: temamos acima de tudo a imbecilidade que nos espreita.

***

Quando o poeta nos canta de El-Rei D. Dinis, se levanta da noite e a nós vem, como uma crônica dos tempos que serão futuros e um sonho das idades que se foram, a inocência do seu cantar de amigo e o rumor dos pinhais, com seu vento de império. Mas, de Universidade, é como se não fora. E, quando o signo de domínio e de criação chegou realmente para a Península, trouxeram os espanhóis para seu meio mundo a instituição a que se lhes aferrava o orgulho e por ela marcou o alto clero, e marcou a nobreza, que a conquista era realmente sua. Mas, do lado português, e apesar de todas as restrições, quem navegou o mar e se enamorou dos novos climas e das novas gentes foi ainda o povo municipal, lavrador ou pescador ou comerciante, que formou quadrado em Atoleiros e se impôs à vida e que mais tarde, na quarta parte nova, se imporia à própria morte com a resistência de Canudos.

Podemos, pois, ter em Brasília a mais perfeita das Universidades com sua teologia norteadora, e repete-se, muito mais com forma de comportamento do que com disquisição do pensar; com seu Instituto de Ciências lançado a averiguar das maravilhas do universo e a sentir por elas o poderoso espírito que é o mesmo no Newton inglês ou na Teresa espanhola; com seu Instituto de Artes empenhado

fundamentalmente em destruir o reacionarismo estético das massas e em libertar os artistas das corrupções dos Senados romanos, em o abrir aos bárbaros, como um cristão dos tempos difíceis; que tudo será inteiramente inútil, se se cometer de novo o erro, e o que resta saber é se não é ele fatal, de montar uma universidade de ricos num país de pobres, uma universidade de simples eruditos num país de, pelo padrão acadêmico, inteira ignorância, uma universidade de desocupados, num país onde o lazer não existe.

No que por herança lhe vem, tudo foi falência, primeiro nas linhas gerais, depois nas particulares que mais interessam. Falhou a universidade inglesa, excepto no remo e nos costumes do Hall, mas o senso de humor veio e salvou a nação; falhou a universidade alemã, que não deu outra coisa senão a vergonhosa submissão aos poderosos e o brutal esmagamento dos mais fracos; falhou a universidade francesa, pondo todo o medíocre a saber redigir o seu romance; falhou a universidade americana com todo o seu furor do publicar ou parecer, e desembocando todas elas, e mais as russas, as japonesas ou as chinesas que as imitaram, ou numa erudição pior que a alexandrina, por nem ter a desculpa de ser a primeira, ou no endeusamento da tecnologia. Sobre a fraternidade, ou a caridade cristã, que lhes foi origem, nem palavra; aos próprios cientistas ou inventores elas estão perdendo, batidas nas concorrências pelas grandes empresas industriais; e as escolas que estas estão montando serão porventura muito mais universitárias do que as nossas.

No que respeita ao particular, herdámos Coimbra e a sua tragédia de terem falhado a reforma de D. João III e a reforma de Pombal, porque era a Universidade um organismo de artifício no País, uma simples escola de preparação, ou melhor, de conferência de status ao grupo que de geração a geração se transmitia o poder, com as intromissões dos que, de onde a onde, podiam trair suas origens e se passavam. Corromperam-se as ordens religiosas, quando vieram de ser a mais bela tentativa, antes dos *kibutzim*, de estabelecer uma sociedade sem classe, sem despotismo e sem mutilações, à função de

fornecerem a muitos um meio rápido de acesso social; corromperam-se os partidos revolucionários, sempre que em vez de servir a revolução serviam o poder que ela confere; corromperam-se as universidades desde o momento em que lhes foi indispensável o lazer que só o dinheiro dá e as viram os que as procuravam não como uma fonte de saber, mas como uma fonte de riqueza.

Precisaríamos de juntar a tudo o que a Universidade de Brasília já é, ou teoricamente poderá vir a ser, dois elementos que lhe faltam, o trabalho e a pobreza; ou talvez fosse melhor inverter a ordem e dizer a pobreza e o trabalho. E, se me retorquirem que é isto voltar aos tempos de S. Bento, apenas responderei que tenho plena consciência da identidade, ou do símile, e que me parece realmente muito bom voltarmos aos tempos de S. Bento; o manuscrito que lêssemos ou a gravura que abríssemos ou o cálculo que desenvolvêssemos nos saberiam muito melhor e nos seriam muito mais úteis, a todos nós, professores e alunos, e a todos nós pais, se viéssemos a tê-los depois de algumas horas na oficina, no arado ou na loja. Todas as notícias, verdadeiras ou falsas, de que o Governo Federal por este ou por aquele motivo, com o que não me importo, pois escreve direito por nossas linhas tortas, vai restringir as verbas da Universidade me dão muita alegria, porque isso nos obrigaria a pôr, como a pobres, o problema da subsistência, pelo trabalho e pela esmola. Quem somos nós para que sejamos tratados diferentemente dos milhões de pobres que nunca terão outro recurso? Quem somos nós para que apresentemos como trabalho o gosto de descobrir e contemplar? Quem somos nós para ser gente, sem esforço, num mundo em que homem ainda mal se distingue de bicho? No dia em que o trabalho se pusesse como último recurso, grande parte dos que frequentam as Universidades, dos professores falo, que os alunos já hoje em grande parte só podem estudar porque trabalham, desapareceriam das falsas preocupações científicas em que andam empenhados. Creio que a ciência lhes não sentiria muito a falta: os verdadeiros cientistas ficariam; e por eles iríamos. Já têm

posto muito bons religiosos como remédios de igrejas corruptas uma vigorosa perseguição; pelo que respeita às Universidades, creio que pelo mesmo deveríamos rezar, e todos os dias.

Hoje, preocupam-se as Universidades em procurar o povo por meio de Serviços ou Centros de Extensão Cultural, no que fazem muito bem, e veríamos os organismos como os mais importantes no que se refere à vida externa da Universidade; mas, se os Governos nos cortassem as verbas ou se deixássemos de depender do que desejam os milionários poupar a seus impostos de renda, talvez tivéssemos de ir ao povo, mas de modo diferente: não para lhe ensinar uma ciência que o não interessa ou de que não precisa, mas para aprendermos dele como se vive com pouco e, sobretudo, como se consegue esse pouco; no processo, ele aprenderia igualmente de nós aquilo que de fato requer. E talvez, lentamente, como do mosteiro beneditino surgiu a Europa, o povo se agrupasse à volta de Universidades e uma raça nova de sábios, monges e soldados viesse a resolver, no mundo atual, bem frágil e ameaçado, ou por entre os baldios que deixará de si a guerra nuclear, problemas que hoje, pelas nossas separações, pelas fatais divisões de trabalho que a história trouxe, nos aparecem como insolúveis. E talvez também que nunca mais passasse pelo espírito de ninguém, ao contemplar as atividades universitárias, a reflexão do labrego espanhol vendo o pintor que, absorvido, coloria sua tela no campo: "Lo que inventan los hombres para no trabajar".

Outubro de 1964

Ensaio para uma Teoria do Brasil

Ensaio para uma Teoria do Brasil*

1

Existe naturalmente em todas as culturas um denominador comum de humano, o que impede que elas se desenvolvam em ciclos e círculos fechados, e lhes dá, de umas para outras, e quando vistas no seu conjunto, grau de inteligibilidade, de redução a fatores daquilo a que poderíamos chamar uma cultura geral do homem. Certo é, porém, que elas apresentam, também de umas para outras, diferenças tais que, de certo modo, as podemos ver como fechadas em si mesmas, o que põe, evidentemente, todos os problemas de possibilidade de transmissão e de renovação. Deixando-os, no entanto, de parte, e fazendo ressaltar não o que há de comum de cultura a cultura, contemporâneas ou em sucessão, mas os pontos em que diferem, é possível caracterizar-se um determinado ambiente, uma determinada realização cultural, embora com todos os riscos de esquematização e de falsificação pelo simples que trazem consigo, ordinariamente, as operações de tal natureza.

Encarado o fenómeno cultural por este aspecto, poderíamos, de início, tentar definir a cultura das populações que, pelo descobrimento, entraram em contacto com o indígena brasileiro. Surpreendida no tempo, entre o fim da Idade Média e o que vai ser toda a complexidade do Renascimento, a cultura europeia dos princípios do século XVI marca primordialmente, segundo me parece, o abandono da centralização sobre o sagrado e o início de um período de centralização no econômico; para dizê-lo por outras palavras, os

* Originalmente publicado em *Espiral*, Ano III, n.os 11-12, Lisboa, 1966. Aqui seguimos a edição de: *Presença de Agostinho da Silva no Brasil*. Organização de Amândio Silva e Pedro Agostinho. Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa, 2007.

homens abandonam a busca de Deus e a contemplação de uma vida eterna para se lançarem com particular afinco à organização do mundo terrestre lutando contra os elementos físicos que se lhes mostrem desfavoráveis; talvez em tempo nenhum se tivesse posto com tanto ardor esse propósito de vitória técnica e científica sobre o universo e não seria difícil ver nas próprias religiões que nascem, não como impulso inicial ou no que têm de expressão de indivíduos, mas como fenómeno colectivo e como ambiente ou condicionamento, uma nítida influência das exigências e condições econômicas.

Mas, sempre em termos de infiel generalização, podemos ver na cultura europeia do século XVI essa linha essencial de pragmatismo, de Império mais do que de Fé, de realizações materiais mais do que de aspirações do espírito – o que não quer dizer que na realidade as primeiras não se subordinem a estas últimas; também poderíamos acentuar que a porção particular de Europa que abordou o Brasil e nela exerceu maior influência já se afastava, por condições especiais da sua estrutura geográfica, psicológica e histórica, das linhas mestras do desenvolvimento cultural europeu.

De certo modo, Portugal sempre tinha sido um fenômeno à parte, e isso dentro do fenômeno já também à parte do conjunto dos povos espanhóis. Quaisquer que tenham sido as origens, o condicionamento material, até geográfico e climático, de seus comportamentos, certo é que nenhum outro povo apresentava como o português uma linha de ambições espirituais tão nítida e tão lógica. Para resumir tudo com alguma coisa que, por certos aspectos, se aproxima da imagem, chamaria a atenção sobre o fato da saída para o mar e da conquista do planeta se ter efetuado em toda a Europa sob o signo de Companhias Comerciais e de organizações bancárias, e de ter vindo de Portugal sob a orientação de uma instituição tão fundamentalmente religiosa como a Ordem de Cristo.

Poderíamos, talvez, ficar, pelo menos por agora e para os objetivos do presente ensaio, nesta noção de que o português veio da sua pátria para cristianizar o mundo; parece-nos, porém, que a verdade

reside noutro setor mais profundo: é duvidoso que alguém faça seja o que for por esta espécie de causa final colocada sobre o mundo exterior; mais o veria como procedendo no sentido de realização de seu mundo interior: indivíduos e nações agem para projetar o que são sobre o universo que os cerca; o sentido de sua realização última é o de transformação do mundo objetivo no que eles próprios são.

A falência econômica do império português, em face da vitória, digamos administrativa, dos povos seus concorrentes, a própria falência do intelectual que, tendo posto as bases de um cartesianismo ou talvez, melhor, um spinosismo, lhe não permitiu construir sistemas de explicação racional do mundo, são, quanto a mim, provas de que o português não procurava, pela viagem, assegurar o econômico nem essa outra espécie de domínio que vem a exercer o pensamento de prever para poder.

Efetivamente, e sempre com todas as limitações que lhe impunham a sua própria economia e as exigências da economia europeia, o português procura o mundo pela necessidade de adorar o abstrato por intermédio do concreto, de cultuar Deus através da sua Natureza; ao passo que, sempre em deficiente esquema, o europeu típico ou ia pelo caminho do concreto fazendo que a doutrina protestante incluísse o direito ao juro ou pelo caminho do abstrato pondo o pensamento como implicativo de existência, Portugal recusou-se a dissociar os dois termos e, por assim dizer, a uma justificativa pelo outro. Fé e Império lhe apareciam como impossíveis de separar, e mais ainda, como mutuamente se explicando: a Fé da totalidade dos homens, naturalmente em mancha de extensão, era o Império; e o Império se justificava, historicamente e metafisicamente, na sua realidade e na sua essência, pelo caráter de concretização da Fé. Deste modo, e continuando, num mundo renascentista, a linha medieva, o português fazia de todo o mundo a sua catedral; por outro lado, fornecia as bases essenciais de uma filosofia como a de Spinosa, tão singular, apesar de tudo, na linha do pensamento europeu.

O encontro desta cultura portuguesa que põe acima de tudo a realização exterior de um anseio de alma e que se recusa a tomar da

dicotomia do mundo ou só o abstrato ou o concreto apenas, esta afinal busca ou fabricação, se for necessário, de um paraíso onde a vida humana seja possível sem o choque do tempo e do eterno, faz-se, como se sabe, com uma cultura indígena que representa, quanto às outras, um caráter essencialmente distintivo, o de cultura migratória. A nação Tupi, incapaz de fixação duradoura e de uma organização social que signifique qualquer espécie de sedentarismo que não seja apenas temporário, aparece também como que procurando um paraíso em que a sua vida se possa desenvolver fora de todas as limitações do tempo e do espaço.

É curioso notar-se que já na Europa se fizera uma experiência semelhante: ao passo que as populações da faixa ocidental da Península se tinham batido em duradoura e total resistência contra o domínio romano, satisfeito do mundo e de si, a batalha contra o árabe, também inquieto, também viajante, também buscador de paraísos em que de nenhum modo se abandonava o terrestre, tinha sido muito mais a obra de uma aristocracia estrangeira de visigodos ou de uma cavalaria, também estrangeira, de barões franceses do que das massas populares. Para estas o período árabe fora a possibilidade de uma reconciliação de culturas, incluindo a judaica, pelo reencontro de seus elementos fundamentais; e, como realização, os círculos de cultura mais elevada das cidades-centro da civilização moçárabe, são paraísos de paz em que o indivíduo encontra um mínimo de limitações e em que, pela poesia, pela música, pela filosofia, por uma ciência que é mais de adoração do que de poder, o homem se evade o mais possível das fatalidades físicas e históricas e paira, pela contemplação e pela criação, acima de todas as contingências de seu condicionalismo.

Se queremos recair em todos os perigos de introduzir o "se" na história poder-se-ia supor que o livre desenvolvimento de uma civilização luso-tupi no Brasil levaria a alguma coisa de semelhante, mas com um sentido de progresso, visto já se incluir a experiência moçárabe, e com muito mais liberdade de vigência, sem as prisões do mundo urbanístico da Península, dado o esplendor e a novidade e a

grandeza do mundo a que se aportava, finalmente com unidade muito mais acentuada atendendo à nitidez das linhas religiosas dominantes que vinham com os portugueses e à plasticidade da organização social do Tupi.

2

Certo é, no entanto, que são infrutíferas todas as tentativas de evolução progressiva de qualquer sociedade, como grupo restrito, sem que a evolução geral se faça simultaneamente; é como se a humanidade tivesse que atingir toda ao mesmo tempo um futuro reino dos céus e, por disposição interna, voltassem a cair nos níveis comuns os que, por circunstâncias de momento, pareciam falados para outros destinos. É o que sucede, por exemplo, com as ordens religiosas que praticam um certo ascetismo de libertação ou uma ordem econômica mais de acordo com postulados morais: a sua chamada decadência não é mais do que o regresso, afinal fraterno, a atitudes e organizações gerais, e a fundação de novos grupos uma tentativa de fazer vingar o que faliu só porque se pôs de parte esta condição fundamental de que o progresso estável somente pode ser geral; o progresso de um grupo num tempo e num lugar está condenado a ser, quando muito, um "projeto-piloto"; mais por grandeza do que por miséria da humanidade, a salvação só pode ser total.

Não podia ter sucedido de maneira diferente com esse paraíso brasileiro que se anunciava; a Europa estava apenas no início da sua fase de grande capitalismo e de batalha pelas técnicas e pelas fortes disciplinas econômicas: O Brasil, como país nitidamente colonial, tinha de acompanhar o movimento comum e o acompanhou, compartilhando afinal do que era o sacrifício de todos. O sofrimento e os desvios da linha primitiva, representados, por exemplo, pelo descimento dos índios ou pela importação dos escravos negros, teriam sido bastantes para explicar, da parte do oprimido e da parte do opressor, a famosa tristeza brasileira: uma terra de promissão se velava de repente não apenas a

um chefe, como outrora, mas a todos aqueles que, por séculos, tinham tido como guia fundamental de marcha a esperança de que se renovasse, em termos concretos e em seu tempo, o mito poético da idade do ouro; e se velava porque, bom grado mal grado, o Brasil fazia parte de uma economia já mundial.

Sob este ponto de vista de retardamento de um Brasil paraíso, é evidente que têm relativamente pouca importância os ciclos ou as zonas econômicas do pau-brasil ou do ouro, embora o estudo deste último nos pudesse fornecer elementos de grande interesse para a compreensão dos movimentos internos do país. A grande base do retardamento do Brasil como civilização nova vai estar no ciclo de açúcar e, mais que tudo, no ciclo do ouro com Minas Gerais, Cuiabá e Goiás; a corrida para o ouro, que provoca o quase despovoamento de Portugal em homens, fixa no Brasil uma tão elevada percentagem de europeus que o equilíbrio anterior se rompe e se perde aquele hibridismo de cultura que se apresentava como tão promissor; o indígena passa a ser uma minoria que se elimina rapidamente, e a lei de Pombal, banindo o uso do Tupi, é o ponto culminante do drama brasileiro, que consiste essencialmente em ver-se arrastada pelas correntes de um mundo europeu, que lhe é estranho, a nação que estava ensaiando um teor de vida inteiramente novo.

Acontecia com o Brasil, em grande, o que acontecera em linhas reduzidas, pelo que respeita à extensão territorial, com o Portugal europeu; fadado por um destino próprio, viu-se, por circunstâncias econômicas e políticas, obrigado a fazer parte da Europa com a qual quase nada tinha que ver; praticamente, a partir dos fins do século XV, Portugal é um país ocupado pelo estrangeiro, quer a ocupação se faça com o direito romano, a arquitetura renascentista ou a poesia do tipo italiano, quer se processe com as instituições da Contra-Reforma, a política de linha maquiavélica e, mais diretamente, as tropas de ordenação austríaca trazidas pelo Duque de Alba; a melancolia portuguesa que nitidamente se estabelece nesta altura, embora haja, e devido a outras ocupações, raízes anteriores, passa ao Brasil, ocupado

também por uma característica de vivência que de nenhum modo correspondia aos seus anelos íntimos e às suas mais profundas disposições.

De qualquer modo, porém, que se apresente o ambiente do mundo, procura sempre o homem deixar nele a sua marca, desde que se proporcione um mínimo de conjuntura. A prosperidade aparente, trazida pelo ouro, na fase mais repousada que se seguiu ao ciclo ativo da mineração, permitiu a criação de uma arte brasileira, que se integra naturalmente nas linhas do barroco, arte de um gênio de expressão obrigado a curvar-se sobre si mesmo pelas limitações de uma censura exterior, mas que, por assim dizer, reforça esse elemento dominante: para o Brasil o drama era ainda mais terrível do que para Portugal e o pungente das igrejas de Minas, ou dos Profetas, muito mais poderoso do que, por exemplo, o da lírica popular do outro lado do Atlântico. Afinal é o Brasil inteiro que está riscando os seus templos e esculpindo os seus santos com as mãos, nascidas para talhar a realização de grandes sonhos, roídas agora pela lepra de uma economia que não construiu, que intimamente repele, mas a que se tem de submeter e a que se submete, com espírito religioso, para futura remissão e glória da humanidade.

E vem talvez a propósito notar-se que, sob circunstâncias econômicas menos opressivas, mais perto de destinos naturais como foram, por exemplo, as do ciclo do açúcar do Nordeste e do café no Vale do Paraíba, o Brasil aparece mais despido desta melancolia e desta convivência de sacrifício: as igrejas da Baía, do Recife ou da Paraíba, com suas concessões à fantasia dos leões orientais e das sereias na trama dos altares, ou dos sobradões das fazendas cafeeiras, com o seu gosto de cultura e o voluntário afastamento dos grandes centros urbanos, dão mais livremente aquela capacidade de sonho e aquela reprovação da civilização urbanística que me parecem as duas características fundamentais do génio brasileiro; à menor possibilidade, rompem as fortes tendências orgânicas, logo, porém, abafadas pelas circunstâncias gerais, inelutáveis, já que é forçoso ser-se solidário com

os destinos comuns do mundo; o que importa, no entanto, é que, pelo menos, tenham ficado, não só como uma espécie de testamento geológico mas, principalmente, como uma promessa para o futuro.

Se esta civilização europeia, do tal tipo de prever para poder, de pontualidade, de disciplina e de sacrifício, consentido ou não, de militar eficiência, sem a qual, como convém acentuar, teria sido impossível para a humanidade qualquer progresso e qualquer esperança realizável de paraíso futuro, foi imposta a Portugal, como a outros países do sul da Europa, e, por seu intermédio, imposta ao Brasil, não é de estranhar que, dados os antagonismos essenciais, ela funcione de modo pouco perfeito, principalmente pelo que respeita ao Brasil; a nossa imitação do europeu será sempre pobre em relação ao original: mas essa pobreza não é intrínseca; pelo contrário: o que é intrínseco é a riqueza de possibilidades na invenção do futuro. No fundo, funcionarmos mal, sob este critério europeu, é um atestado de vitalidade e a segurança de que o naufrágio da civilização europeia não nos arrastará consigo para os fundos oceânicos do esquecimento histórico.

Pode parecer que, sob certos aspectos, esta afirmação é excessiva, e que, aceitável no que respeita à mecânica ou à organização política, se revela falsa no que entra, digamos, nos domínios da moral. Responderíamos em primeiro lugar que, sem querer de modo algum negar uma estrutura moral ao espírito humano, muito poderíamos ver, no critério de moralidade, da influência dos tipos de civilização ou de culturas; mas acho que será de melhor proveito insistir nas deformações morais que vêm do adoptar uma linha de vida que não corresponde de modo algum às apetências interiores; desde que se não atinja o nível da santidade, o que imediatamente sucede é que se procura escapar ao rigor das exigências, por qualquer processo, inclusive o do suicídio; e, sem querer generalizar muito, chamaria a atenção para o fato de, sob a disciplina do branco, os outros dois grupos fundamentais da etnia brasileira terem escolhido cada qual um destes dois caminhos: a mão preta preferiu o primeiro; era o segundo a porta da liberdade do índio preso.

Parece-me ser ainda, de certo modo, o problema psicológico mais vulgar do Brasil; o triunfo incontestável da civilização europeia, especialmente sob a forma que lhe imprimiam os norte-americanos, criou a falsa idéia de superioridade absoluta desse tipo de vivência: é difícil dissociar os resultados práticos de todo o resto dos elementos de uma determinada cultura; é o que faz que os japoneses, perdida a guerra, adoptem a guerra, adoptem a democracia do país que os venceu ou que tribos primitivas sucumbam, por abandono dos seus valores morais próprios, ante a superioridade da carabina sobre a flecha ou do antibiótico sobre o passe mágico: superioridade prática e imediata; o sermos diferentes e, por conseguinte, nos adaptarmos mal, faz com que nos vejamos inferiores perante o europeu típico, o qual, por sua vez, mal acostumado pelos triunfos e pela universalidade de seus aparelhamentos, reprova o que não encontra igual, e humilha o que lhe foge aos padrões, sobretudo quando o estuda com a distância científica, diríamos, a objectividade zoológica, de certos antropologistas culturais.

3

Resta naturalmente saber até que ponto e em que sentido são este triunfo e esta universalidade da cultura europeia realmente duradouros e capazes de história. Ora creio que a crise do nosso tempo significa de fato a chegada a seu términus lógico da civilização científica e técnica da Europa; conseguido o objectivo que se pôs em vista de assegurar o domínio pelo homem das oposições físicas a uma vida de liberdade, o europeu, e fala-se aqui de um modo geral do caráter europeu que tanto se pode encontrar num checoslovaco como num chinês, atingiu um ponto em que já não pode avançar mais e de que, pelos hábitos adquiridos, lhe é impossível recuar. Como sempre sucede quando se põe o fim como de consecução desejável quaisquer que sejam os meios a empregar, estes aprisionam quem os manejava e acabaram por se substituir às metas a que a Europa os tinha destinado. O absurdo em que caiu a economia de produzir para lucrar, ao serviço

do fabricante e não do consumidor, é apenas um dos aspectos por que se manifesta a crise interna da cultura européia.

Parece que o automatismo de fabricação, e a conquista de fontes de energia que são praticamente inesgotáveis, e que dependem da própria constituição íntima da matéria, e não de falíveis conjunturas exteriores, marcam o ponto mais alto a que podia ter chegado a atividade de descobrimento técnico. Abrem-se, daqui por diante, mesmo para as imaginações mais restritas, infinitas possibilidades de abundância de produtos e de exigência mínima de trabalho. Na realidade, criaram-se escravos de aço que nos podem dar o ócio sobre que se construíram as grandes culturas humanas e que o podem dar, pela primeira vez, sem conflitos morais e para todo o grupo humano, não apenas para uma reduzida aristocracia. Praticamente, todas as manufaturas do mundo, incluindo a agrícola, poderão funcionar com um número reduzido de braços, o que permitirá empregar na mecânica, sob as suas várias formas, o puro amador, o artífice voluntário; também pela primeira vez, sucederá nos domínios da fabricação o que sucede em geral nos campos da arte ou da ciência.

O único ponto em grave dúvida, pelo que se refere à Europa e à América do Norte, é se esta libélula de ruflantes asas luminosas conseguirá libertar-se da sua casa de ninfa; sem querer discutir mais profundamente o assunto até nos aspectos metafísicos que ele poderia tomar, diremos apenas que a operação se afigura difícil, senão impossível. Não aparecem na cultura européia as formas espirituais suficientemente fortes para que o escravo da máquina se revolte e vença; criam-se artificialmente necessidades para que os novos produtos se coloquem; cria-se uma mística de atividade que o é, no fundo, de pura agitação; a contemplação do tempo e da vida tornou-se ocupação censurável; mede-se o homem pela eficiência prática; e, quanto ao regime econômico, oscila-se entre a solução de aumentar paralelamente a produção e o desemprego, e a de centralizar de tal modo a tarefa manufatureira que se acabará perdendo, com a liberdade econômica, a liberdade espiritual.

É, porém, certo que a cobertura de civilização européia em alguns países é extremamente reduzida e superficial; parecerá que, no momento em que a Europa se suicidasse pela crise econômica ou pela guerra, uma China, uma Índia ou, no seu conjunto, uma África, poderiam guiar a humanidade pelos caminhos novos que se tornam necessários. São regiões em que, ou houve sempre forças espirituais que se opuseram intrinsecamente à invasão européia, ou existe uma virgindade de cultura que as tornaria aptas a prosseguir o caminho humano que a Europa não pôde, como era natural, tomar na sua totalidade; a esperança do mundo estaria nos locais que até agora o europeu tratou praticamente como colônias de exploração. Nota-se ainda que existem culturas com capacidade de universalismo, pela própria extensão territorial que ocupam ou pela diversidade dos países que abrangem: bastaria apontar, com duas significações diferentes, o conjunto dos povos árabes e a área asiática das várias formas de budismo.

Sucede, no entanto, que circunstâncias várias podem levantar dúvidas sobre as capacidades destes povos para o prosseguimento da cultura humana num sentido de salvação e liberdade. Em primeiro lugar, pelo que respeita à China e à Índia, trata-se de grupos humanos que já deram, o primeiro pelo laicismo da sua organização, o segundo pela capacidade de vivência mística e naturalística ao mesmo tempo, a sua contribuição essencial para o fundo comum; em segundo lugar, estiveram durante tanto tempo sob um regime de colonização tão violento que os recalques e complexos os inutilizaram por muitos anos para uma vida de que têm de ser traços dominantes o amor, a aceitação plena do universo, a capacidade de simpatia e de inclusão; em terceiro lugar, problema de superpopulação, fatalismos psicológicos e orgânicos ou conjunturas econômicas os podem levar, como em parte já estão levando, para regimes ou preocupações que os afastam das estradas por que nos poderiam guiar.

Quanto à África, o problema é semelhante, embora se ponha de outro modo: na parte setentrional, encontramos um racionalismo agressivo e uma religião que parece incapaz de se renovar, dada a

falência de todas as correntes modernistas que sejam puramente laicas. No grande bloco africano que vai do sul dos desertos aos planaltos meridionais, o ambiente natural desfavorável e o atraso das populações tornam extremamente difícil que se saia da condição de reservatório de matérias-primas, de grande importância, como é de supor no mercado internacional, mas de reduzido peso para a solução do problema que nos interessa agora. Finalmente, a África do Sul parece demasiado fechada sobre si própria para que se lhe possa atribuir qualquer missão de guia de povos, acrescendo ainda que a luta racial a põe num plano inteiramente desfavorável para um empreendimento em que não mais se tratará de vencer e explorar mas de incluir e irmanar.

Ficam, naturalmente, fora das regiões de importância reduzida, marginais por assim dizer, como o Japão, a Indonésia ou a Austrália, dois grandes grupos de terras: as do Norte da América e as da América do Sul, que alargaremos além dos limites geográficos, de modo a incluir o México e as pequenas repúblicas do Golfo. Sem querer pôr de momento com maior extensão o caso do Canadá, que pode de certo modo sair das suas limitações e ser o depositário do melhor que há nas tradições francesas e inglesas, parece que é da América do Sul que a humanidade poderá esperar as indicações de novos horizontes. Aí se desenvolvem, em condições que nunca tiveram na Europa, os povos peninsulares, que foram sempre servidores pouco disciplinados da civilização européia; aí se fundiram ou se conservaram etnias para as quais, nos outros pontos da terra, só houve a exterminação; aí se olhou sempre com indiferença profunda e de massa tudo quanto se centra na eficiência e não no humano, no aprendido e não no imaginado, no plano e não na improvisação.

Houve, no entanto, países que se europeizaram demasiado, como a Argentina e o Uruguai, e que não aparecem como capazes de uma tarefa de inovação; outros que se encontram oprimidos por uma poderosa massa de limitações econômicas e sociais que vão demorar a eclosão, como por exemplo no Paraguai ou na Bolívia; outros sem peso de ataque, como é o caso dos países centro-americanos; restam,

como de utilização admissível, os dois grandes blocos do Brasil e do México. Como, felizmente, não são vizinhos, é difícil que surjam entre eles os atritos que tornaram impossível uma união peninsular e impediram que o gênio português e o gênio espanhol, que na realidade não são adversos mas complementares, realizassem, na própria península e a partir dela, uma obra que provavelmente teria salvado de seus perigos internos a cultura européia; a unidade ibérica, unidade interna, não externa, que as próprias condições européias fizeram impraticável, pode realizar-se na América sob a guia e o impulso do Brasil e do México.

O que nos interessa, porém, agora, é realmente o problema do Brasil e da sua capacidade de liderar o futuro humano, quando se desembaraçar de tudo quanto lhe foi inútil na educação européia e exercer, com o esplendor e a vigorosa força de criação que pode demonstrar, as suas capacidades de simpatia humana, de imaginação artística, de sincretismo religioso, de calma aceitação do destino, de inteligência psicológica, de ironia, de apetência de viver, de sentido da contemplação e do tempo. Que terá de exercer naturalmente sobre uma base de herança européia, a qual me parece consistir essencialmente na união harmónica de uma vida urbanista e de uma vida rural. Quanto à primeira já demonstrou o Brasil o que podia fazer, e de que maneira eficazmente correspondente ao seu génio e à sua missão, quando lançou a arquitetura cuja característica fundamental é a supressão do peso com que, e até ele, todo o edifício humano oprimia a mãe terra; quanto à vida rural, o Brasil, pondo de parte o apego à propriedade do solo que tantos males trouxe consigo na Europa, conservou pelo regionalismo tudo quanto havia a conservar de diferenciação de vida e de linha tradicional como laço indispensável de homem a homem através do suceder dos séculos.

4

Sem querer de nenhum modo atribuir alicerces exclusivamente econômicos a estruturas artísticas, não deixa de ser necessário relacionar

o aparecimento do barroco de Minas ou dos sobradões de fazenda com a mineração do ouro e o surto do café, como as afirmações da arquitetura moderna e de todas as outras artes que são, no fundo, arquitetônicas, vão de par com os progressos da industrialização ou o desenvolvimento de certos pontos. Não será, pois, um absurdo supor que um futuro desabrochar do Brasil terá de assentar em sólidas bases econômicas, não, repetimos, como actividades criadoras ou como determinações absolutas, mas como instrumentos por meio dos quais a fantasia pode tomar pé na realidade das coisas; convém, por conseguinte, que se pense no que poderá ser essa economia, o que tem sempre dois aspectos: o da economia no conjunto do mundo e o de seu papel ou importância interna; há, por um lado, que saber qual vai ser a contribuição do Brasil à produção universal, por outro lado qual vai ser a sua própria base de vida nacional.

Como concorrente, ou, numa economia de cooperação, como contribuinte de produtos cotáveis no mercado internacional, a posição do Brasil, é, por vários motivos, precária, e a grande ameaça vem sobretudo do desenvolvimento da agricultura industrializada nas terras de África: o produto que o Brasil poderia colocar virá de outros pontos mais barato e, porventura, de melhor qualidade. Quanto a matérias-primas industriais, não é seguro que as técnicas futuras vão empregar, nas quantidades actuais, os minérios ou a produção de origem animal ou vegetal que o Brasil pode actualmente colocar no mercado de valores; a físico-química da desintegração está ainda nos seus inícios e é já de tal modo promissora que se afiguram possíveis todos os sonhos da alquimia medieval, além da substituição de materiais, ou relativamente raros ou de penosa exploração, pelos produtos sintéticos que poderão oferecer, sobre os outros, vantagens de caráter técnico ou humano.

O mais provável é que, dadas as condições gerais do mundo, o Brasil se encontre numa posição econômica de isolamento, isto é, sem produto de alto valor como elemento de troca para as necessidades de sua importação; põe-se então naturalmente o problema de saber como viverá. É evidente que só o poderá fazer sobre uma economia

que seja primacialmente de trocas internas, o que pode ser, ao contrário do que se julgaria, uma posição favorável para o desenvolvimento da cultura: o Brasil é bastante rico e diverso para que as relações internas possam ser frutuosas, ao mesmo tempo que bastante unitário para que as trocas se possam realizar em regime de maior facilidade. Acresce ainda que o Brasil realiza, dentro das suas fronteiras, o que tem sido um elemento extremamente importante, dentro da sua economia, e da cultura, dos países de ocidente: metrópole, ou metrópoles, e colônias estão cingidas pela linha de limite; o desenvolvimento e a exploração de territórios coloniais são afinal economia interna do Brasil.

Não parece provável nem desejável que a base de economia geral de um mundo novo deixe de ser a agricultura, a qual se pode apresentar por dois aspectos inteiramente diversos: o de uma agricultura dentro das linhas tradicionais, apenas com os melhoramentos técnicos que se introduzirão, ou uma agricultura industrializada, segundo a experiência da actual hidropônica; o segundo põe naturalmente o problema de uma indústria química fortemente desenvolvida, o que talvez seja difícil de pensar para o Brasil na escala indispensável. Resta a solução de uma erosão do solo; com a intensidade havida no desmatamento, a quase nula plantação de árvores e os processos geralmente utilizados na organização das culturas, o Brasil se encontra atualmente no caminho de não possuir mais solo arável, o que significa que um país que, sob o ponto de vista em que estamos interessados, ainda não nasceu, já se encontra ameaçado de morte pelo fator que possivelmente entrou em maior grau para o desaparecimento de grande parte das civilizações antigas.

É, por outra parte, dificilmente contestável a tese de que os solos tropicais são impróprios para o sustentamento de civilizações baseadas sobre uma agricultura de cereais; o esgotamento ou inutilização das terras se fazem tão rapidamente que não é possível a acumulação de populações durante o tempo necessário para que uma cultura surja e se desenvolva. Ocorre logo a idéia de que a base deva ser não o cereal, mas a árvore, que tem sido, por coincidência não estranha, um

os alicerces da economia portuguesa, igualmente deficitária quanto a cereais; a contestação de que as culturas baseadas sobre árvores têm sido primitivas e reduzidas não colhe para o futuro: o que é indispensável é entender-se que a máquina humana se pode sustentar de uma arboricultura; o nível a que atinja é outro problema; mas não deixa de ser interessante notar que são as culturas dos coletores de produtos arbóreos, as que estão mais perto da poética idade do ouro, que se trata agora de renovar ou invocar sobre a terra.

Talvez de todas as tarefas materiais que o Brasil tem à sua frente, seja a mais urgente, a mais indispensável a um surto cultural do futuro, a do reflorestamento do seu território ou de seu florestamento, em certos casos; a atitude tomada quanto às árvores, individual ou colectivamente, será o critério de salvação ou perda do Brasil; as fatalidades do mundo se exercem com grande respeito da liberdade do homem e caberá ao homem brasileiro decidir, concretamente em certo tempo e em certo espaço, diante de cada pé de árvore, do destino futuro da sua coletividade; não já o aspecto negativo de derrubada das matas, mas o aspecto positivo da sua reconstrução será a pedra de toque das possibilidades futuras do Brasil: só há, teologicamente, um pecado imperdoável, isto é, o que se comete contra o Espírito Santo, contra as possibilidades fundamentais do indivíduo dentro dos planos divinos; pois bem: é pelo desmatamento ou pelo florestamento que o Brasil pode escolher entre cometer ou não o seu pecado contra o Espírito Santo.

Embora pondo ao mínimo o problema de transporte ou o do aparelhamento industrial, uma economia de produção agrícola – que não vemos de modo algum como baseada em grandes extensões de monocultura, mas em pequenas áreas de policultura e regime cooperativo e aldeamentos centrais, pela resolução dos problemas e das necessidades da vida humana –, não deixa de exigir a existência de centros de indústria. Quanto a estes, notaremos, em primeiro lugar, que é absurdo colocá-los longe dos centros de produção; em segundo lugar, que o automatismo crescente da aparelhagem exige cada vez um

menor número de trabalhadores e que, embora a especialização seja crescente, ela permite, pelo escasso tempo que é indispensável à sua aprendizagem, uma instrução relativamente rápida do operário; finalmente, que a idade de aposentadoria, que baixa logicamente com o progresso da aparelhagem, tende a atingir rapidamente um nível mínimo.

Resulta de todas estas circunstâncias que não é impossível imaginar como realizável um estágio de indústria em que todo o trabalho se possa executar em bases semelhantes àquelas em que atualmente se faz o trabalho de instrução militar e o de manutenção de aquartelamentos e petrechos; à volta de um grupo relativamente reduzido de profissionais de caráter vocacional se junta todos os anos para a instrução indispensável a massa dos conscritos que, passando o período de serviço, voltam à vida civil de que só serão chamados em caso de emergência. Do mesmo modo se realizaria, à volta dos raros instrutores de indústria, uma concentração das classes aptas para o trabalho, encarregadas de manter e fazer durante um certo tempo de serviço civil as máquinas da nação e logo libertadas, pelas classes seguintes, para o outro trabalho, ordinariamente fácil e de escassas exigências, da manutenção e renovamento das superfícies de silvicultura e pomicultura.

A visão que teríamos deste Brasil imaginado, quanto ao que se refere à organização econômica, seria a de um aldeamento disperso entre bosques e pequenos espaços hortícolas, pelo que respeita à agricultura de subsistência, e a de uma concentração de atividades industriais, pelo que respeita à fabricação do aparelhamento nos seus vários aspectos, em pontos estratégica e tacticamente escolhidos, que reduzissem a um mínimo todos os serviços de transporte em que se consume, na maior parte das vezes com absurda inutilidade, grande parte do esforço humano; como os aldeamentos ainda podiam ser, essencialmente, de reabastecimento cultural e econômico, à maneira dos atuais centros de cidade, daríamos aos homens já ou ainda livres da sua obrigação de serviço servil o máximo de espaço e de liberdade,

combatendo-se também ao máximo a prejudicial concentração urbanística; pelo outro lado, recolher-se-ia igualmente um ótimo de eficiência da concentração de esforços no que diz respeito às fabricações industriais.

5

A economia deste Brasil poderia servir de eficiente substrato à eclosão de uma cultura de que apenas tem havido prenúncios, igualmente prejudicados pela incerteza e os erros de caráter material, incluindo nesta categoria a organização da sociedade, e pelas influências históricas de um conteúdo europeu que é naturalmente estranho. E embora seja extremamente perigoso querer lançar as características da cultura do porvir, dado o restrito dos elementos que se mostram no presente e as surpresas que trará consigo a própria evolução, talvez não fosse absurdo fixarmos desde já em que pontos a cultura brasileira se tem mostrado original em comparação com as outras culturas. Por outro lado é possível que o desenvolvimento cultural não seja inteiramente independente dos propósitos e da vontade humana, quaisquer que sejam os nexos causais que possamos estabelecer, e que a orientação crítica tomada a partir do presente possa provocar, ou pelo menos facilitar, o aparecimento das linhas culturais que mais interessariam ao mundo.

Escolheria das artes, como mais representativas do que me parece ser o gênio brasileiro, a arquitetura, a pintura e a poesia, sujeitas naturalmente a modas, a influências de momento e à tentação do aceitável e do fácil, mas desenvolvendo-se apesar de tudo ao longo de certas normas que devem representar fatores internos de primacial importância. Pelo que respeita à primeira, se compararmos o ciclo arquitetónico de Minas ou do Nordeste com a arquitetura atual, lhe encontraremos a característica comum de se negar à aceitação da realidade exterior e de ver, para lá do real, um mundo, mais estável e mais verdadeiro, de irreal que se trata de pouco a pouco substituir ao

mundo dos sentidos comuns. No barroco o homem se furta pela fantasia, a musicalidade interna, o involuto das curvas; pela simultânea ingenuidade e simplicidade dos ornatos, a que apenas a repetição traz sobrecarga; pela audácia e a íntima harmonia dos traçados; pela prisão do sonho, pela sua rítmica contenção na nitidez das formas exteriores, a tudo quanto a sociedade lhe pretendeu impor de regulamentação e disciplina de grupo. Na arquitetura moderna a ligeireza dos edifícios, a sua preocupação de não apresentar peso, o ousado caráter de fantasia plena, de inteligência, de geometria do evanescente, representam o mesmo anseio de se não deixar prender pelas condições do mundo exterior, de negar a realidade última de um movimento gravitacional, alando em liberdade o que parecia condenado às prisões de um universo físico. Mas o que mais importa é que esta fuga se faz, e aqui muito mais claramente do que no barroco, sem o desprezo da sobriedade, da elegância, do aticismo e da economia de movimentos que sempre anda ligada, por clássica, às verdadeiras libertações.

O mesmo se poderia dizer da poesia, no sentido mais amplo, ou da pintura, no que elas não têm servido a escolas ou movimentos estrangeiros; quando não é simbolista ou surrealista ou abstracionista ou picassiano por fraqueza ou voluntária adesão, o artista brasileiro no melhor, por exemplo, de um Machado de Assis ou de um Manuel Bandeira, de uma Djanira ou de um Pancetti, é capaz como nenhum outro de ligar, com um perfeito domínio técnico, expresso pela simplicidade, o sonho e a realidade, traduzindo nos apreensíveis termos do sensível a fantasia que reside nas coisas, revelando pela humildade e a coetânea audácia de sua arte aquela delicada beleza e íntima verdade que tanto se furta a quem vê o universo apenas sob critérios de utilidade.

Poetas, pintores e arquitetos do Brasil ensinam o homem comum a ver quanta fantasia, quanta irrealidade, quanto palácio, quanta princesa e quanta boda de história de fadas se escondem no acontecer quotidiano e lhe representam o que tem de eterno, o que decididamente o liga a um Deus, cuja característica essencial passa a ser não a vontade nem o amor mas a imaginação criadora, no gosto pelo singular, pelo que é

diferente, pelo individual e o único. O artista brasileiro anuncia o avento duma era em que o indivíduo superará a sociedade, em que o sonho se instalará no real e em que a inteligência passará de ser útil a ser deleitável.

O mesmo movimento poderíamos descobrir na ciência, embora aqui as influências doutras culturas, muito mais prementes dadas as necessidades técnicas da atividade científica, e, por outro lado, as solicitações da aplicação prática, possam ocultar com facilidade as verdadeiras tendências. A ciência para poder e prever, apesar do seu fim próximo, está ainda demasiado sólida no mundo para que o cientista brasileiro possa dar expansão à sua verdadeira natureza; mas, no fundo, ele é levado pelo mesmo impulso que determinou a breve eclosão da ciência portuguesa do século XV e de princípios do século XVI. Efectivamente, ao passo que a Europa seguia na esteira do movimento científico alemão que, pelo livre exame, o afastamento da autoridade e a confiança da inteligência individual, daria a criação da física, da química e da matemática modernas, além de contribuir poderosamente para a sistematização das ciências chamadas naturais, os portugueses, pelas observações dos seus pilotos, dos seus marinheiros, de seus exploradores e de seus soldados, logo narradas com a vividez, a direta simplicidade, e a profunda nota afetiva de quem aponta uma experiência pessoal que poderia ter sido, por natureza humana, a de qualquer outro dos companheiros, mantinham os direitos e as irradiações de uma ciência a que poderíamos chamar católica de que de bom grado se dissolve na comunidade e não procura ir além de uma linha geral de entendimento e de saber.

Mesmo nas obras mais nitidamente marcadas no selo individual, como o *Esmeraldo*, os *Roteiros*, ou os *Colóquios*, o português mantém-se fiel à grei, o que tantas vezes se simboliza numa fidelidade ao soberano, e vê nas criações um motivo e uma oportunidade para louvar o Criador, isto é, descobre a grandeza do universal na pluralidade do diverso, sem que a singularidade se elimine e, por outra parte, vê Deus como sendo essencialmente o artista supremo que inventou as faunas dos corais, ou a tromba marítima,

ou as fantasiosas conhecenças ou o lento balanço das palmas nas tardes tropicais.

Quanto a esta afirmação da fantasia na ciência e a esta negativa a vê-la apenas como possibilidade de domínio, convirá pôr em relevo certos aspectos da pesquisa física no Brasil, principalmente pelo que diz respeito ao campo da astrofísica, em que as possibilidades poéticas da mentalidade brasileira se têm revelado com maior segurança. O valor de grupos de físicos que rapidamente apareceu no Brasil logo que as circunstâncias se tornaram favoráveis, o ritmo de entusiasmo e de fantasia que os anima a todos; a persistente recusa da realidade num setor que a respeita, no entanto, até ao último pormenor e para o qual um só fato em contrário abala todo o edifício teórico; a conservação da humanidade de sentimentos e de convivência através de todo o vôo puramente abstrato da teoria física moderna são porventura uma das melhores afirmações das possibilidades futuras do espírito do Brasil.

Acontece, porém, que na física a iniciação é difícil e os primeiros caminhos aparecem demasiado áridos e demasiado longe de seu último objectivo de beleza e de sonho para que o grande número seja tentado a segui-los. Há, no entanto, outra ciência em que parecem encontrar-se mais facilmente os elementos essenciais desta atividade científica, no que mais propriamente pode ter de brasileiro: a busca do geral com respeito do amor e do particular e o reconhecimento da grandeza da criação na arquitetônica do mais diminuto pormenor; refiro-me à história natural, à qual, por natureza, oferece o Brasil um campo praticamente inesgotável e em que, da massa dos amadores, vai surgindo um escol de cientistas que se estão afirmando como dos melhores do mundo e nos quais o rigorismo científico de nenhum modo põe de parte as qualidades de fraternidade humana ou cósmica que tantas vezes se oblitera nos homens de ciência em que Fausto impera.

Conviria agora falar no que veríamos como cúpula de toda a verdadeira cultura, isto é, na atividade de invenção filosófica. Tocamos aqui num dos pontos cruciais do que poderíamos chamar a cultura ibérica, tão acusada de incapacidade filosófica, apesar de se revelar

tão nitidamente a linha ibérica na constituição dum Spinosa, para citarmos apenas o exemplo maior; e creio que, na realidade a nossa parte tem sido mínima no que respeita à elaboração de filosofias que se apresentam quase sempre ou como laicas, ou como esquemas do mundo sob o ponto de vista do humano, ou como instrumento de classificação para que o domínio seja mais fácil. Desenvolvendo o que na Península foi apenas tendência dramaticamente entrecortada, o Brasil parece mostrar também uma nítida preferência por formas de pensamento de carácter religioso, isto é, de que se não exclua o sentimental e o prático e em que, por outro lado, a filosofia tenda a ser mais de acção e de experiência do que de especulação e desinteressado contemplar das mecânicas do mundo.

Não me parece que no futuro cultural do Brasil a filosofia, tal como a entendemos até hoje, venha a ter uma grande importância, possivelmente porque há uma íntima contradição entre os seus objetivos e os seus métodos; de fato não se pode fazer filosofia como tanta vez se tem tentado, com o resultado de se produzir apenas literatura e da pior, sem métodos rigorosamente discursivos, em que sempre intervém como peça fundamental a distinta existência dum sujeito e dum objeto; mas a meta última de um verdadeiro impulso filosófico, como doutrina de compreensão ou doutrina de salvação, é a de se atingir um estado em que se apresente uma última realidade não dicotômica na qual nos incluamos, ou ela nos inclui a nós; por outras palavras, procuramos um sujeito ou pelo menos um ser em que se fundam sujeito e objeto, o que significa que há um ponto além do qual é impossível avançar em filosofia por métodos filosóficos; e aqui aponta, por um lado, o misticismo, por outro a filosofia apenas vivida, não sistematizada, que tem sido característica da nossa gente comum.

6

Seja como for, e considerando que nem o esquema das características actuais deturpa ou ignora fatos nem o quadro de futuras

realizações se encontra para além das possibilidades do Brasil ou fora das linhas gerais da evolução do homem, conviria saber de que modo se passaria a esse mundo novo, já que o fatalismo aqui é, de certo modo, como nalgumas tragédias gregas, o fatalismo condicional, cujos mecanismos implacáveis só se movem depois de um inicial disparo que dependa exclusivamente da vontade do protagonista. E, como neste último, o ato de pôr em marcha o drama podia ele próprio ser de vária natureza ou se apresentar vindo por vários caminhos, também parece que a passagem da era atual à era de aproveitamento integral das possibilidades da técnica se poderá fazer de vários modos, entre os quais avultam naturalmente, quando se lançam os olhos para os países que parecem mais próximos de o realizar, os meios de caráter político, por evolução, no fundo sempre fictícia, ou pela revolução, com violência ou sem violência, havendo no primeiro caso como que uma base geral de educação das massas.

Quer-nos, porém, parecer que qualquer das vias que se assemelham as mais fáceis e para muitas comunidades serão as fatais, estas políticas levarão diretamente ao que, pelo menos em teoria, ameaça qualquer sociedade em que impere uma verdadeira liberdade econômica, não naturalmente no sentido em que tomou a expressão o chamado liberalismo. Corremos para uma época em que a abundância de produtos e a diminuição do número de horas de trabalho poderão lançar a humanidade a um laicismo absoluto ou a um mero interesse pelos bens materiais da existência, com as consequências, que já apontam nos que até hoje se aproximaram mais de tal aspecto, da delinquência infantil, do elevado número de suicídios, do tédio envolvendo a vida em todas as suas horas de todos os seus dias. O triunfo sobre o ambiente físico não deve de modo algum significar, se lhe dermos demasiada importância, o aniquilamento do mundo espiritual; é necessário que o econômico seja apenas a condição indispensável para que ele mesmo nos deixe livres, isto é, para que o nosso espírito se entregue plenamente à carreira de que o forçado curso da história o tem desviado por tanto tempo.

Quero eu, pois, dizer, que me parece fadado ao desastre todo o progresso neste sentido que se não acompanhe dum desenvolvimento do espírito de ascese, na acepção que a palavra pode ter de abandono simplificador de todas as inutilidades da vida material. Mas, de abandono voluntário e não involuntário, como tem sido até hoje. Temos de romper todas as cadeias de coisas que atualmente, na maior parte dos casos, nos prendem por não desejada ausência e amanhã poderão inutilizar a nossa vida pela sua presença pletórica; e o ócio nos seria odioso, se fosse necessário, para o vencer, usar do artifício das necessidades inúteis ou de um trabalho que é puramente em vão, como vai acontecendo nalguns pontos do globo. A técnica, e incluo aqui a técnica política de arrumação da humanidade, tem de se orientar não para acumular sobre nós de modo a sufocar-nos, mas para fazer do mundo um envoltório mágico que nos permita exercer sem limitações os direitos do espírito pelas estradas reais do não-querer e do criar.

É este, essencialmente, o risco mais grave que tem ante si a civilização pelo tédio, pela abundância e pelo desespero. Como outrora no século III antes de Cristo, o mundo ocidental, nos estreitos limites das cidades-estado da Grécia, corria o perigo de ver perder-se tudo o que tinha sido criado pelo gênio helênico e foi salvo, gorada a tentativa de Alexandre, pela engenharia política dos romanos; como depois a asfixia econômica e a compartimentação da Terra desapareceram no século XVI, graças à ação dos portugueses; o mundo hoje, preso nas redes técnicas que tinha de fabricar como indispensável condição de sua sobrevivência, se vê ameaçado de uma agonia fatal se não surgir o povo ou grupo de povos que o salve, pondo um novo centro de vida, não na comodidade mas na fantasia, não no pleno gozo mas na recusa, recusa pelo desinteresse e não pela jactância de virtude. No fundo, trata-se de uma salvação pelas artes; mas os artistas terão de ser primeiro e basilarmente santos.

Afigura-se então, pelo que dissemos de sua possibilidade e seus anseios íntimos e pelas manifestações que logram romper as

necessidades de uma evolução econômica que o engloba, que seria o Brasil o ponto de onde poderia partir essa salvação da Humanidade; os outros se envolveram demasiado na política e na técnica, se comprometeram demasiado na empresa de assegurar o material e estão ainda demasiado soltos do apoio espiritual indispensável para que possam, nesta espécie de queda livre em que vão, encontrar as possibilidades mecânicas de uma inversão de atitudes. É, porém, inteiramente verdade que não há salvação colectiva sem salvação individual e que o primeiro, porventura o único dever de cada homem, porque naturalmente daí decorre tudo o que vier, é o de se salvar a si próprio; temos de nos recompor nós, inteiramente, em todo o esplendor de uma nova existência para que possamos levar aos outros a mensagem de esperança e apoio.

Não creio, para começar, que seja eficiente o método de que tantas vezes se fala, de uma educação intensiva; primeiro, pela velha dúvida, que é menos absurda do que se tem julgado, de se foi o esporte que educou o inglês ou o inglês tornou o esporte educativo; a educação, porventura, não é mais do que uma obra de arte, ao mesmo título que uma tela ou partitura; e pressupõe já aquilo mesmo que se busca; por outro lado, é um processo demasiado longo e difícil exigindo recursos vastos de material e de pessoal para o aproveitamento mínimo; parece-me ainda que a escola, tendo sido como foi, desde que surgiu até hoje, um processo de modelação para as disciplinas sociais e para a guerra contra a fatalidade física, só a custo se poderia transformar num meio de libertação; cometeu, historicamente, excessivo número de pecados para que lhe vejamos próxima, até possível, a nova santidade; e o que a substituísse como meio de educação, por exemplo a biblioteca, seria apenas um meio, um instrumento, que tem de estar, como é evidente, ao serviço de uma vontade e de um propósito anterior.

Da política nem vale falar: é processo que se adaptou sempre mal a gentes não modeladas pelos padrões anglo-saxónicos ou que poderia quando muito organizar em linhas eficientes a vida material

da nação; mas falta-lhe, por um lado, convicção interna, dado o pequeno número de políticos que, e isto em qualquer país, a vê como uma forma de atividade devocional, o que de resto é apenas um exemplo da universal falta de devoção em todo e qualquer ofício; por outra parte, e acompanhando-se aqui o movimento geral do mundo, o desinteresse público pela política é quase total, não, como se costuma supor, pela baixa qualidade dos políticos ou por excessivo comodismo da parte do povo, por egoísmo seu, mas porque os instintos mais profundos e um sentido geral da evolução da história fazem entender que a política passou a ter uma importância mínima; à falta de convicção interna, e talvez como interdependente, veio juntar-se a falta de convicção externa: a política é inoperante por ser afinal, se se permite uma imagem absurda, um vácuo atuando no vácuo.

Nos voltamos, naturalmente, para a ideia de que, dada a identidade de fins e meios, a premência de objetivo e as condições de que partimos, o fulcro indispensável do movimento resida numa intuição de caráter religioso, ou, visto sob um aspecto coletivo, num movimento místico de massas; a força de arranque tem que vir de elas próprias, qualquer que seja a oportunidade externa, e não parece que se manifeste nem sob o aspecto de resolução intelectual, nem sob o de livre escolha política; acresce ainda que não é nem a inteligência nem o ceticismo subjacente a toda a convivência do carácter liberal que poderão levar a cabo a revolução moral que o mundo espera. Seria evidentemente ocioso querer prever de que modo esse movimento religioso se poderá processar, já que a invenção inesperada e a novidade dos caminhos lhe terão de ser primordiais características: queremos apenas marcar aqui que ele terá de ser ao mesmo tempo, dadas as tarefas técnicas que o esperam, extremamente disciplinado; se fosse lícito empregar símile histórico, nos lembraríamos de alguma coisa semelhante que foi, com Maomé e seus sucessores, a irrupção dos árabes no mundo antigo ou, num aspecto mais conservador, a organização dos monges cavaleiros.

7

De qualquer modo, é naturalmente necessário que haja no país um ponto inicial de apoio, numa região que tenha já bastante sedimentação e bastante firmeza anterior, que, por outro lado, tenha estado o mais possível à parte dos movimentos económicos que impediram, com toda a justificação histórica, as manifestações próprias do gênio brasileiro, e que finalmente, embora não tenha cumprido ainda qualquer missão essencial, demonstre energia, vitalidade, e aquilo a que poderíamos chamar capacidade missionária. A este respeito, não parece que o sul do Brasil possa ser de uma grande importância: efetivamente, o seu destino e a sua explicação histórica são diferentes; não seria possível pensar em nenhuma grandeza do futuro se Estados como São Paulo ou Paraná não tivessem demonstrado, ou em indústria pura ou em monoculturas, que são, no fim de contas, agriculturas de caráter industrial, a capacidade neste campo das populações brasileiras e se, simultaneamente, pelas condições especiais de atividade e de clima não tivessem atraído o elemento estrangeiro, principalmente europeu e europeu das regiões em que a civilização técnica não se instalou com demasiado peso.

O que há a conservar da Europa veio assim através dos estados sulistas que demonstraram, por outra parte, capacidade de civilização rural, no sentido de não urbana, com o florescimento dos sobradões do Vale do Paraíba; mas veio o menos possível acompanhado de predomínios técnicos; foi de certo modo a parte de imaginação e não de pura aplicação que chegou com a generalidade dos emigrantes ao solo do Brasil, embora em muitos casos de países que, por condições até de caráter que podemos apontar como estritamente econômico, nunca tiveram possibilidade de desenvolver em grande escala os seus dons inatos de fantasia, científica ou não, e de contemplação inteligente de um mundo inteligível: por este aspecto, a região sul foi e é de primordial importância para o problema de um futuro Brasil.

Poderíamos, reunindo posições e características geográficas extremamente diversas, mas agrupando por aí unidades que são idênticas pelo que diz respeito a aspectos culturais, considerar logo em seguida a grande massa dos Estados que aparecem com a característica essencial de reserva, tanto em matérias-primas como de território para ocupação. Um Mato Grosso, um Goiás, um Amazonas, um Maranhão, até de alguma forma um Espírito Santo, esperam o afluxo de gente e de capitais para que possam trazer à nação o seu pleno contributo: são, pelo que se refere à grande área de habitabilidade em comunidades rurais, a maior esperança, mas esperança com aspecto dubitativo, da futura expansão interna do povo brasileiro; embora estejam contribuindo na medida do possível e evidentemente em condições mútuas muito desiguais para o desenvolvimento econômico do Brasil, o que existe na realidade da sua parte é o aguardar de que as condições dos Estados líderes atinjam os níveis necessários e condicionem uma expansão e uma organização gerais.

Minas, ao que me parece, representa um caso à parte; através de toda a longa gesta de batalhas e de martírios que foi a mineração, o Estado, aproveitando a situação econômica favorável, fez uma experiência decisiva: a de que é possível uma cultura brasileira com características próprias e disposta a afirmar a sua personalidade; por esse aspecto, são igualmente simbólicas ou uma construção material como igreja ou estátua, ou uma construção humana como a Inconfidência. Mas também se me afigura que a grande atração exercida por Minas não vem apenas do passado; enganam-se os que olham as suas cidades como museus, como museus exclusivamente do passado; poria mesmo que o encanto primacial de Minas vem do calado, resignado mas poderoso e obstinado apontar do futuro: Sabará ou Ouro Preto são também como que museus do porvir, como que a prefiguração do que poderá ser um dia um Brasil de posse plena dos seus destinos. Minas Gerais não é, como nas estrelas gregas, a doce e melancólica jovem que adormece para sempre na morte, irmão do sono e do amor; é, como no conto nosso, a Bela Adormecida que

espera no Palácio encantado a vinda do príncipe seu mago. Em Minas a vida não passou, espera, mas não há dentro de si mesma, entre aqueles cerros escalvados, revolvidos, torturados pelos mineradores, naquelas regiões que, embora fora da influência imediata da indústria extrativa, não deixaram de lhe sofrer efeitos que foram mais psicológicos do que econômicos, nenhuma grande possibilidade de soerguimento interno. Como para as outras regiões de reserva, e aqui a reserva é de sonho, o impulso tem de vir de fora; impulso econômico dos Estados do Sul, mas impulso humano da região de que falta falarmos, da que parece ser a que reúne as condições ideais para uma tal missão; isto é, do Nordeste.

E, desde que falamos do Nordeste, poremos já que nos não referimos especialmente à zona do açúcar, a qual no conjunto fez os mesmos sacrifícios de Minas e aponta com a mesma mensagem ao mesmo destino; por aqui, são irmãs Igaraçu e Congonhas, Olinda e Mariana, por aqui ainda o grande pátio de São Francisco na Paraíba espera os desfiles do futuro. O Nordeste que nos aparece vivo e atuante, o que dá a todo Manifesto Regionalista seu substrato de proclamação e de concitamento, de mobilização, é o outro Nordeste, o Nordeste puro e violento, estóico e místico, ousado e paciente, despido de ambições e não vivendo nunca o passado, amigo da terra e emigrante nato, o Nordeste do Polígono das Secas, dos quase desertos do Ceará e do Rio Grande, e dos nítidos, ásperos, despidos cimos da Borborema, tão evocadores das paisagens da meseta peninsular. É o Nordeste do homem que, jamais esquecendo o seu sertão, sabe bater-se como ninguém nos urbanismos do Sul e pelo contato com outros volta destino à terra de que partiu, como um contínuo fermento na massa já predisposta dos seus patrícios.

Não creio por isso que as amarguras do Nordeste tenham vindo de pura incompetência ou de puro descuido; existem razões internas mais fortes do que a vontade dos homens, mesmo quando ela se exerce para o que é, ou nos parece, o mal. Há casos no mundo, ponhamos o do Vale do Tennessee, que vinham na realidade de negligência técnica:

no fundo, não comiam populações cujo único destino parecia ser esse, o de comer. Quanto, porém, ao Nordeste, e é a impressão que se tem de certo modo da Espanha ou de Portugal, parece que a vocação o mantém, como às vezes acontece com os indivíduos, no regime das vacas magras, como que segura de que o tempo das vacas gordas seria o menos interessante do sonho. Uma natureza agreste forma rijamente os homens e tão madrasta se lhes mostra, a eles que a adoram, que só um caminho lhes resta: o de ser forte para sobreviver, o de emigrar para vencer.

Não me parece, portanto, que seja útil ou que tenha real efeito qualquer plano que vise a fixar o nordestino na sua terra e a fazer dele, em última análise, o homem feliz e profundamente desinteressante que encontramos numa Dinamarca ou numa Nova Zelândia. O gênio da terra e os fados do Brasil são contra as barragens, contra a irrigação e contra a agricultura da seca, na medida em que os trabalhos forem mais além do que a garantir a vida dos que ainda não partiram ou dos que já regressaram. Como nas casas assombradas os espíritos se batem contra a intrusão que os expulsa e, por afeitos ao lugar, os aniquila, também no Nordeste, casa há séculos de sombras, os sonhos dum possível Brasil se recusam à derrota e se batem com tão vigorosa tenacidade que um após outro ruem os planos e falham os homens, aqueles idênticos planos e aqueles mesmos homens que conseguem abrir caminho e firmar seu domínio num Paraná ou num Rio Grande do Sul.

O que há a fazer com o Nordeste, para ele e para o resto do Brasil, é assegurar o mínimo econômico necessário ao bom desenvolvimento físico do homem, atacando, logo de início, o problema da mortalidade infantil; sustentar pelos meios técnicos os seus veteranos, os que voltam das campanhas do Sul, e organizar a emigração, agora desordenada e confusa, ao capricho de impulsos individuais e quantas vezes de falsos atrativos econômicos, como se organizaria uma conscrição de voluntários e uma expedição. Os homens, munidos do corpo e da mente necessários, têm de sair dos seus sertões sabendo o

que querem e sabendo o que significa o seu trabalho em terras tão distantes; têm de se manter no posto em que seu esforço seja necessário com a plena consciência de que não estão apenas defendendo a vida, o que nunca eleva o homem, mas construindo a vida do Brasil; e têm de voltar com a segurança de que, naquilo que esteve dentro das suas possibilidades, fizeram o que era belo e difícil, sem escolher sua hora, e poderão adormecer um dia, não com o orgulho, mas com a plenitude de quem todo se deu aos planos de Deus e não aos próprios.

Perspectiva Brasileira de uma Política Africana

Perspectiva Brasileira de uma Política Africana*

Capitalismo – Socialismo – África

Uma colônia é uma região que recebe de outra, denominada metrópole, as suas idéias, as suas manufaturas e as suas normas de comportamento no mundo. Dado isto, torna-se muito difícil que possa ter havido uma descolonização da África, a não ser pela tal mutação de constituições que em nada vem modificar o que respeita a formas de pensamento, economia ou política interior e exterior.

É fora de dúvida que não tem a Europa o menor interesse em que os países africanos deixem de ser os fornecedores de matérias-primas para as suas indústrias e os consumidores dos produtos de suas manufaturas; o ideal, para alguns políticos, seria que todas as nações européias se congregassem num Mercado Comum e que esse Mercado Comum, com uma África em desenvolvimento de produção e de consumo, lhes garantisse um nível de vida que aumentasse sempre sobre o atual, permitindo além de tudo, para os serviços considerados grosseiros ou de menor interesse na renda, continuar utilizando a mão-de-obra do Mediterrâneo que, embora não branca, á, digamos assim, menos negra do que a africana.

Se isto é o que se refere a economia, pouco teríamos que alterar o qua-dro pelo que respeita à intelectualidade. Os queridos da Europa hoje são os politicos ou pensadores africanos que, completamente desenraizados de suas culturas, falam Oxford ou falam Sorbonne, olham com bastante desprezo o considerado primitivismo das regiões africanas,

---

* Originalmente publicado em: *Cadernos Germano-Brasileiros*. Juiz de Fora, ano VII, n.° 3, março de 1968, p. 1-17. Edição bilíngüe: português e alemão. Aqui é seguida a edição mais recente em revista *Convergência Lusíada. Número especial. Centenário de Agostinho da Silva (1906-2006)*. Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Centro de Estudos, n.º 23, 1º semestre de 2007, p. 386-393.

lamentam o poliglotismo de seus países, consideram o sistema tribal como incompatível com a noção européia, diríamos melhor, romana do Estado, e felizmente o é.

Passando à América do Norte, que definiríamos como o ponto máximo de concentração da Europa loura e alva, não parece, apesar de suas tradições de anticolonialismo e apesar de sua defesa da liberdade dos povos e da inicia-tiva do indivíduo, ver sem temores a descolonização da África. Sob o ponto de vista de segurança de suas fronteiras militares, de seu investimento de capitais e de seu mercado de consumo, e ainda tomando as áreas de produção africana como homólogas das regiões tropicais da América do Sul, é fora de dúvida que 1he cônvém que estejam presentes na África os países seus aliados, ou nela mandem as elites ainda sob a influência de seus missionários, ou ela própria venha e se estabeleça comandando uma industrialização, talvez sobretudo a agrícola, que lhe permita concorrer, quando, onde e como convenha, com o que puderem exportar seus vizinhos do sul.

Não poderemos também aceitar que os representantes máximos da economia socialista tenham vistas desinteressadas quanto à África. Tanto a Rússia como a China querem acima de tudo a vitória de suas ideologias, mas ainda antes dela pensam, como é natural, na sua sobrevivência como nações. Tentará a Rússia o mais possível dividir o mundo em esferas de influência, a exemplo do que sucedeu noutra guerra de ideologias, a de católicos e protestantes; as intervenções da China serão só tentativas de esgotar adversários em pontos difíceis, e nenhuma África oferece nada de comparável com a Coréia ou o Vietnã; o que fizer neste sentido fora da Ásia o fará só para fixar forças de polícia ou para tirar da Rússia a hegemonia dos partidos comunistas.

Não cremos que o consiga nos países desenvolvidos ou em desen-volvimento e pela mesma razão pela qual, dentro de alguns decênios, e a não haver da parte do complexo industrial e militar dos Estados Unidos um ataque antecipado e brusco, a própria China perderá sua agressividade, a não ser aquela dos gritos que se dão para assustar o adversário quando se esgrime. Atingido o ponto alto de

fabricação de projéteis intercontinentais de carga termonuclear, ou do que ainda vier depois, com a bomba de nêutrons e os motores iônicos, é pouco provável que alguém tente uma guerra em larga escala. As boas roupas, as boas casas, as geladeiras e as televisões tornarão os chineses tão pouco agressivos quanto são hoje os russos. A África ficará entregue a si própria...

Se não houver guerra, continuará a África sendo um continente isolado, já que a sua forma de ser é bem distante se não oposta do que poderiamos marcar como o laicismo, o racionalismo científico que apontamos, sejam eles os euro-americanos, os russos ou os chineses. A não haver um milagre, Cristo parece vencido no Ocidente, o materialismo de Marx parece ter batido o seu profetismo e destruído tudo o que era na Rússia esperançosamente dostoie-vskiano, Confúcio parece finalmente e solidamente triunfante sobre Lao Tse.

Assim como é duvidoso se poderemos ter uma verdadeira Ecúmena antes de uma radical reformulação teológica que funda o teísmo cristão com o ateísmo budista, que permita admitir para um católico o profetismo de Maomé, que veja como linguagens de um igual fundo religioso o transe dos candomblés e as vagas cerimônias do Xintó, é tambem pouco de aceitar que a unidade política e econômica do mundo chegue até nós, e com ela uma África verdadeiramente irmã, sem que o automatismo da produção venha suprimir o assalariado, tornar ridícula a idéia de lucro, lançar para eras de ignorância as pautas protecionistas, e sobretudo tornar inteiramente livre o espírito do homem, para, no lazer que lhe virá, nos dar as criações das quais as até agora foram apenas um imperfeito, um tosco, um larvar esboço.

AS FRONTEIRAS NA ÁFRICA E SEUS NOVOS SENHORES

De ser para os poderosos este terreno de grandes jogos, guarda a África muitas marcas, a mais visível das quais é a que ficou nas fronteiras de suas nações. Ao passo que na Europa são elas fruto das guerras, ao passo que nas Américas vieram dos ímpetos pioneiros e

bandeirantes, das negociações de Estados soberanos entre si, de condicionantes geográficas, das iniciativas de independência ou dos substratos de civilizações poderosas que os conquistadores, apesar das destruições, não puderam eliminar; ao passo que na Àsia, apesar da ação dos impérios ocidentais, há alguma logica de povos ou religiões – as fronteiras de África foram traçadas por potências européias, em conferên-cias de cidades européias e consultando-se apenas os interesses europeus.

Tudo só tem significado e interesse se as considerarmos em relação à Europa e a seus interesses coloniais de busca de matérias-primas e expansão de mercados de consumo; para os africanos foram sempre um desastre e são hoje o obstáculo principal para que se estabeleça um planejamento da África realmente útil a seus habitantes e, por eles, ao geral do mundo.

Os dominadores que partiram deixaram nos mesmos domínios outros dominadores, em geral tão bons representantes seus que ainda exploram e oprimem seus compatriotas mais do que o faziam os brancos. Para os antigos colonizadores, a descolonização consistiu em ter que repartir os lucros com os novos governos; para os novos colonizadores, consistiu ela em lhes não pôr limites nas ambições de mando ou de riqueza, em tratarem os adversários políticos com uma dureza e uma intolerância de que, fora de períodos de guerra, não tinha o europeu dado muitos exemplos, e ainda, pela existência de assembléias internacionais, em poderem, pelo princípio de a cada nação seu voto, emitir seu parecer nas mais difíceis, complexas questões de interesse geral.

No interesse de manter o sistema de neocolonialismo, de parte dos antigos dominadores; de fazer durar os seus regimes de partido único ou de perfeita ditadura de parte dos novos governantes; no interesse ainda de se manter, hipocritamente, a idéia de que existe, com real poder, um parlamento geral de países, poucas notícias se dão do que, sob o aspecto político, acontece nas regiões que atingiram a independência. Ignoram-se as tribos que as fronteiras separaram;

ignoram-se as oposições encarceradas, exiladas ou assassinadas; ignoram-se as lutas de religiões e de tipos de vida; ignoram-se as farsas elei-torais. Dir-se-ia por vezes que as agências estão mais interessadas em noticiar os conflitos de brancos e pretos nas regiões ainda em regime colonial, e em insistir nos benefícios que a libertação lhes traria; benefícios no entanto mais seguros para os investidores de capitais e para os autocratas subordináveis do que para as grandes massas de população.

O PAPEL IMPORTANTE DAS TRIBOS

Foge-se ao fato inarredável de que o primeiro passo a dar em África seria o das autonomias tribais, reuníveis ou não em federações, que sempre de qualquer modo teriam seus limites não coincidentes com os das atuais "nações": o que na realidade existe para o africano não é o indivíduo nem a nação, mas a tribo e, embora o complexo de cultura tribal tenha sido de há muito atacado e limitado pelo colonizador branco, a verdade é que ainda mantém na África um status, que faz que as instituições de origem e caráter europeus sejam um simples fenômeno de alienação superficial. Tudo o que se construir em África que não tome como base a tribo terá a duração que tiveram os regimes autoritários e ainda na medida em que estes se possam apoiar na economia e nas construções políticas dos brancos. Bastaria uma guerra em escala mundial que obrigasse a um abandono mesmo temporário da África para que desabasse num momento tudo o que, embora sobre os passos de portugueses a partir do século XVI, se construiu ou julgou construir sobretudo a partir do século XX.

Excluído de sua tribo por estruturas euro-europeias [*sic*][11] que a não aceitam, não podendo, por outro lado, aceitar como boas estas últimas estruturas; convencido a cada momento de que os seus valores culturais são inferiores e estão destinados a perecer, corn exclusão talvez do que se refere à arte, esta mesma, no entanto, tão apreciada por artistas de origem cultural européia, incapazes do ato inicial e fundamental, que seria o de entender, entender sentindo, o significado

religioso dessa arte, habituados como estão a arte de quem lhes paga, não a arte do a quem veneram – começa o africano a adotar como únicos valores aqueles que o têm sido na realidade para a maior parte dos euro-americanos, a riqueza, a fama e o poder, e a considerar como cultura o que na realidade é tao-somente engenharia.

É isto o que fazem as Universidades africanas que são, todas elas, Universidades européias implantadas em África, com uma honrosa exceção para a do Cairo, interessante, no entanto, e apenas, para comunidades muçulmanas. O que as outras levam ao africano é a medicina, ou a hidráulica, ou a agronomia, ou a farmácia, de cuja utilidade ninguém discutirá, mas que se desenvolveram na Europa sobre urn substrato cultural, uma filosofia de vida e uma integração social que são em África completamente diversas. Quando se procura o que há de verdadeiramente cultural no ensino universitário africa-no que seja de África mesmo, nada existe que se mostre; ensinam-se filosofias européias, religiões européias, histórias européias, artes européias; e a velha idéia de civilizar o selvagem, quando tudo mostra, na crise de nossa própria cultura, que valeria a pena tentar a experiência inversa, a de asselvajar o civilizado, dando-lhe a noção da solidariedade de grupo, do tempo que não é dinheiro, mas condição de vida, dum existir que é ser antes de ter.

A CIVILIZAÇÃO AFRICANA

Uma verdadeira civilização africana só pode surgir do que a África é, não do que se quer que ela seja, ao agrado dos brancos, das potências e das denominações. Parar de catequese e servir seria um bom início de ação. Deixar de querer converter a cristianismos, ou islamismos, hoje muito mais agressivos, para ajudar os africanos a converterem-se ao melhor, ao mais profundo das suas próprias religiões; deixar de pregar as excelências do Estado cesarista, que já fez parar e desviar-se o que na Europa se ia verdadeiramente construir sobre as palavras de Cristo, para os ajudar a reorganizar a tribo, tanto como

nós precisaríamos de quem nos ajudasse a reorganizar o municipalismo; deixar de proclamar o primado da tecnologia, para lhes dar a oportunidade que não tivemos nós de saber que essa tecnologia só é válida quando serve a uma filosofia; auxiliá-los a construir ou reconstruir em bases atuais uma economia tribal, afastando-se por um lado do estatismo socialista, por outro lado do capitalismo da concorrência e do lucro.

Quer que a ajudem a desembaraçar-se de suas gangas históricas, das fatalidades de seu meio, dos erros que tem havido em seu viver; quer que também aprendam com ela. Missionários, os dispensa; amigos e discípulos, os reclama.

A MISSÃO DO BRASIL

Por-se-ia, como hipótese, que o Brasil, apesar de todos os seus recursos, ainda se não deu a trabalho que o valesse, não por obstáculos internos ou externos, mas simplesmente porque o não concebeu suficientemente claro. E, se algum trabalho tem, é esse de ajudar a sair de suas indeterminações os povos do mundo que não encontram, nas grandes nações, guia algum que valha a pena seguir; primeiro, a África.

Tem os três pontos básicos de partida, a que se agrega, da parte de quem o receberia, o elemento essencial, que é o da confiança na absoluta isenção imperialista do Brasil, no seu real desagrado por uma economia de exploração, no seu interno gosto por uma integração racial, que tende, não a convivência de raças, o que já seria muito, mas a uma sua fusão numa raça ecumênica.

O seu primeiro ponto de partida o tem o Brasil dentro de seu mes-mo território. Para todos os que participaram da experiencia do Instituto de Estudos Afro-Orientais[12] que a Universidade da Bahia realizou no reitorado de Edgard Santos, nenhuma dúvida ficou quanto à receptividade Africana às propostas que partiam de Salvador, quer as de se abrirem cátedras de estudos brasileiros em Dacar, ou Ibadan,

ou Acra, quer a de se manterem em Salva-dor ensinos de línguas africanas, quer a de se estabelecerem Institutos Culturais Brasileiros em S. João Batista ou Porto Novo, quer a de se trazerem estudantes africanos a estudar em nossas Universidades, o que sob o ponto de vista técnico, fora um ou outro caso, lhes não seria vantagem, quer a de abertura de novas representações diplomáticas, quer a do envio de exposições brasileiras, quer a de um trabalho comum de nossas e suas estações de hidrobiologia para um estudo conjunto do Atlântico Sul, quer a do levanta-mento de documentos etiopes, quer a da montagem de escolas industriais tipo SENAI[13], quer a de colaboração para o estabelecimento da história da África Oriental, quer as tantas outras que, por acidentes de política interna do Brasil, por timidez de dirigentes, por aculturação européia e vários outros fatores, não chegaram a aproximar-se de termos de realização.

Salvador, sob a latente inspiração de seu Recôncavo, e o penhor de uma África Ocidental virada ao Brasil e dele disposta a receber sua guia e conselho; por este aspecto, e ela a cidade mais importante de todo o Pais e a que poderia, numa política cultural convenientemente dirigida e executada, ser o ponto-chave de todo o Atlântico Sul; o outro meio círculo de Recôncavo vai do Máli às fronteiras de Angola.

O BRASIL É PORTUGAL

O outro fator vital é que o Brasil é Portugal, não irmão ou filho de Portugal, mas Portugal mesmo. Houve colônia, certamente, e o governo português não pôde, como era natural, fugir às determinantes de política e de economia da Europa, embora em grande parte das vezes tivesse tratado o Brasil, ou a parte de sua população que ao Brasil viera, com mais consideração por suas tradições e suas tendências do que tratava quem ficara em Portugal; houve colônia, mas a medida que se estudam os documentos se averiguam as grandes correntes culturais de Portugal, se aquilata melhor da qualidade do povo que emigrou, verifica-se que se dirigiram ao Brasil de preferência os

portugueses que continuavam na linha do município, de uma economia não-capitalista e da religião que punha o Espírito Santo como fundamental na Trindade e o punha reinando na perfeita fraternidade do Quinto Império. De modo que, se tivéssemos de determinar em qual dos territórios se conservou melhor a verdadeira linha cultural de Portugal, certamente a nossa resposta teria de se inclinar ao Brasil.

Mas Portugal, hoje, não é apenas a metrópole e poderia dizer-se sem grande receio de contradição que se a política africana de Portugal tem sido de desserviço ao próprio país, nos seus interesses imediatos, ela tem sido um dos maiores serviços que se poderia ter prestado ao Brasil, ao Brasil da futura, necessária e inescapável missão. Portugal, conservando, o mais possivel, os territórios ultramarinos, abre ao Brasil, com a Guiné, o ajudar a África a que, imprópria mas comodamente, poderíamos chamar sudanesa; com Angola, a África banto; corn Moçambique, toda a Costa Oriental, a velha Contra-Costa; além de, por Macau, lhe oferecer, num perfeito regime de convivência, as comunidades chinesas; por Timor, as comunidades malaias; e quem sabe se a lembrança de Goa não poderia propiciar maior integração, por um Estado comum, entre os Estados Unidos do Brasil e a União Indiana. Portugal, batendo-se, e quaisquer que sejam seus motivos conscientes, está-se batendo apenas por mais tempo para que se constitua a Confederação de Povos de Lingua Portuguesa, já nitidamente definida em três sub-regiões: a do Atlântico Norte, de Portugal a Cabo Verde, com autonomia das Ilhas Adjacentes; a do Atlântico Sul, com os três povos de Guiné, Angola, Brasil; a do Oriente, jogando a África, por Moçambique, ao encontro da Índia, da China, da Indonésia, mais afastadamente, mas com não menor importância, das Filipinas e do Japão.

Um dos problemas mais importantes que se principia a pôr quanto a Portugal é o da sua posição na Península Ibérica, a qual depende fundamentalmente da validade e persistência de seus laços ultramarinos. Uma involução na Ibéria pode ser uma consequência fatal da modificação de estatuto dos ter-ritórios Áfricanos, mas tal se não

daria se a Confederação viesse a constituir-se: é a única maneira de haver autodeterminação sem quebra do conjunto. Mais ainda: constituída a Confederação, com toda a sua importância, política, cultural e econômica, seriam as várias regiões espanholas que teriam interesse em integrar-se na nova comunidade pela sub-região Norte.

A integração peninsular, dominada e vitalizada não pela meseta, mas pelo mar, seria, além de fator de influência para o grande Magreb, o agente catalítico da integração da América Latina, talvez com os dois povos, do México e do Brasil, integráveis em duas regiões distintas, e que daria a Confederação quase toda a costa ocidental do Pacífico. A mancha de língua portuguesa e espanhola, tendo como sua primeira tarefa comum o trabalho de África, a que tanto devemos, seria um dos mais poderosos fatores de paz, daquela que começa pelo desarmamento dos espíritos e pelo desejo de servir, pagando as dívidas que a humanidade, para se desenvolver, foi criando pelo mundo afora.

Só o Brasil poderá tomar uma tal iniciativa, porque só nele acreditarão e só à sua volta se poderão reunir povos. Creio que o primeiro passo seria o de se reunirem, e sempre tenho apontado Cabo Verde como o ponto ideal de encontro, intelectuais do Brasil e de Portugal, para lançarem os pontos básicos de trabalho, reunião essa a que se seguiriam as de economistas e juristas que apurassem as possibilidades e conveniências materiais e de direito, até que um dia, esperemos que não venha longe, governos e diplomatas estejam bastante convencidos para que a instituição possa surgir. Estamos no momento certo para que se principie; esperam-nos a África e, para além da África, o mundo.

Sobre Opressão

Sobre Opressão*

Muitos historiadores brasileiros, mas sobretudo professores de História, porquanto existem neste campo as mesmas diferenças que entre filósofos e professores de Filosofia, defendem a idéia de que Portugal, durante os tempos em que o Brasil lhe teria sido colônia, nada mais fez do que impedit por todos os meios o desenvolvimento do país, gravemente o tolhendo portanto para o futuro; as acusações se formulam principalmente no que se refere a Universidade, imprensa e servidão económica, pela proibição de importações directas e de manufacturas locais: tudo importado de Portugal ou através de Portugal.

Quanto à Universidade, teremos que notar, antes de mais, que ela, em Portugal, interessava apenas a uma parte mínima da população; o acesso era fundamentalmente impedido pela pobreza em que vivia o povo e pela ausência absoluta de informação, quantos nem sabiam que havia Universidade e, dos que sabiam, quantos saberiam como lá entrar – e por não estarem as classes dirigentes interessadas em alargar o círculo dos que, por possuírem com o diploma seu alvará de livre trânsito, podiam entrar na concorrência dos lugares que a estagnação económica não deixava serem muitos. Em segundo lugar, e definindo-se como se deve Universidade como sendo o lugar em que a pesquisa é livre, livre a transmissão do que se descobre e livre a objecção a qualquer espécie de doutrina, não havia em Portugal Universidade alguma: nada se descobria, nada se transmitia, nada se criticava; não se percebe como teria melhorado o Brasil pela importação do nada; ou como, tendo sido o povo que constituiu a grande massa que se

* Originalmente publicado em *Vida Mundial*, nº 1631, 11 de Setembro de 1970. Aqui seguimos a edição de: Agostinho da Silva, *Ensaios sobre a Literatura e Cultura Portuguesa*. Vol. II. Coordenação geral e organização de Paulo Borges. Lisboa: Âncora Editora, 2001.

transportou ao Brasil, lhe daria ali o governo português o que em Portugal lhe não dava.

Quanto a edições, para que serviriam no Brasil, onde os leitores seriam apenas dez ou vinte dos administradores com que Portugal vigiava seu povo emigrante e lhe travava tudo quanto na metrópole significasse progresso cultural? Que profundo adiantamento poderia vir de obras que passavam por todas as fieiras da Igreja e do Paço, raramente expandiam doutrinas portuguesas e, quando expandiam, davam com Vieira na cadeia, ou divulgavam teorias já atrasadas na Europa, mesmo assim criando climas de desconfiança e hostilidade para um Martinho de Mendonça ou um Gusmão ou um Matias Aires ou uma Teresa Margarida? Melhor foi para o povo, sempre, não ler que ler errado; e, nessa altura, que leitura protegia o governo em Portugal, senão leitura errada? Ou, por aristocraticamente erudita, incompreensível ao povo?

Pelo que respeita a economia, parece não entenderem os críticos que não podem exigir de sistema algum que proceda contrariamente à sua própria substância; Portugal, inteiramente dentro, quanto ao Governo, de um capitalismo europeu, como capitalista se portava quanto ao povo, estivesse ele onde estivesse; o povo português, cuja psicologia é, e nisso se mostra plenamente humano, anticapitalista, tão oprimido era em Portugal e tão desviado de sua natureza como no Brasil, houvesse ou não houvesse instalação de fábricas; mais oprimido ainda, porque, sem o mar intermédio e sem os grandes espaços brasileiros, mais depressa teve de desistir de suas formas colectivas de trabalho e produção; Brasil se defendeu melhor porque estava mais longe e mais à larga. Com uma economia mais humana, sem Universidade e livre de biografias retrógradas, tinha, o que não sucedia com Portugal, todas as bases para um futuro digno da grandeza do povo que a ele fora: resta, ainda hoje, que se lembre, aproveite e construa.

Para Exprimir o quê?

Para Exprimir o quê?*

Obscuradamente, dois professores, um japonês, o outro português, iam ensinando a meia dúzia de alunos da Universidade de Línguas Estrangeiras de Tóquio a língua portuguesa, sem grande confiança em que jamais pudessem vir a concorrer, já se não diz com a fácil difusão do alemão ou do francês, um pouco mais tarde, do inglês, mas, até, com a popularidade de que gozava o castelhano. O desenvolvimento do Brasil, pela fixação de emigrantes, pelo investimento de capitais, já sobrando à indústria japonesa, e pela possibilidade de exportação de matérias-primas, veio dar o primeiro impulso à expansão do ensino; a acção de dois grandes diplomatas, Vladmir Murtinho, pelo Brasil, Armando Martins, por Portugal, combinada com a receptividade de Universidades como a Joshii e a Waseda, de Tóquio, ou as de Kobe e Quioto, veio completar o movimento. Apesar do número de vagas oferecidas nos duros exames de entrada, 90 por cento dos candidatos não conseguem lugar e cada vez mais cresce o seu número. Na maioria, atrai-os o Brasil; uma pequena parte estuda Português para entender a história do Japão, sobretudo nos séculos XVI e XVII.

Para Ocidente, numa Nigéria ainda abalada pela recente guerra civil, em região muçulmana e de língua haúça, três professores brasileiros ensinam a língua comum e a história do Brasil, naturalmente com a larga inclusão, até os inícios do século XIX, do que é necessário de Portugal para entender o Brasil. Um deles vai mais longe: senhor das fontes árabes, dos relatos europeus e da tradição oral, ensina, em Zaria,

* Originalmente publicado em *Vida Mundial*, nº 1641, 20 de novmbro de 1970. Aqui seguimos a edição de: Agostinho da Silva, *Ensaios sobre a Literatura e Cultura Portuguesa*. Vol. II. Coordenação geral e organização de Paulo Borges. Lisboa: Âncora Editora, 2001.

História de África, com atenção especial ao que se refere às relações com o Brasil no tráfico de escravos, desde as consequências que, para ele, teve a batalha de Alcácer-Quibir (desastrosa para Portugal, benéfica para o Brasil) até à ainda actual importância política, económica e cultural dos descendentes de escravos que, no século XIX, voltaram do Brasil à África Ocidental. E todo esse movimento universitário se soma ao que já se fez, da parte do Brasil, nas universidades e outros centros de cultura do Senegal, do Daomé ou do Gana.

Recentemente, outros horizontes se abriram. O mesmo Vladimir Murtinho, que abriu o Japão, procura hoje, como embaixador na Índia, realizar obra semelhante, já que, apesar de todas as curiosidades brasileiras por certos aspectos das filosofias ou religiões indianas, são praticamente inexistentes as relações culturais entre os dois países e pararam as económicas, depois de um pequeno e especializado surto. O Ceilão, que se mostrou interessado no ensino da língua portuguesa há alguns anos e, por intermédio da sua embaixada no Brasil, continua a solicitar a abertura de um curso na Universidade de Colombo, agora com especial insistência, pelos seus colegas ceilaneses, junto dos professores brasileiros de Ifé, Nigéria. Em Adis Abeba, espera despacho do imperador, no meio da difícil situação social do país e de todos os obstáculos burocráticos, um projecto do Centro de Estudos Brasileiros, que não só realizaria o ensino da língua mas daria particular atenção ao estudo do que significa de positivo para a Etiópia, como para o Japão, a ação portuguesa durante quase um século. Outros exemplos se poderiam dar, na África, na Ásia ou nas Américas. O Portugal expande-se, mas o que importa agora é a pergunta: expande-se para quê?

A História acabará por se esgotar, e toda a atenção que se lhe der traz consigo o perigo das universidades estáticas e das academias com mais solenidade do que eficácia. Para as nações que surgem, trata-se, apenas, de entender o passado, para que mais confiança possam ter em si para o futuro e se vejam livres de influências demasiado recentes e muito vivas na sua ferida memória. Para quem, com elas, esteve em risco de contemplar as glórias que foram, é o de se esquecer

que só importa o que vem depois: o que já houve morre e enterra-se. Quanto à economia, mudam os sistemas, ascendem os povos a outros níveis, e já hoje os mais perspicazes observadores não vêem, por exemplo, com tanto optimismo, como era de uso, desenvolvimentos como o do Japão. O que importa é o futuro e, com ele, o progresso humano, de que a economia deve ser, apenas, meio de sustento e acção.

A língua portuguesa só cumprirá o seu destino e dever quando chegar a esses povos como meio de expressão de uma doutrina ou de uma concepção da vida que esteja, para os nossos tempos e os que virão, como estava, para os séculos de expansão marítima, o conjunto formado pelo cristianismo, o capitalismo e a autoridade real. Na religião, um ecumenismo que seja não eclético mas de orgânica, de síntese, de um renascer profundo, depois de morte ou mortes; na economia, o sistema que liberte o consumidor de todos os inconvenientes de uma sociedade que, apesar do que se diz, não é de consumo, mas de produção; na disciplina social, o haver quem coordene em lugar de quem mande. É esta a real tarefa a que o mundo chama Portugal e o Brasil. Aprender o Português como língua futura, não de passado; não de relatos, mas de projectos; não de saudades, mas de esperanças. É sob este ponto de vista universal que têm de ser apreciados e resolvidos os problemas com que se defrontam os povos de língua portuguesa – e, na sua esfera individual, mais poderosa do que nenhuma, cada um dos homens que a falam, os quais, quase sempre, não a lêem nem a escrevem.

De que há Macau

De que há Macau*

Resumindo, o que fica sempre inexato e de certo modo caricatural, pelo exagero de certos traços em detrimento de outros, que porventura teriam maior importância para o pensador do sistema, pode dizer-se que, para Confúcio, e o designamos aqui, sumariamente, pelo nome ocidentalizado, a atitude conveniente ao chinês era a da observância absoluta das normas herdadas dos antepassados, o que dava imediatamente à vida uma coloração litúrgica, impregnando cada acto e cada gesto de uma significação fundamental, como que tornando a maneira pela qual se produziam garantia da própria ordem e estabilidade do universo; de facto, o que acontecia era emuralhar-se a vida do indivíduo e da nação numa série de costumes jamais contestados e que nunca se veriam como convenções que podiam ser ou não modificadas, que se poderiam olhar, segundo as circunstâncias, com sentido do tempo ou do humor, vendo-as históricas ou pitorescas, mas como regras precisas e de fatal execução; consequentemente, ficou aberto o caminho para quem não tivesse imaginação ou para os que, se é certo que a têm todos os homens, a tivessem esgotado na tarefa de varar a complicada barreira dos exames ou a vissem vencida pela análise dos clássicos e o decorar das regras; talvez Confúcio tivesse dado à China a atenção ao pormenor, o sentido do pragmático, a fidelidade ou a obediência à ordem de trabalho, mesmo que monótono; mas inscreveríamos no seu débito o ver-se o passado, mesmo transmitido por uma história não fabricada, e raras o seriam, como mais importante que um presente a organizar e a fruir.

* Originalmente publicado em *Correio Braziliense*, 20 de novembro de 1970. Aqui seguimos a edição de: Agostinho da Silva, *Ensaios sobre a Literatura e Cultura Portuguesa*. Vol. II. Coordenação geral e organização de Paulo Borges. Lisboa: Âncora Editora, 2001.

Contra esta corrente se teria levantado o taoismo de Lao-tsé, que logo arcava seu divórcio das doutrinas confucionistas insistindo em que o verdadeiro meio de conhecimento não é a razão, a inteligência analítica, crítica e classificadora, mas a intuição, a fusão imediata com a realidade que se esconde para além das aparências do mundo, ou até, se ousarmos alargar os textos o máximo possível, uma criadora força poética que já se não limitaria à apreensão do eterno que há no temporário, ou a habitar o inespecial que a nós se nos apresenta como multidão de definidos lugares, mas iria criando o próprio objecto do nosso conhecimento; ou, por outras palavras, o mundo iria sendo à medida que o fôssemos vivendo, não haveria passado nem futuro e todos os defeitos exteriores ou todas as qualidades nada mais seriam que a projecção do que nós mesmos fôssemos sendo, sempre sem lembrança e sempre imprevisível; bem e mal não teriam nenhuma espécie de realidade objectiva e, quanto a clássicos e convenções, conviiria, para mantermos a essencial paz de espírito, que as víssemos como puras criações de teatro, dignas, para nós como actores, de aplauso ou ataque, mas como autores, que é a nossa qualidade importante, elementos apenas do grande jogo de fantasia que é a vida; à precisão de juízo; ao respeito da regra responderia com a invenção do imprevisto; à repetida receita replicaria ele com as improvisadas soluções.

Passando ao Ocidente e ao mais moderno, parece nunca se ter feito uma tentativa de antropologia cultural do português que no século XVI abordou o Brasil e que havia sido em grande parte educado no século XV, na altura em que atingiam o máximo de vitalidade e influência pública doutrinas e práticas que se abateram em Portugal a partir do Concílio de Trento, que funcionou, ao que se sabe, como a grande força disciplinadora da ortodoxia católica; se um dia se fizesse tal estudo, mais importante para restabelecer características fundamentais do Brasil do que os correspondentes quanto a ameríndios e africanos, conviria que seu autor se demorasse no que respeita às crenças religiosas dos adventícios, porventura menos católicas e menos romanas e até menos

apostólicas do que se tem julgado, embora, no entanto, mais radicalmente cristãs do que também se costuma supor; avultaria entre elas, ao que parece, o que se refere à influência que Joaquim de Flora, com sua teologia e sua teoria da história, ambas hoje de novo muito em moda, teve no povo português, levando-o a descurar do culto de Deus-Pai, adaptado através de Cristo, de grande tradição judaica, e vendo no próprio Cristo, sobretudo o anunciador, segundo o texto célebre de Evangelho de S. João, do verdadeiro consolador ou defensor dos homens; a vinda do Paracleto se sobreporia à vinda do Messias; e seria bem interessante que filósofos, ou melhor, teólogos, nos dissessem aseguir se, em contraposição às posições de Roma, tão semelhantes às de Confúcio, no que não se teriam enganado os jesuítas dos séculos XVII e XVIII que o divulgaram na Europa como representante do espírito chinês, não teria o povo ido por caminhos que mais se assemelham aos de Lao-tsé, o qual, como é de domínio comum, teve como sua forma perfeita o budismo zen dos japoneses.

O povo brasileiro teria assim, não só pela gente da Bahia e de São Paulo, mas ainda, e talvez principalmente, pelas levas de imigração açoriana, que lhe levaram a herança de Joaquim de Flora, afinidades orientais que conviria apurar e que teriam, quem o sabe, reforçado tendências de índio, sem dúvida asiático; a admitir o que não parece absurdo, que os portugueses tivessem, por este seu pendor de espírito, visto facilitados os seus contactos do Oriente, haveria que desenvolvê-los nos brasileiros, com seus convenientes toques de confucionismo, de que às vezes andamos bem precisados, já que Brasil se fez para ir ao mundo, em missão de unidade e de paz, não para ficar acantoado em si mesmo, a ruminar obsoletos, e que é o Oriente, como a África, ponto fundamental de arranque, não as brancas Europas que tanto a tantos enamoram. E, para adquirir os conhecimentos que faltam em primeira mão, nada haveria de melhor do que estabelecer em Macau, depois dosnecessários entendimentos, e já que ali passa a única fronteira entre a cultura digamos portuguesa, por ser a de língua portuguesa, e a chinesa, um Centro Brasileiro de Estudos do Oriente, marcando para

a cidade os destinos universitários e de intercâmbio de ideias que parecem ser-lhe os únicos adequados e possíveis; eis aqui outra tarefa para as universidades do Planalto; tarefa de ousadia, sem dúvida, como otras mais; mas, se as não ousa, que é Brasília?

Da Existência do CEAO

Da Existência do CEAO*

A um apelo direto da UNESCO, interessada então pelo seu projeto maior de relações culturais entre Ocidente e Oriente, respondeu o reitor Edgar Santos com a capacidade de imaginação, a pronta inteligência e o interesse de realizar que punha em tudo que significassse desenvolvimento de espírito para a Bahia, alargamento de interesse para o Brasil e o inserir-se de nosso país numa estrutura mundial que lhe permitisse colaborar em esforços atuais de levar a Humanidade a planos mais altos e de manter esperançada na construção de um amplo futuro de convivência e criação coletiva; o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia foi rapidamente estruturado, instalado e logo principiou a funcionar, sem que o reitor desse ouvidos a quem achava o empreendimento fora de contexto numa nação em que não havia nem africanistas nem orientalistas e em que apareciam como remotas ou inexistentes quaisquer relações com os então ainda longínquos países de África e de Ásia.

Já em 1960, um ano depois de criado, se podia considerar o Centro em pleno trabalho, no entanto ainda muito aquém do que podia ser mais conveniente ao Brasil e aos povos com cujas culturas ia entrar, pela primeira vez, em contactos que estavam para além das fatalidades históricas que trouxeram escravos às Américas e transcendiam o puramente ocasional de viajantes isolados ou de traduções europeias; iniciaram-se, com professores das respectivas nacionalidades, cursos de línguas africanas e asiáticas; houve bolsas de viagem e estudo para que se preparassem os especialistas que faltavam ao Brasil; professores

* Originalmente publicado em *Correio Braziliense*, 6 de novembro de 1970. Aqui seguimos a edição de: Agostinho da Silva, *Ensaios sobre a Literatura e Cultura Portuguesa*. Vol. II. Coordenação geral e organização de Paulo Borges. Lisboa: Âncora Editora, 2001.

nossos foram ensinar língua portuguesa e cultura brasileira nas Universidades de Dacar, no Senegal, de Ibadan e Ifé, na Nigéria, de Accra, no Gana; fundou-se um Centro de Estudos Brasileiros, que já hoje se desenvolveu num departamento e num curso de quatro anos, com centenas de candidatos às vagas que se abrem, na Universidade de Sophia, em Tóquio, que foi afinal a iniciadora de um movimento que se estendeu depois à Gaigo, à Waseda, à de Estudos Ultramarinos, esta com perto de um milhar de alunos de português, e às Universidades de Quioto e de Kobe; lançaram-se os fundamentos de uma biblioteca que é hoje, em sua especialidade, a melhor do Brasil; iniciaram-se as negociações que levarão nossa língua e cultura à Etiópia, a Ceilão, e à Índia e as que fizeram de S. João Baptista de Ajúda um museu de história do Daomé, com participação larga do Brasil pelo que se refere aos séculos XVII e XVIII; finalmente, ousando tudo, mas sempre de pés solidamente firmados na terra, abriu-se, com uma exposição flutuante de produtos de manufactura brasileira, a possibilidade de um mercado de consumo em África.

Pelo que respeita ao pessoal que não havia, os trabalhos de Waldir Freitas de Oliveira, geógrafo e actual director do Centro, Vivaldo Costa Lima, antropólogo e historiador, Yeda e Guilherme Sousa Castro, linguístas, Paulo de Farias, historiador, Júlio dos Santos Braga, etnólogo e linguísta, Nelson de Araújo, teatrólogo, os de outros ainda; os cursos que tem ministrado no Brasil e no estrangeiro, pois são alguns deles especialistas de nome mundial; a revista e outras publicações do Centro; o ter-lhe a Universidade de São Paulo e mais algumas seguido, com mais recursos, o exemplo que deu; mostram bem como o Centro tem cumprido sua missão e como Edgar Santos defendia a causa certa contra adversários ou descrentes. Por outro lado, trazendo estudantes africanos, do Senegal ao Congo, frequentar cursos no Brasil, apurando para eles um método de ensino da língua concebido e realizado por Nelson Rossi e seu extraordinário grupo de discípulos, levando-os a conviver entre si e com brasileiros, empreendeu o Centro uma tarefa que, a ter a devida continuidade, seria das mais importantes para o

futuro da África e das suas relações com o Brasil: intelectuais das duas Áfricas, a francesa e a inglesa, tão divididas sempre, aprenderam a entender-se em português, o que significa que, num trabalho longo, se conseguiria que fosse o português língua franca de cultura entre pessoal técnico ou de ensino que tão grande importância social terá sempre em países que têm o desenvolvimento como seu problema essencial.

Não pensemos, no entanto, que basta a Bahia e o que se lhe seguiu para o que ainda é preciso fazer: a preparação de mais numeroso grupo de especialistas em assuntos africanos e asiáticos, estes últimos porventura menos urgentes, apesar do desafio do Japão e da Indonésia, da China ou da Índia, especialistas que serão professores, pesquisadores, consultores de nossos organismos culturais, económicos e políticos; a formação de professores de língua portuguesa e de cultura brasileira que vão ocupar os lugares que já se lhes oferecem pelo mundo a que se convencionou chamar terceiro e poderá, aglutinado pelo Brasil, ser o primeiro, desde que escutemos o conselho que dava Clark aos seus alunos de Sáporo, no Hokkaido: "rapazes, haja audácia!"; a abertura dos homens de governo, seja qual for a esfera ou plano em que se exerça, para os interesses de África e de Ásia, das regiões em que poderá o país ocupar posição e desempenhar papel que dificilmente estariam a seu alcance da Europa ou na América. Cabe nesse ponto a Brasília trabalho essencial, se é que continuamos tomando a peito que se cumpra a profecia ou sonho de Dom Bosco, a de que daqui partirá, para o mundo inteiro, grande e nova cultura; as suas universidades, com o apoio do Ministério da Educação e do Ministério das Relações Exteriores, poderiam colaborar, aproveitando a oportunidade da mudança para a capital do corpo diplomático, na criação de um Centro Brasileiro de Estudos Africanos, que parece ser a tarefa mais urgente, centro de ensino e de pesquisa, de assessoria cultural, económica e política, de divulgação, a nível médio, das realidades e problemas africanos, da promoção da vinda de bolsistas de África, tanto da África muçulmana como da negra, tanto da costa ocidental como da oriental, tão importante esta última para o entendimento do Índico, de, ainda,

criação de Centros de Cultura Brasileira, junto ou não das universidades, mas sempre com seu acolhimento nos países que parecessem de mais relevante interesse. Brasília se consolidará na medida em que for culta, em que, partindo da resolução dos problemas do Brasil, ajudar a resolução dos problemas dos outros, que é isso o essencial de ser culto, e entender que a sua vocação própria é a de universal; a área de estudos africanos lhe seria bom exercício e bom começo; para o realizar tem tudo a seu alcance; que se adiante e faça.

EMBORA PONDO COMO UM CASO

Embora pondo como um Caso*

Embora pondo como um caso extremo o de Santa Ana do Livramento e Rivera, em que se pode, na praça principal, comum às duas cidades, estar com um pé no Uruguai e outro no Brasil, era bem lícito até há pouco dizer-se que a única fronteira do Brasil, tanto como ponto de separação como de trocas, era o Rio Grande do Sul e por isso foi Porto Alegre, capital do Estado, a localização certa para o Centro de Estudos Latino-Americanos, fundado pela Universidade Federal no tempo de Luiz Pilla, e como um dos melhores resultados do curso organizado pelo Prof. Alberto Machado da Rosa, então na Universidade de Wisconsin. No resto, entestando com o Norte e o Leste, havia rios, montes ou matos; podia-se do terraço de Corumbá avistar o Paraguai, ou saber de Guajará, do outro Guajará boliviano, ou estar-se seguro de que, subindo o Amazonas, se iria ter a Iquitos; mas, no meio, era o deserto de gente, e como que o isolamento do país, isolamento simultaneamente dado pela natureza e imposto pelos homens, como se ainda se estivesse no tempo em que as bandeiras, em seu misto de firmeza e manha, iam ultrapassando a linha de Tordesilhas e era preciso que de nada soubessem os espanhóis, ou naquele, bem recente, em que o barão de Rio Branco habilidosamente e eruditamente ia confirmando com seus tratados o trabalho de Raposo Tavares, do Vila Nova de Cerveira ou de Alexandre de Gusmão.

Com os planos recentes para a abertura da Hileia, firmemente nas mãos do Brasil com seus mais de 60 por cento da extensão total, e para que o país veja a Amazónia como centro de gravidade de seu

* Originalmente publicado em *Notícia*, nº 598, 22 de maio de 1971. Aqui seguimos a edição de: Agostinho da Silva, *Ensaios sobre a Literatura e Cultura Portuguesa*. Vol. II. Coordenação geral e organização de Paulo Borges. Lisboa: Âncora Editora, 2001.

desenvolvimento e plataforma de seus comportamentos sul-americanos, abrem-se novas fronteiras, estas com maior significado que as do Sul, porque, em lugar de rasgarem caminho de interrelações apenas para a bacia do Prata, e com o difícil problema da Argentina, poêm o Brasil em franco contacto, pela primeira vez, com o Peru, que acaba de celebrar o tratado inicial da nova era de trocas, com a Bolívia, permitindo que se eliminem as desconfianças sempre pendentes quanto à província de Santa Cruz; com a Colômbia; com a Venezuela; com as Guianas; ao Chile e ao Equador, que não tem limites comuns com o Brasil, se irá por intermédio do Peru para o primeiro e da Colômbia para o segundo.

É, além de tudo, a janela aberta para o Pacífico, por onde talvez tivessem vindo, nas correntes equatoriais, alguns dos primeiros povoadores da América e para onde, por complexas circunstâncias políticas e económicas, principiam os países da vertente leste dos Andes lançando olhos que não são apenas para as praias possivelmente turísticas ou para os pesqueiros das águas frias da Humboldt; vão para um Japão, já bem instalado no Brasil por seus investimentos e seu saber técnico, e para uma China com sua futura influência, e seu mercado de mil milhões de homens. Não faltam no Brasil nem a imaginação nem a audácia; pode, porém, pelo preponderante interesse no futuro, faltar por vezes um pouco de memória: e seria bom lembrar agora que, prolongando, à velha maneira portuguesa, a estrada por navio, irá a Transamazónica ancontrar, para além do velho mar do Sul, dois estabelecimentos em que se fala a mesma língua e se integram afinal na mesma nação: um que é fronteira com China e se chama Macau; outro que é fronteira com cem milhões de indonésios e se chama Timor; ambos à espera de poderem cumprir a grande missão de responderem à cruz de Brasília como pontos nodais de um encontro entre Ocidente e Oriente e, decerto ainda mais, entre os países desenvolvidos do Hemisfério Norte, pletóricos de dinheiro e de tédio, e os subdesenvolvidos do Hemisfério Sul, que só quase conhecem a ansiedade e a fome.

Decerto o funcionário de correio que me vende selos tem as suas ideias, boas ou ruins, segundo meus critérios, sobre educação, ou economia, ou religião, a não ser que vá mesmo numa grande corrente dos tempos, que não nasce da natureza humana, mas do que a fazem parecer, e seja apenas capaz de pensar em desportos que não pratica, em certames de canção cuja estrutura se lhe escapa ou em concursos de beleza que o tornam cego às fealdades da vida. O que, porém, sucede é que lhe não tenho, como funcionário, de saber as suas metafísicas ou lógicas, desejo apenas que me ouça bem quanto aos selos que pretendo e que me forneça, o mais rente possível de suas possibilidades, e espero que sejam as máximas, se foi previdente no fornecimento, toda a mercadoria de que preciso. Mas naturalmente, como pessoa, me interessa muito o que saiba, raciocine, sinta e queira.

Gostaria eu de que os governos de todo o mundo se comportassem bastante como o atento funcionário por detrás de sua janelinha e me não viessem dizer o que devo eu comprar, antes escutassem com atenção o que desejo e vissem, já que devem saber do estado geral do sortido, o que podem ou não podem fornecer e explicando porquê , se por acaso o não podem. Reclamaram os estudantes de Maio em França que fosse a imaginação para o governo; tiveram eles próprios a experiência de quanto mal faz o poder à imaginação quando, senhores de tudo, não conseguiram a vitória e deixaram que o país ficasse, por quanto tempo, em seus sórditos negócios de aviões e granadas. Não, o melhor que há é manter a imaginação fora do governo e pedir-lhe que a reconheça como de fora estando, não dentro; com a consequência principal de que obedeça muito e mande pouco, de que pergunte muito antes de decidir seja o que for e de que tome todas as precauções para que medo algum possa assaltar quem se apresente a responder.

É bem ruim suporem os governos, mesmo nos países mais liberais, que só eles têm ideias e tenderem a olhar todas as oposições como obstáculos em seu caminho, quando só deviam ter medo de quem com eles esteja de acordo. Sejam os ministros bem conscientes

de que a sua designação vem de uma palavra latina que significa menos e sirvam, como devem.

Há, segundo parece, muita gente preocupada com a ignorância que tem o estrangeiro do que se escreve em português, significando estrangeiro aqui, como é evidente, não a Ásia ou a África, onde existem países de tradições culturais como as do Japão ou a China ou até dos de língua escrita suaíli, mas os que, a norte dos Pirenéus, se afundam lentamente em sua viscosa abundância. Causa grande aflição que os romancistas nossos ou poetas não sejam lidos em francês, que disso se trata principalmente, causando menos aflição que os não leiam, em português, os milhões de analfabetos de tudo quanto é Brasil ou Portugal, na Europa, ou na América, ou nas já referidas Ásia e Áfricas, onde os contactos culturais muito mais importantes nos seriam. Irá, pois, dinheiro para que nos traduza Mr. Dupont e nos publique Mr. Durand; não o haverá para alfabetizar ou para editar o que leia quem do analfabetismo saia e acaba por ter como único pasto cultural letreiro de rua ou anúncio de quarto.

Além de tudo, ou o que escrevemos vale ou não vale; se é o último caso, para quê divulgá-lo; se é o primeiro, ignorância deles e forneçam-se-lhes, quando muito, professores para que se ensine a língua a quem a queira aprender. A língua portuguesa, nem que só pelo Brasil fosse, é língua de futuro; não se percebe por que motivo se há-de, no presente, dá-la de barato. Haja dinheiro para que aprendamos nós o muito de que ainda precisamos para que não sejam excepções os de puro e real valor mundial; quando tal se der, e quanto ao fruto do que se tiver semeado e adubado, aí então veremos como ficaram o francês , que vive ainda das gorduras dos séculos XVIII e XIX; ou o alemão, que todo andou por Hegel e Krupp; ou o inglês, que tanto se arrisca nas falências do capitalismo.

Talvez tenhamos então nós alguma coisa para dizer naquele português que já foi língua franca de Atlântico e Pacífico e o deveria ser de um Mar Universal que apenas ficou esboçado entre os séculos XV e XVII; é isto o que vale como projecto; o resto é puro

entretenimento, e perda, de gente condecorante ou condecorável; homenageada ou homenageante; já esquecida ou a esquecer; que é ainda o melhor que têm a esperar.

Com a sólida informação e o senso crítico de que sempre tem dado provas, me colocou Pinharanda Gomes, em seu último trabalho sobre *liberdade de Pensamento e Autonomia de Portugal*, entre os que não aceitam a ideia que existe uma filosofia portuguesa, o que decerto é verdade, embora lamente muito não poder continuar em certas companhias e muito lastime algumas daquelas que o autor passa a atribuir-me. Não vou pelo caminho dos que pensam que, sendo filosofia universal, não a pode haver nacionalista e que, sendo pensamento do geral, nela se esbateriam características locais; vejo difícil negar que haja na filosofia alemã uma predominante linha idealista e que seja o empirismo grande rumo dos filósofos ingleses; uma China, porém, já me embaraça, com os seus opostos confucionismo e taoismo, a não ser que só, dos dois, chame a Canfúcio filósofo e a Lao-tsé pensador apenas, já que o anti-sistema nele reine e não entenda eu filosofia que não seja sistema.

Nego, porém, que tenha havido em Portugal filósofos que tenham ido para além do adoptar, traduzir em termos nacionais, comentar ou expor, com maior ou menor adesão, filosofias estrangeiras, embora não negue a existência de pensadores que reflectiram sobre psicologia de portugueses, ou sobre a história de Portugal, ou sobre as experiências suas que podem ser causadas por terem nascido em Portugal, se educarem em Portugal e em Portugal terem vivido; há, em Portugal e Brasil, e esta é a tal completa Nação Portuguesa de que me não cansarei de falar, escritores cujos temas são filosóficos, e poremos como exemplo um Bruno ou um Tobias Barreto, ou, mais de nosso tempo, um Leonardo Coimbra ou um Vicente Ferreira da Silva, ou um Álvaro Ribeiro e os colaboradores do Instituto Brasileiro de Filosofia; mas filósofos mesmo, só apontaria eu Espinosa, se é que se lhe podem determinar, dentro da Península, raízes preponderantemente portuguesas.

Daí até negar que possa haver filosofia em Portugal vai o passar-se de um mundo a outro; nenhum futuro se pode inferir do passado algum, embora seja o mais provável que sendo o pai doente ou são se lhe saia o filho, ou "de tal acha tal racha", como diz o povo muito melhor que eu. Não o creio, porém, possível enquanto se considerar que a Filosofia está muito bem colocada nas Letras, como se de letras se tratasse e não de Ciências e de Teologia; enquanto uma verdadeira Universidade não exclui de vez uma Engenharia ou uma Medicina, que são apenas ensino superior de técnicas, e se não constituir em três grandes divisões, a de Ciências, que inclui a Filologia, a de Artes, que teria o departamento de criação na palavra, a par da criação na cor, no volume, no teatro ou no som, a de Teologia, de que a filosofia, como deve, seria servidora apenas: enquanto se confundir filósofo e professor de filosofia e não se tender, pelo contrário, a vê-los antes como antagonistas, atraídos uns pelo que ainda se não sabe, presos outros pelo que já se sabe, cujos sacerdotes são; enquanto não houver, como temperamento, à maneira inglesa, como instituição, à maneira da Holanda, onde viveu Espinosa e se refugiara Descartes, ou como tradição interna, à maneira das universidades alemãs, a ampla possibilidade de informação actual e rigorosa, a segurança económica, sem a qual não há nenhum pensamento tranqüilo, e a perfeita liberdade de exposição que a filosofia postula, exige e determina. Por outras palavras: como se pode criar batata-doce no Pólo Norte, não se pode esperar filosofia de climas que sejam essencialmente antifilosóficos.

Diga-se em primeiro lugar que a expressão "maioria silenciosa" foi empregada pela primeira vez por um orador político americano que se queria referir aos cemitérios e a seus mortos; mas dos mortos há um pelo menos que é célebre e se chamou Lázaro; e talvez os judeus que mandavam e os romanos com cujo exército de ocupação tão bem colaboravam tivessem tido a primeira suspeita de que era Jesus um perigo político quando o viram ressuscitar dos mortos; ora, juntando passado mais remoto e passado mais recente, não seria desacertado

ver como o mais hábil e certo dos políticos o que menos se importassem com minorias que falam, bem ou mal, do que com a massa de gente que permanece calada e que, ao pronunciar-se, toma quase sempre caminho errado, porque não conhece o atual, como naturalmente aconteceu com Lázaro, a não ser que ao milagre de reviver o corpo se juntasse o de lhe ter armazenado a memória, sua ou de outrem transmitida, os acontecimentos a que, por morto, não estivera presente. Político que a ela se dirigisse para não fazer que vote morta, mas ajudar a que, desperta de seu sono, se informe do que existe como seu mundo contemporâneo; examine por todos os aspectos o que lhe querem dar como verdade; resista a movimentos emocionais, seus ou de grupo; continue com seu ideal de segurança, mas saiba, por filosofia e história, que ela é sempre ilusória para o homem, embora o possa não ser para abelhas e outros bichos gregários, quando se dissocia de ser livre; e saiba, mais ainda, que a nossa vida só nós a construímos e que sempre que tal construção confiamos a outros, constroem eles a vida deles, não a nossa.

CICLOS DE ALARGAMENTO

Ciclos de Alargamento*

Como falta, entre tanta outra coisa, um estudo antropológico do português dos séculos XV e XVI – lembremo-nos que a assinatura de João Ramalho nas actas camarárias de Santo André de Borba do Campo, no planalto de São Paulo, é em letra do século XV, embora seja o corpo do documento em grafia do século XVI, e teriam porventura sido educado no mesmo século muitos dos seus companheiros: com o que há, interessaria muito que se fizesse um estudo particularizado do português das várias regiões do país, ou dos vários países que compreende o Portugal da Europa, principalmente na grande divisão do sector atlântico e sector mediterrânico, acrescentando por minha conta de incompetência geográfica um Portugal de altiplano ibérico, em Trás-os-Montes, Beira Baixa e Alentejo; estamos impossibilitados, cientificamente, de saber o que cada homem e cada província levou para o Brasil, logo que a ocupação começou – e não nos esquecemos de que provavelmente começou com os meninos que, atraídos por aquele paraíso, acharam melhor não regressar às suas primeiras naus.

Talvez se possa, porém, notar nos primeiros tempos uma presença preponderante de homens do Norte, de Coimbra para cima; ao célebre "Aqui de Viana!", que substituía para os ocupantes da região de Olinda e Recife o costumeiro "Aqui del-rei!", vem juntar-se, com as pesquisas de Nelson Rossi para os seus atlas de falares, o testemunho de núcleos étnicos e linguísticos que conservaram, por se encontrarem em posição de isolamento, características nítidas de população minhota.

* Originalmente publicado em *Vida Mundia*, nº 1678, 11 de Junho de 1971. Aqui seguimos a edição de: Agostinho da Silva, *Ensaios sobre a Literatura e Cultura Portuguesa*. Vol. II. Coordenação geral e organização de Paulo Borges. Lisboa: Âncora Editora, 2001.

Parece que gente do Sul só desempenha papel importante com o lançamento das bendeiras, empresa de conveniência para a itinerância de pastores e para traços de temperamento que de algum modo aparentam alentejano aos homens de Trujillo e o seu grande termo de Estremadura, jeitos ainda de pastor, cavaleiro ou não, mas algum modo de predador. Papel de transmontano só mais tarde se representa, e com a segura resistência, o solidíssimo querer, a participação total na empresa que o fazem obstinar-se ante o espanhol e aguentar a Colónia do Sacramento, no rio da Prata, mesmo em frente de Buenos Aires, durante cercos de anos e anos, até que os tempos de história amadurecessem para trocar Portugal pelos territórios que são hojer Mato Grosso e Goiás; e tão duro foi o seu prender-se à terra que ainda hoje, no pequeno núcleo antigo de Colónia, há em muros e ruelas um lembrado sabor de Bragança ou Miranda do Douro.

De qualquer modo e quaisquer que pudessem ter sido as iniciativas pessoais de um "bachaler de Cananeia" ou de um Brás Cubas, por motivos económicos, religiosos ou políticos, quaisquer que tivessem sido os encontros de gente já fixada ou as atracções de ficar dos homens que andaram mapeando a costa do Brasil já antes de 1519 e lha deixaram esmaltada de topónimos, a impressão que se colhe da documentação que existe é a de que a descoberta do Brasil ou sua posse oficial deixou embaraço nos governantes demasiado ocupados com a Índia, tanto pelo que ainda de lá vinha como, para os mais clarividentes, com o que estava para deixar de vir se a corrupção se estendesse na frente interna e o estrangeiro penetrasse nos domínios portugueses, apesar da força que ainda havia para o repelir e da manhosa cartografia propositadamente falsa com que se lhe tentava fechar o acesso aos camínhos marítimos.

Mas, enquanto hesitava a Corte, que acabou por experimentar, e muito mais porventura com fins militares de espantar das costas francesas ou inglesas do que com objectivos económicos, o sistema das capitanias hereditárias que, a continuar-se, teria decerto fragmentado o Brasil assemelhando-o hoje à poeira de instáveis nações

em que se transformou a América espanhola, não hesitava o povo, que foi sempre em Portugal muito menos hesitante do que os governos, e que tripulou os navios, legalmente ou a furto, pois tem a emigração clandestina raízes bem antigas, desembarcou, fugindo ou não, nos bons portos de abrigo, e se ficou no litoral hospitaleiro de um São Vicente e de um Recôncavo ou, então galgando a serra do Mar ou guiando-se pelo Paraguaço, iniciou os caminhos que mais tarde levariam, no Sul, às fronteiras de Paraguai e Bolívia, no Norte aos chapadões e barrancas de São Francisco.

A situação é, no último quartel do século XVI, muito diáfana para Camões, a cuja clarividência política se não tem porventura prestado a devida atenção; no Oriente, o que interessa aos portugueses é a fé, fazendo nós, como decerto Camões, nítida distinção entre os que se sacrificavam por sua crença e os que a ela sacrificavam os outros, e, por outro lado, o império, cuja face de guerra exaltou o poeta e cuja face de comércio haveremos antes de procurar nos contemporâneos da empresa cujo espírito crítico persistia apesar dos perigos e que vão de um Sá de Miranda a um Diogo do Couto; e, depois, de notarmos de passo que fé e império estavam levando os portugueses a esquecerem-se do objetivo final da vida, o da superação de tempo e espaço pela união do plano divino e humano e que igualmente se passa a História, objectivo este que Luís de Camões simbolizou no episódio mais importante de *Os Lusíadas,* o da "Ilha dos Amores", nos demoraremos no exame, à face do que hoje sabemos, do verso breve em que, referindo-se ao Brasil, Camões apenas diz que Portugal "na quarta parte nova os campos ara".

De um lado a guerra, que não trouxe afinal nenhum duradouro império; o comércio, que não trouxe duradoura riqueza; a fé, com os seus baptismos em massa, não cristianizou o selvagem, que de resto o não era, mas tanto asselvajou o cristianismo que foi preciso toda a santidade do papa João para que de novo nós pudéssemos reconhecer cristãos, de outra parte, contrapondo-se a capitães ambiciosos ou a soldados de fortuna, contra-imagem portuguesa de Cortés e Pizarro,

há um povo que lavra e tão empenhado nesse lavrar que lavras ainda chamará às minas das Gerais; provavelmente lavrando, mais que açúcar, ouro ou café, conforme o que vier dos séculos, império que não faleça como o outro, por embrulhado em violência e lucro, e que una os homens naquela fraternidade realmente cristã e, se possível, mais que cristã, porque nem sacrifício a virá a alterar, que sonharam um Bandarra, um Vieira ou um Pessoa, se me permitem lembrar tais nomes os tecnocratas e os tecnocráticos adversários dos tecnocratas.

Talvez fosse bem lembrar que não houve do lado espanhol movimento idêntico, a não ser que o revelem melhores estudos das "encomiendas" do Paraguai, ao passo que um Duarte Pacheco Pereira ou um Albuquerque ou um D. João de Castro não sofrem diminuição no confronto com os conquistadores do Peru ou do México, antes se revelam tão guerreiros como eles e muito menos brutais e muito menos ignorantes; os portugueses, e os galegos que se misturaram às aventuras dos homens a sul do rio Minho, talvez afinal tinham sido de pouca sorte ao terem chegado às pedrarias da Índia ou às especiarias das Molucas antes de se terem estabelecido no Brasil, com a inteligência e a vontade com que o fizeram a partir do século XVII; mas, enfim, houve o saldo de se ter alcançado o Pacífico e rodeado, com um mar uno, um mundo que mais tempo tem levado a ser uno também; e, apesar de tudo o que poderia ter prejudicado e destruído até o Brasil, vingou ele e nele poderão ter uma ou várias nações de portugueses, que tudo depende de óptica e de História, sua firme base para que se passe da mitologia à realidade o tal império de santos; quero eu dizer: de homens cumprindo plenamente a sua humanidade.

Quando, à primeira época de história do Brasil, pondo já de lado a época anterior em que tudo ia mais por português livre, com os seus casamentos indígenas e os mamelucos filhos, coisa odiosa ao capitalismo, ao rei e aos de Trento, costumam os que dela tratam dar o nome de "ciclo de açúcar"; duas ideias se lhe podem supor como explicação, do nome ou incitamento ao nome: a de que o meio de vida era o açúcar ou a de que o fim da vida era o açúcar; como creio que a

causa do que faz o homem, mesmo no que classificamos de mau, é a centelha da sua participação no divino e que é seu fim a absorção no divino, verei o açúcar apenas como meio de vida, instrumento de sobrevivência de cada um dos indivíduos que à empresa de o lavrar se lançavam. Como junto a este, para muitos, pecado o de julgar que é a economia não motor mas veículo, e outro talvez mais grave a muitos olhos, de supor que a História tem os seus objectivos e não é apenas o acumular daqueles erros e acasos que biólogos com muita largueza científica e muita estreiteza filosófica vêem como estrutura da vida, inclino-me a pensar que não temos de encarar este ciclo do açúcar, com os seus centros de Pernambuco e Bahia apenas como agricultura e comércio, mas como o constituir-se no Brasil de uma antropologia indispensável aos seus futuros surtos.

Com uma base bastante larga de ameríndio, de remotas origens asiáticas, quer tenha vindo pelo estreito de Behring quer o tenham carregado as elipses das correntes marítimas ou se juntando os dois factores; com um aporte de africanos que só hoje, com o trabalho feito a partir da Universidade da Bahia por uma Yeda Pessoa de Castro ou um Vivaldo da Costa Lima se principia a entender bem, sem que com isto se menospreze o esforço pioneiro de Nina Rodrigues ou Artur Ramos, entre outros; com o português a tudo unindo com o furor genésico, a fé em si próprio e a flama do futuro e possível reino de Deus; o que o Brasil fez, com as suas plantações de cana e as suas moendas a giro lento de boi ou escravo, delas vivendo, foi plasmar a sua própria humanidade, fazendo com que aparecesse uma raça ou uma variedade de que Deus se esquecera, se criador o foi de uma vez para sempre, ou estava fazendo aparecer naquele mesmo século XVII, se a criação é contínua, a não ser que esteja uma das características de Deus em ser criador, simultaneamente, na eternidade e no tempo. No fim, o que saiu dos engenhos foi povo brasileiro, não o açúcar.

Logo que, seguindo talvez indícios do século XVI, se descobriu no XVII o ouro das Minas Gerais, depois o de Goiás, Portugal se despovoou, com ocorrência predominante do Minho, raiz, depois da

Galiza, do mais profundo da cultura nacional. E secundária emigração. Como já acontecera em São Paulo, da região do Mondego, porventura, para bem e mal, mas que diremos nós de bom e mau em História quando o seu fim se nós oculta em ciência e só em intuição ou crença ou fé o aprendemos, para bem e mal, a mais política das regiões do país. Em Portugal ficaram os velhos, as mulheres e as crianças; tudo quanto se sentia capaz de lavrar chão, chão de horta passando agora o chão de mina (e só abandonaram os portugueses as suas primitivas técnicas quando os africanos importados como escravos do golfo da Guiné lhes ensinaram a minerar – sendo bom fixar-se que, num momento crucial da História, foi preto quem instruiu branco e não o contrário que se deu), se transportou ao Brasil e se lançou à tarefa de arrancar da terra, com feridas que nos morros de Ouro Preto ou Sabará ficaram até hoje, as toneladas de metal que, quintadas ou não quintadas pelo rei, serviram como servira o açúcar de meio de vida e como o açúcar se derreteram na economia portuguesa, em que nada ficou de adquirido, como nada de adquirido provavelmente ficará com as libras e francos e marcos actuais, que tudo é, por sobre lágrimas, o dinheiro do Diabo e não de Deus.

O que, porém, aconteceu é que, tendo o Brasil hesitado em ser, mesmo com a sua população mista, uma nação portuguesa ou uma nação tupi, a guerra dos emboabas, com seu choque entre paulistas indianizados e os que chegavam do reino e a sua derrota dos primeiros, inclinou a balança para o lado de Portugal; é o ouro das minas, pondo como indiscutível o predomínio demográfico do emigrante recente e o predomínio cultural de quem se recusava a aprender tupi e investia seus réditos no barroco com base minhota de Câmaras, igrejas, casas ricas, que permite ao Marquês de Pombal ordenar que no Brasil se empregue só a língua portuguesa, não o tupi, que dá alicerce económico ao curso de ideias que vinha da Revolução Francesa ou da independência americana e que abre caminho para que o Brasil, nação portuguesa, tome consciência de que o verdadeiro Portugal está nela e com ela, não com os autos-de-fé, os palácios de Mafra ou as mesas

censórias. O ciclo do açúcar dera ao Brasil sua humanidade brasileira; o ciclo do ouro, possibilitando à nação organizar-se em Estado, vai permitir-lhe que maneje política e possa essa humanidade brasileira principiar sua influência no mundo.

A primeira mensagem foi para a Europa, dilacerada pelas guerras e pelas insurreições geralmente perdidas, pois não estavam maduros os tempos, dos que reclamavam mais liberdade, mais participação em seus próprios destinos, mais humanidade em suas desumanas vidas e nada mais conseguiam do que povoar de mortos os campos de batalha ou os cemitérios das capitais, desde as glórias de Napoleão às de um Thiers e seus versalheses no, há cem anos, da Comuna. Plantando café e soltando-o dos escravos que penavam nas fazendas do Paraíba, com o afundamento, na operação, do imperio de D. Pedro II, que mais jeito tinha de amanuense que de rei; instalando depois as primeiras indústrias com imigrantes europeus e iniciando uma estrada de êxitos económicos que ainda não terminou e que só teve interrupção quando tentou, em 1932, já com Getúlio, que se não perdessem, no desenvolvimento, as liberdades cívicas; capitaneou São Paulo todo o Brasil na ideia de que nada devia à Europa, embora lhe agradecesse as técnicas, e nada devia à América, agradecendo-lhe os investimentos, podendo considerar-se como povoado por gente humanamente mais válida do que aquela que viria a contar Dachau entre suas instituições de Estado ou se veria incapaz de assimilar pretos de Porto Rico, das Carolinas ou do Harlem. O café de São Paulo, com seu subproduto da primeira indústria, tornou a humanidade brasileira, que se frimara no açúcar e se institucionalizara no ouro, Meca dos povos; para alguns, porém, meio vaga em névoas.

Parecia ser agora necessário que o Brasil saísse de suas fronteiras, já nem toda a gente a ele vinha. Como lembrando-se das suas origens não europeias, tentou, de um golpe só, África e Ásia, tendo de apoio para a primeira a influência que seus escravos, regressados, se o podiam, depois da libertação, foram exercer por exemplo em Gana, Daomé ou Nigéria, e entendendo depois a

importância de um território como Angola; para a Ásia lhe valeram os imigrantes japoneses, depois que à primeira geração, fundamentalmente de agricultores, sucederam os "nisei", seus filhos, e os "sansei", seus netos, e todos quantos vieram depois, já industriais, professores, pesquisadores, banqueiros e políticos; mas, esquecendo-se de Goa, talvez por muito tempo se tenha alienado a Índia, esquecendo-se de Macau ignorou a China, de Timor se esquecendo apenas tem, de Indonésia ou para a Indonésia, as rotineiras, inúteis embaixadas.

Talvez, porém, só possa lançar-se plenamente à tarefa que compete à Nação Portuguesa de liderar mundo, contactando sua cultura com as de Ásia e África e apresentando-se em Washington ou no Mercado Comum destas cansadas Europas não como de inferior a superior mas, pelo menos, como de igual para igual, quando tiver concluído a empresa a que se lançou agora e que constituíria um quarto ciclo da história do Brasil, antes de um quinto em que o seu povo e todos os povos do universo não mais tenham de se queixar de fome, ignorância ou medo; o Brasil está abrindo a Amazónia, com a sua estrada de milhares de quilómetros que o atravessará de lés a lés e ligará o Atlântico ao Pacífico e rasgará as suas fronteiras com as Guianas, a Venezuela, a Colômbia, o Peru e a Bolívia, pondo pela primeira vez a possibilidade de realização daquela Panibéria que andou, ao que parece, nos sonhos de um Alexandre de Gusmão e em que pensamentos não terá andado de Vieira ou D. Luís da Cunha ou nas noitadas do Zeca Paranhos quando ainda talvez lhe não passasse no espírito a ideia de vir a ser o barão de Rio Branco de um solene, firme e hábil Itamarati.

Colocar a Amazônia como centro de gravidade do desenvolvimento do Brasil, com todos os riscos que a qualidade do povo brasileiro corre no processo, com todos os perigos que significa jogar tudo numa região equatorial de que tanto desconfiam geógrafos, com todas as violências e inferioridades humanas que fatalmente virão a lume é, decerto, um empreendimento que supera, em volume actual e importância futura, tudo o que se fez com o Nordeste açucareiro, ou o ouro das províncias centrais, ou a industrialização que, a partir de

São Paulo, tomou o Brasil e tão dolorosamente em tantos pontos se tem chocado com as culturas de carácter rural, como tão brutalmente se afrontaram já ou virão a afrontar-se com os povos indígenas as regiões pioneiras que surgem nas margens de uma estrada Belém-Brasília ou da que já marcha da Paraíba para Iquito ou da que pretende atravessar o Parque Nacional do Xingu.

Onde os técnicos da Ford e a América falharam, têm agora que não falhar o sertanejo e o Brasil; é sem dúvida alguma o empreendimento mais audaz de nosso século, perante o qual ir à Lua é nada, e donde vai arrancar, por integrar o país, mas como guia, na América Latina; por lhe dar a confiança em si próprio que já vem de Getúlio Vargas e muito mais de Juscelino Kubitschek, mas tem agora de inteiramente se afirmar; por o lançar aos grandes contactos universais, abrindo-lhe caminhos do Pacífico, onde, pela China, vai dar volta ao mundo; donde vai arrancar uma era nova que oxalá pense português, fale português e em que, sobretudo, possa português, que sempre ficou de reserva na História, mais apressada a outros pontos, ver-se livre de todas as opressões que tem tido e ser o inteiro homem que nunca foi; homem de imaginação e audácia, de paixão e ciência, de abandono e vontade; herói, sábio e santo, que para tal o fadaram os deuses e lho têm impedido os demónios com as suas barreiras de incultura e miséria e os seus artifícios de modéstia e prudência; de modéstia falsa, de impotente prudência.

Nota Breve, e Numerada, sobre Fronteiras

Nota Breve, e Numerada, sobre Fronteiras*

1. Como se sabe muito bem – mas nunca é demais repetir o que muito bem se sabe – os grandes impérios africanos existentes em África antes das destruições provocadas por cristãos ou muçulmanos, ambos imperialistas, nunca tiveram fronteiras definíveis por linhas traçadas em mapas; seu âmbito flutuava de dia para dia, ao sabor das disposições e interesses ou forças do poder central e dos que a ele se haviam submetido;

2. Por outro lado, a concepção da República, e propositadamente, se deixa empregar a palavra Estado, de outras conotações, diferia muito daquela que se propagou no Ocidente europeu a partir dos restos ou das ressurgências do direito construído pelos romanos, aqueles mesmos romanos que nem física nem culturalmente tinham transposto a barreira do Saara.

As fronteiras dos atuais países africanos foram determinadas da Europa ou na Europa, segundo posições já ocupadas pelos primeiros aventureiros do ouro, dos escravos ou do óleo de palma, pela comodidade retilínea – na carta geográfica – de meridianos e paralelos, ou ainda, para mencionarmos mais um fator, pelas necessidades de um suposto equilíbrio político e estratégico, a cada passo desequilibrado, das potências européias;

3. O direito público e em grande parte o privado, com pequenas e contemporizadoras ou desprezadoras concessões aos costumes indígenas, passou a ser o do invasor que mais ou menos o impunha

* *Afro-Ásia*. Publicação do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1976, nº 12, p. 125-128.

pela técnica, a manufatura, a economia de mercado, a conversão ou escravização religiosa e o vício cuidadosamente cultivado de julgarem os pretos que lhes eram superiores os brancos;

4. Como conseqüência direta do último fator, passaram Oxford ou a Sorbonne ou Heidelberg ou Harvard a terem mais importância para a formação de africanos do que a sua cultura nativa, da qual, na realidade, nunca se desprenderam, e felizmente, os melhores, mas a que muitos apenas voltaram na aparência, como meio de poder ou de realização pessoal, e até de criação poética – no sentido mais amplo da palavra;

5. Sabe-se do resultado: foram sacrificados os quadros culturais individualizados, quer fossem de uma tribo ou de um grupo de tribos, de uma etnia ou de um conjunto de etnias, separaram-se conjuntos da forma mais traumática possível e foram obrigadas a viver no mesmo espaço político e econômico culturas que se viam ou como estranhas ou até como inimigas e que só a dura polícia do colonizador podia manter sem que se exterminassem;

6. Do estatuto atual igualmente se sabe: os homens educados à européia, a geração que fez a independência, consideram, por motivos mais ou menos aceitáveis, que as fronteiras européias se deviam manter e que grande parte do seu esforço governativo se devia exercer no sentido de destruir as divisões tribais ou culturais; para alguns, e ao que parece, o termo tribal ainda envolvia alguma coisa do conceito de selvajaria a que o ligara o europeu "civilizado", isto é o das crianças de cinco anos trabalhando nas minas, o da repressão parisiense de 1871, o dos progroms tzaristas, o de Dachau e Treblinka;

7. Por outro lado, a falsa idéia de progresso ligada à de indústria e urbanismo criou o negro destribalizado das cidades e seus adjacentes complexos proletários, que não tem nem os seus próprios valores,

destruídos pelo colonizador ou pelo suposto mestre de civilização superior, nem pode adotar os valores do branco, que pressente na generalidade de muito baixo nível e talvez ouça contestados pelos mais previdentes e conscientes brancos;

8. Não é só, portanto, a descolonização o que basta para que a África venha a ser mestra de humanidade pelo melhor de si própria; depois de não ser dos outros, tem de restituir a si mesma, pensando no coletivismo agrícola e na economia de subsistência, depois na montagem de indústrias de transformação, depois no que for possível e proveitoso na de indústria pesada;

9. Ao mesmo tempo que fizer tudo isto e pensar que talvez as suas metafísicas vividas valham mais que as verbais filosofias ou religiões de europeus, fora as do raro – as daqueles que mereceriam ser africanos –, tem de atentar na forma por que a desconjuntaram e reparar o desastre;

10. Não irá isto muito longe da época em que o próprio europeu – e me refiro sempre àquela Europa que vai hoje de S. Francisco da Califórnia ao Vladivostok do outro lado do Pacífico – refletirá sobre a validade daqueles substratos regionais que uma política, digamos de Luís XI, amalgamou, mais ou menos violentamente, e achará que vale a pena ter Escócia ou Gales individuais na Grã-Bretanha – e a Inglaterra que busque sua própria identidade –, ou a pequena Bretanha e a Occitânia individuais na França, ou a Galiza e a Catalunha ou o País Basco, individuais na Península Ibérica;

11. Teríamos então uma redistribuição da África negra – e é a outra ainda a África ou já o Mediterrâneo? – por seus diferentes quadros culturais, não para que haja uma balcanização do Continente, mas para que a Federação Geral ou Estados Unidos que ali surjam não tenham ainda sobre si, ilaqueando-os, os grilhões das fronteiras do colonizador e deixem de imitar aquela civilização ou estrutura européia cada vez

menos coincidente com o real, prestando-lhe pelo contrário o grande serviço de lhe levar ideais novos, o que se deseja sem violência e sem tumulto, como podia ter sucedido com os Bárbaros se o Império Romano os tivesse compreendido a tempo;

12. Caberia talvez pensar-se que os últimos territórios colonizados deste nosso lado Atlântico e no Índico poderiam ser os pioneiros de um novo sistema, o campo de experiência de uma organização federal que fosse mais longe que a da Nigéria e respeitasse os diferentes quadros culturais, solidarizando-os, no entanto, numa obra de desenvolvimento comum;

13. Valeria a pena, para que passassem a existir, como projetos-piloto para tôda a África, uma República Federativa de Angola, confederada, por seu turno, com Moçambique, Tangânia, Zâmbia, Namíbia e uma República Federativa de Cabo Verde e Guiné e outros estados atraindo, que houvesse ajustamentos de fronteiras, com perdas e ganhos, sendo este, no entanto, um dos casos, em que é possível, pelo perder, ganhar; como quem dissesse, parafraseando o conhecido provérbio, conhecido e a ultrapassar, – "quem dá ao pobre a Deus empresta" – que "quem dá ao hoje ao amanhã empresta";

14. Perguntar-se-ia finalmente, nesta nota um pouco descabida numa publicação de grandes eruditos em honra de outro grande erudito – mas a humanidade de Bastide sempre nele me importou mais que seu saber – se não deveria o Brasil, lançando pontes de fraternidade sobre o mar, oferecer-se para comunicar sua experiência de federalismo, que é político, sem dúvida, mas também geográfico, econômico, étnico, se quiserem, ou de matizes culturais, com um Mato Grosso bem diferente de um Rio de Janeiro ou Santa Catarina bem distinta do Piauí, àquela África que lhe é irmã e o ajudou a ser-lhe poderoso irmão, a África de Luanda e Bissau ou a África das plataformas de aclimatação que foram Santiago ou São Vicente ou a do mais distante Moçambique;

15. De imaginação e vontade, de mito e de ciência, de audácia e de paciência nasceu Brasil e delas viverá, não de prudência ou de cobiça e cálculo, defeitos de que morre a velha Europa; transfira-as para a África, primeiro a que mais lhe é fronteira, e vamos ver se a semente que nele germinou a partir do século XVI se não dará igualmente bem em Angola e Guiné e daí se possa talvez transferir a Moçambique e a velhas praças culturais do Oriente – uma Goa na Índia, um Macau na China, tão semelhante ao Brasil, um Timor na Indonésia, acabando em raízes que unam todo o mundo a que se convencionou chamar terceiro quando lhe compete ser primeiro, e acorrendo, que é sempre tempo, à velha Europa que falece num imenso *Satyricon*.

ANEXOS

Vida Conversável*
(Fragm.)

Agostinho da Silva

Pareceu-me, então, que talvez em Salvador, na Universidade Federal da Bahia, pudesse instalar alguma coisa que começasse a ensinar África. E assim foi. Primeiro fundou-se o Centro de Estudos Africanos e Orientais. Por que? Porque o embaixador do Brasil na UNESCO dissera ao reitor que este organismo estava interessado em que houvesse estudos orientais no país. O reitor, que era um homem da urologia e que não tinha uma idéia muito perfeita do que se podia fazer nesse campo, quando lhe apareci com uma proposta sobre estudos africanos dizendo que talvez fosse interessante estendê-la a estudos orientais, ele agarrou a idéia, satisfez o embaixador e formou um Centro de Estudos Africanos e Orientais. Impróprio para o meio! Naquela altura na Bahia o meio não o admitia, pois a população era em grande parte africana, quem o não fosse era provavelmente mestiço e acima de todos flutuava o branco. O reitor, muito bom conhecedor do meio, não deixou que fosse imediatamente público um Centro de Estudos Africanos e Orientais.

Já lhe disse que estive encafuado nas caves da Universidade e até bem oculto, até que se encontrou outro disfarce melhor, procurando-se alguma coisa que eu pudesse ensinar de forma a que o reitor me pudesse apresentar como professor desse assunto e não como o homem que estava a montar os estudos africanos e orientais. Lembramo-nos de filosofia do teatro para a Escola de Teatro, que era muito boa e que, por exemplo, tinha como aluno Glauber Rocha, um grande cineasta brasileiro.

* Agostinho da Silva, *Vida conversável*. Organização e Prefácio de Henryk Siewierski. Brasília: Núcleo de Estudos Portugueses; CEAM/UnB, 1994. Publicado também em Lisboa, pela Assírio & Alvim, em 1994.

As coisas lá foram andando, imediatamente comecei a organizar aquilo. Ao princípio não havia coisa nenhuma: foi preciso arranjar uma secretária, encontrou-se uma menina que tinha vindo à Bahia fazer um tratamento de saúde mental, porque achavam que ela não estava muito bem da cabeça, a qual estava a descansar junto da família e fazer um tratamento qualquer. O reitor perguntou-me se servia. Claro que sim. Era uma pessoa que estava disposta a fazer o que fosse preciso. Disse-me: "Não tenho hora, sabe, eu venho para cá quando o senhor quiser". "Não são estes os meus costumes – respondi – os meus são os costumes navais: entra-se a uma hora certa e sai-se a uma hora certa, porque se o trabalho não cabe nas horas oficiais do expediente, há alguma coisa que está mal organizada, ou falta gente, ou sobra serviço, temos de arranjar isso de outra maneira". Veio a moça, que era excelente, começamos a trabalhar e imediatamente a fazer contatos com países africanos.

Nessa altura surgiu a idéia de se poder mandar para Dakar, para o Senegal, um professor de coisas brasileiras. Nessa época o Senegal era governado por um homem extremamente interessante, um intelectual de África, nessa época ainda da África francesa, Senghor. Era o presidente da República e queria que houvesse lá um professor de coisas brasileiras. Por esse tempo a questão com Portugal era já meio difícil. Ele não podia fazer isso diretamente com Portugal, porque já havia indícios daquilo que ia ser a guerra colonial em África, já a Guiné-Bissau que se situa a sul do Senegal estava meio agitada na perspectiva de que alguma luta se ia dar e, portanto, era difícil a Senghor ter um contato com o nosso país. Então ele procurou esse contato com o Brasil. Estava sobretudo interessado na língua portuguesa e o resto logo se veria. Consegui mandar um excelente professor para Dakar, o qual iniciou o estudo do português na Universidade. Senghor deu-se muito bem com o professor, Pedro Moacir, e este com o presidente. Ficaram amigos e a certa altura, dois ou três anos depois, Senghor resolveu introduzir o ensino do português nos liceus do Senegal. Nessa altura já havia rebentado a guerra colonial, de forma que muita

gente no país recebeu aquela resolução do presidente da República com mau modo, não achando bem que ele fosse ensinar a língua do país que combatia os africanos.

Senghor que era um homem hábil fez uma coisa muito simples: daí a poucos dias publicou outro decreto que mandava ensinar o russo. Então a coisa ficou perfeitamente equilibrada. Isso continuou e é devido a essa raíz que hoje Portugal tem sobre si um grande interesse dos historiadores senegaleses, porque eles acham, e têm toda a razão, que é na bibliografia histórica portuguesa, sobretudo nos relatos de homens que tiveram experiência de África desde o século XV, que eles encontram o material mais valioso para saberem o que era aquele continente antes da chegada do europeu, e quais são as qualidades, os interesses, os projetos de África com os quais têm de retomar contato para que uma África pós-colonial seja realmente uma África de futuro. De maneira que, curiosamente, lançou-se aí a semente de alguma coisa em que no momento não se pensava. O que se pretendia era apenas estabelecer relações entre o Brasil e a África e, sobretudo, que os brasileiros aprendessem África, visto que se partia da noção zero de que ninguém sabia realmente coisa nenhuma daquele continente.

O trabalho foi continuado, surgiram outras oportunidades e a certa altura eu pude mandar para a Nigéria, para o Gana, outros professores, que foram ensinar o que sabiam sobre o Brasil. Por exemplo, o primeiro o que foi para Dakar, era assistente de literatura portuguesa na Universidade Federal da Bahia. Mas houve outra coisa que lhe vou contar e que é curiosa. Isso mostra como de vez em quando se tem de fazer umas coisas que não têm nada nem com os costumes, nem com a lei, nem com o que parecia possível.

Havia um homem extremamente inteligente, um homem interessado por muita coisa, que fizera o curso de odontologia, e que era realmente um dentista brilhante porque era um homem muito hábil, muito capaz e que também anestesiava os clientes não só com as injeções mas também com a sua conversa atraente. Esse homem um dia aborreceu-se de ser dentista. Achou que não podia passar a vida a

arrancar molares, a consertar dentes, e por isso fez uma coisa extremamente simples: fechou o consultório e ficou sem emprego. De maneira que quando eu cheguei à Bahia estava ele a viver à custa dos pais, que eram bem estabelecidos, tinham uma fábrica, não faziam sacrifício nenhum. Como ele não queria estar sempre a pedir dinheiro aos pais, de vez em quando pedia-o aos amigos. Mas como era um homem muito distraído, parece que as contas de restituição eram muito vagas. Um dia, por acaso, encontrei esse homem no candomblé e entramos em conversa. Perguntou-me porque é que eu estava ali e eu expliquei-lhe e perguntei-lhe a ele a mesma coisa. Disse que estava ali porque havia um irmão interessado nessas coisas do candomblé e ele tinha ido para ver como era e estudar aquilo. Então combinamos voltar a encontrar-nos para ver se havia alguma coisa de interessante para ele no Centro, e que idéias podia ter sobre o assunto. Um dia, no princípio de janeiro de 1960, disse-me: "Quando é que o senhor me manda para África?" E eu, que não tinha nada de seguro, respondi-lhe: "No fim do ano". E o curioso é que foi exatamente no fim do ano que esse homem partiu para África, para aprender África, para aprender antropologia, a história das religiões, enfim tudo o que o pudesse interessar. Também seria para ensinar Brasil, porque ele tinha o conhecimento suficiente do Brasil, para poder perfeitamente ensiná-lo e manejava a língua portuguesa com tal perfeição que também poderia ensiná-la. Foi para a Nigéria, com o encargo de passar pelo Daomé, pelo Benin, sobretudo por duas localidades: Porto Novo e por uma fortaleza que os portugueses ainda tinham nessa altura em África, Uida ou Ajudá, como se dizia em português, e que tinha sido realmente ali estabelecida pela Bahia para comércio de escravos. Esse homem, Vivaldo Costa Lima, vai à África e juntamente com ele vai um homem que se tinha fixado um pouco na Bahia, um homem de vida errante e aventurosa que se dedicava muito à antropologia africana. Lembro-me de uma reunião com eles em que me perguntaram quais eram as minhas instruções quanto a África.

– São as de que vocês se comportem com toda a liberdade, que façam o favor de ter imaginação e que ao mesmo tempo respeitem as leis brasileiras que têm de respeitar, mais nada. Vão em plena liberdade e digam o que houver.

Os homens estabeleceram-se e fizeram um excelente trabalho. Um, o belga Pierre Vergé, já conhecia bastante de África, por ter já andado por lá; o outro não, mas quando voltou, conhecia muito bem pelo menos o domínio da Nigéria e do Daomé, sobretudo no que respeita à zona de Iorubá, que era nessa altura, e ainda é, a língua litúrgica do candomblé na Bahia e também a língua que ainda se empregava nalgumas casas de negros da Bahia. É um iorubá arcaico, porque é essa uma das caraterísticas das línguas estrangeiras que chegaram à América Latina, pelo menos ao Brasil – e não só, porque o francês do Canadá é também um francês arcaico em relação ao de França. O português, por exemplo, é fundamentalmente um português do século XVII e o iorubá é também um iorubá arcaico.

Ao mesmo tempo, instalei no Centro o estudo de línguas que interessavam a África e ao Oriente: iorubá, árabe, urdu, hindi. O urdu e o hindi são muito parecidas, de maneira que eram ensinadas pelo mesmo professor.

Então, começou a dar-se uma coisa extremamente interessante na Universidade. Logo que se iniciou esse curso de iorubá, a gente do candomblé começou a ir lá. Muitos não tinham sequer a instrução primária, foi a primeira vez que uma Universidade no Brasil tinha alunos sem a instrução primária e hoje o resultado, ao fim de vinte anos de trabalho e que ainda continua, é que a gente da comunidade negra da Bahia é chamada à Universidade para discutir assuntos universitários, para dar por exemplo a sua opinião sobre a maneira como a Universidade deve comportar-se face à sociedade. Foi uma coisa inteiramente nova.

Depois seguiram outros professores, muito bons todos eles, para vários pontos de África. O próprio Vivaldo Costa Lima um dia passou da Nigéria para o Gana e estabelecemos boas relações com

esse país. Mas um ponto talvez interessante é que essa coisa não ficou apenas no âmbito universitário.

Nessa altura surgiram as eleições para presidente da República e apareceram dois candidatos: um que tinha sido ministro da Guerra, da Defesa como se diz hoje, do presidente Juscelino Kubitchek, e um outro, Jânio Quadros, de São Paulo, de fato originário de Mato Grosso, mas que tinha já feito uma parte da sua vida política em São Paulo. Perante os dois candidatos pareceu-me a mim que Teixeira Lott seria muito melhor para o Brasil, poderia levar o país num caminho de paz e de construção relativamente calma e ordenada, enquanto com Jânio Quadros as coisas poderiam ser mais difíceis. De forma que, ao votar, nessa altura já era cidadão brasileiro, votei em Teixeira Lott. Só que num dos discursos de Jânio Quadros este referiu-se, não sei por que, à necessidade que o Brasil um dia teria de conhecer a África culturalmente. Imediatamente lhe escrevi e pus o Centro à sua disposição para o que fosse necessário. Quando Jânio Quadros foi eleito, ao contrário do que eu pensava, por uma maioria enorme – foi uma eleição arrasadora no Brasil, pois ele era um homem hábil nos comícios, com muito sentido popular, muito sentido de representação, um bom ator ao mesmo tempo – imediatamente propus ao reitor que se entrasse em contato com o novo presidente, para ele ter conhecimento do que era o Centro e ver o que se podia fazer. O reitor, que parece que era de um partido diferente do de Jânio, hesitou, disse que não conhecia ninguém, que não sei que, enfim ia protelando. Eu, que não sou de demoras, logo na primeira estação telegráfica que encontrei no Rio de Janeiro – onde nessa altura me encontrava de visita com o reitor – telegrafei ao presidente pedindo-lhe uma audiência, a qual foi concedida. Ele lembrava-se da carta que eu lhe escrevera e fui lá sem ninguém para me apresentar. Demo-nos muito bem, ele pediu-me logo as minhas opiniões sobre vários assuntos e ali ficou estabelecido que nomearia embaixadores brasileiros para esses países que nunca os tinham tido. Portanto, a área do Ministério das Relações Exteriores ficou logo à nossa disposição. Ao mesmo tempo declarou que ia dar

ao Centro de Estudos Africanos e Orientais um orçamento extra que permitisse alargar em muita coisa, o que foi uma notícia espantosa para o reitor, que julgava que o presidente não ligaria nenhuma importância ao assunto. Então, a partir daí, quando entrava no gabinete do reitor, ele dizia para os presentes: "Aí vem o nosso primo rico". Nessa altura, a Universidade soube o que se passava e imediatamente aceitou que dentro da Universidade Federal da Bahia houvesse um Centro de Estudos Africanos e Orientais. Assim, saí da cave e fui transferido para um palacete que havia ficado vago e onde estávamos à vontade para dar aulas, ter biblioteca, museu, enfim tudo o que se quisesse e durante bastante tempo fez-se um bom trabalho.

Só que durante o mandato de Jânio houve muita agitação estudantil e ele deu-se mal com essas greves de estudantes. Ao tentar aplacar aquilo, as suas medidas não deram certo, de forma que ficou com uma certa hostilidade àqueles reitores em cujas Universidades houvera greves. E, de repente, por causas ainda hoje desconhecidas, o nosso amigo Jânio Quadros renunciou à Presidência da República.

Lembro-me bem que recebi a notícia de chofre, na altura em que ia entrar para a sala de conferências do Centro de Estudos Bahianos, onde me tinham pedido que fizesse uma conferência sobre o problema do candomblé e a sua metafísica. Parecia que naquele momento tudo aquilo de Centro de Estudos Africanos ia por água abaixo, tanto mais que antes de ele renunciar, tinha demitido o reitor da Bahia. Propriamente não o tinha demitido, mas como os reitores eram escolhidos de uma lista de três nomes, toda a gente estava à espera que ele escolhesse de novo o Edgar Santos. Não o escolheu, porque achava que o Edgar fora responsável pela greve e por isso escolheu outro que não tinha importância nenhuma e que o Conselho da Universidade pusera na lista por pôr, pois ninguém contava com a sua nomeação.

É claro que eu nessa altura imediatamente decidi que sairia juntamente com o reitor. Entendia-me com aquele homem, o essencial estava feito, o Centro havia arrancado, ia marchando, mas eu não tinha

nenhum gosto em continuar naquilo, num movimento de rotina. A tal história de continuar a fazer uma coisa que os outros podiam perfeitamente continuar, tanto mais que nessa altura já alguns haviam regressado de África e estavam prontos, portanto, a tomar conta das rédeas.

Entrei, pois, na conferência onde estava toda a gente numa agitação. Ninguém mais queria saber da metafísica do candomblé para coisa nenhuma. Todos falavam e discutiam política. Então toda aquela gente se calou para ver o que é que eu dizia e se aderia à discussão política ou não. E eu contei-lhes de um poema de Fernando Pessoa. Não o recitei, mas contei-lhes a matéria do poema e disse-lhes que o Fernando Pessoa tinha falado de dois sábios que estavam a jogar quando Siracusa fora tomada pelo inimigo, e que eles calmamente tinham continuado o seu jogo e a falar da sua filosofia sem se importarem com aquele gravíssimo e trágico acontecimento que era a tomada e, possivelmente, a destruição da cidade. Aquela gente percebeu a que vinham as lembranças de Fernando Pessoa e calou-se. Ficou quieta e ouviu a metafísica do candomblé até ao fim, não a aprendeu, talvez nem eu próprio a soubesse, mas ficou calma.

Agostinho da Silva nas Origens da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa*

*José Aparecido de Oliveira***

Eu conheci o Professor Agostinho na época do Governo do Jânio Quadros. Ele já tinha uma presença no Brasil muito importante. Esteve ensinando em Santa Catarina, esteve na Bahia, esteve em Brasília e, evidentemente, ninguém passava impune pelo Professor Agostinho da Silva. Ficava uma marca. Em todo o seu itinerário, ele soube ter a consciência de independência moral, ele nunca deixou de ser um homem de consciência livre e de vocação libertária.

Agostinho da Silva foi importante sob dois aspectos. Um como pensador, como filósofo, o outro como homem de ação. Ele conjugou essas duas virtualidades que, geralmente, não caminham juntas. Ele era um homem de pensamento mas era um homem também de ação prática, de ação afetiva. Ele teve uma presença muito importante, naquele tempo, não só no Brasil, como também em todos os países de língua portuguesa e em toda uma política de desenvolvimento econômico e social, porque ele tinha uma clara consciência do que apresentavam os povos que estavam submetidos a uma hierarquia das forças sociais que nunca abriam perspectivas maiores, nem melhores para os subdesenvolvidos. E ele foi talvez, naquele século, um dos pensadores que tinha a visão do horizonte, que tinha a visão da perspectiva.

* Originalmente publicado em *In Memoriam de Agostinho da Silva: 100 anos, 150 nomes*. Organização de Amon Pinho Davi, Renato Epifânio e Romana Valente Pinho. Corroios: Zéfiro, 2006.

** Secretário da Presidência da República no Governo Jânio Quadros, Ministro da Cultura no Governo José Sarney e Embaixador do Brasil em Portugal que teve uma participação de destaque no processo de fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Agostinho da Silva preencheu, num aspecto, um largo trecho da nossa consciência política. Ele era um formulador, ele era um pensador, ele era um ativista. Um combatente, um revolucionário e um missionário. Veja-se, por exemplo, *As Cartas Várias*. Elas eram um documento para iniciados. Ele escrevia-as com espírito de missão. Ele era dotado dessa consciência. Ele sabia que estava realizando um trabalho para o tempo e para o histórico. O Professor Agostinho tinha uma visão do mundo daquele tempo e do mundo do futuro. Ele previa, como pensador que era, muito do que está acontecendo por aí.

O que me parece fundamentalmente importante é a presença dele numa nova política para a lusofonia, de uma nova política para o desenvolvimento dos povos de Língua Portuguesa. Eu sei que ainda não há muita luz sobre este aspecto, sobre esse trecho da vida do Professor Agostinho que foi, aqui no Brasil, ao tempo do Governo de Jânio Quadros. Eu trabalhava com o Presidente Jânio, de forma que eu posso dar um depoimento seguro da influência que o Professor Agostinho da Silva teve na formulação da nova política exterior do Brasil naquele período, contemplando prioritariamente não só os países de língua portuguesa, mas o continente africano.

O Professor tinha uma exata consciência da importância disso, da África como continente de articulação de um novo tempo para uma política de desenvolvimento. E ele viu, naquele momento, uma formulação da política externa independente do Governo Brasileiro. Ele teve encontros com o Presidente da República, encontros promovidos, inclusive, por meu intermédio. E esse é um aspecto que eu sei que não é muito conhecido, quer na biografia do Professor, quer nos documentos do Itamaraty.

O Professor Agostinho foi importantíssimo quando chamou a atenção dos brasileiros para o que representava uma política de desenvolvimento num mundo que tendia para a globalização. Ele previu com todas assuas nuances e conseqüências. E também fez despertar a nossa consciência, brasileira sobretudo, mas lusófona, com relação à África. Foi ele que, pela primeira vez, naquele tempo, chamou a atenção

para as nossas raízes. E, além disso, dava uma palavra segura de advertência com relação ao nosso futuro. E entendia que era importante fazermos uma política de unidade, de fundamento da nossa língua comum. E isso foi uma abordagem que passou a ser feita e que chegou, inclusive, à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP. Mas na realidade, o verdadeiro formulador, o homem que deu esse fundamento filosófico, essa mensagem integradora do ponto de vista político, foi o Professor Agostinho da Silva. Ele foi o grande formulador de tempo novo na lusofonia.

A idéia da CPLP surgiu no fim da década de 50, início da década de 60. O Jânio foi presidente da República exatamente nesse período. Renunciou à Presidência em 61. O Agostinho influiu muito nessa formulação, numa nova política externa do Brasil, com olhos inclusive integradores. No entanto, não há registro, no Itamaraty, a respeito disso. Embora a idéia da CPLP seja da década de 60, só é institucionalizada em 1996, quando eu era Embaixador em Lisboa e o Mário Soares era Presidente da República. Na realidade, aquela proposta era fundamental para os países de língua portuguesa e para a lusofonia. Para eu afirmar um movimento dessa natureza tinha que ter um compromisso missionário com o Professor Agostinho da Silva. Afinal, ele ensinou-me a importância da força da destinação.

Agostinho da Silva: Pressupostos, Concepção e Ação de uma Política Externa do Brasil com Relação à África*

*Pedro Agostinho***

Da fecunda ação de Agostinho da Silva no Brasil, talvez a menos conhecida faceta seja, em Portugal, a daquela que exerceu, a partir da Universidade Federal da Bahia e de seu Centro de Estudos Afro-Orientais, na orientação da política externa brasileira quanto à África do fim dos anos cinqüenta, inícios dos sessenta. Exceção a esse parco conhecimento serão apenas, acredito, os pronunciamentos com que a ela fez justiça, em artigos e discursos, o Embaixador José Aparecido de Oliveira, por volta do três de abril de 1994[14]. E, hoje, não haverá provavelmente ninguém, dentre os que ainda estão vivos, melhor situado do que ele para opinar a respeito, desde uma perspectiva centrada no mais íntimo círculo do poder decisório nacional quanto à política externa. É que, nessa época, como Secretário do então Presidente da República, Jânio Quadros, acompanhou, de perto, as idéias e o agir do Professor Agostinho – como sempre o chamaram no Brasil. Além desses três já mencionados, estavam ainda envolvidos no projeto africano o Ministro Afonso Arinos de Melo Franco, intelectual, jurista e político, e os diplomatas Wladimir Murtinho e Rubens Rícupero. Eles, pelo lado governamental. Pelo da Universidade, o então Reitor, Edgar Santos, e todo o grupo de colaboradores – dos contínuos aos professores e aos sacerdotes do candomblé – que trabalhavam no, ou em torno do, Centro de Estudos Afro-Orientais da então Universidade da Bahia.

*Publicação original: *Afro-Ásia*. Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, nº 16, setembro de 1995, p. 9-23. Aqui é seguida a versão mais recente, publicada em: *Presença de Agostinho da Silva no Brasil*. Organização de Amândio Silva e Pedro Agostinho. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2007.
** Antropólogo, professor do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. É o primeiro dos oito filhos de Agostinho da Silva.

Creio, no entanto, que àquela perspectiva, de ordem pessoal-institucional, poderia eu agora acrescentar uma outra, de caráter muito mais pessoal, que se baseia no convívio permanente e na constante troca e discussão de idéias entre duas pessoas que, mais que pai e filho, foram sempre grandes amigos com focos de interesse semelhantes: os quais, felizmente, não excluíam naturais discrepâncias e diferenças de pontos de vista. É por essa constante troca de idéias sobre problemas que, naquela época, se referiam sobretudo à grande política internacional (alguns diriam *grande estratégia*), que me julgo, hoje, autorizado a depor sobre o que fez e o que pensou.

Creio igualmente que se perguntassem ao Professor qual a coisa mais importante que tinha feito no Brasil, ele diria sem hesitar que foi essa intervenção na política internacional (1959-1961), e, para esta, o Centro de Estudos Afro-Orientais da hoje Universidade Federal da Bahia. Os antecedentes de tal atuação, em Santa Catarina, foram como que momento de preparação e amadurecimento. E o que fez depois, no Centro Brasileiro de Estudos Portugueses da Universidade de Brasília (1962-1969), seria o complemento lógico das iniciativas antes partidas da Bahia, se a cegueira e falta de imaginação política de um e do outro lado do mar não tivessem cerceado decisivamente suas possibilidades de êxito: as quais foram cortadas, definitivamente para aquele tempo, pelos acontecimentos políticos de 1964. Com estes, um vagalhão de mediocridade intelectual e política submergiu e dominou longamente a Universidade de Brasília, destruindo o Centro (1962-1969), que Agostinho tentou salvar até ao fim – só desistindo quando as condições demonstraram ser inócua a resistência.

Se lhe perguntassem, também, qual o homem de pensamento e ação para o qual mais seu gosto se inclinava, tenho quase certeza de que a escolha cairia sobre Vieira. Ou os Vieira, unificados num só ator – o padre dedicado a uma causa que, se no fim era religiosa, não era no entanto muito ortodoxa, e se realizava por meios fundamentalmente políticos; o militante membro da militar e disciplinada Companhia (de voluntários, repare-se, nunca de conscritos...); e o sonhador de utopias

a quem não bastava o sonhar, mas só o sonhar na tensão do, agindo, pôr em concreto o sonhado sonho. Aqui, porém, com racional e fria objetividade política: melhor exemplo não há que o do "Papel Forte" que escreveu. Ao que se somava o homem que a sua toda complexidade expressava em imaginativo e audaz explorar da língua.

Não é de espantar: com a diferença de ser Agostinho, por caráter, mais espartano do que barroco, havia muito de comum no modo pelo qual ambos se puseram perante o mundo; no caso de Agostinho, em especial durante e depois de sua fase sul-americana. Portugueses que por muitos anos foram brasileiros e do Brasil, ficaram definitiva e fundamente marcados ao amadurecerem e refletirem, aqui, soltos das peias de pensamento e conduta que Roma, o reino ou a ditadura impunham a Portugal. Agostinho, após o Brasil, passou sempre a sentir-se "um português à solta", e muito desejaria que todos assim o fossem. Quase diria: aceitava a custo que outros o não fossem também... Daí seu horror à conduta e ao pensamento bem comportados – dando valor ao paradoxo no pensar e no viver, oposto por ele ao ortodoxo e heterodoxo, que, em princípio, rejeitava – o que não significa a recusa ao rigor do raciocínio disciplinado, sempre que este se impunha e tornava necessário. Nunca o vi insurgir-se contra o que alguém lhe chamou um dia: racionalista místico. Pelo contrário: parecia até aceitá-lo de bom grado e divertido. Com essa classificação, tendo, eu, a plenamente concordar.

Considerados lado a lado, nisso estará talvez a maior confluência de sua postura com a de Vieira: o terem em mente uma utopia, misticamente concebida, que, para eles, não devia ficar u-tópica: um e outro teimaram sempre em criar na prática um tempo e um espaço – tópico – em que se concretizasse o que até lá seria estritamente utópico, na plena acepção etimológica do termo. Poder-se-ia, suspeito, detectar aqui, tanto pelo conteúdo quanto pela expressão – retórica em Vieira, poética em Agostinho mesmo quando em prosa –, um discorrer que diria mitopoiético, ou, talvez melhor, análogo ao discorrer mitopoiético. De uma mitopoiese que ia, em Vieira, buscar principalmente à história

sagrada os elementos de sua construção, pela exegese da profecia; enquanto Agostinho os buscava na história portuguesa e de Portugal em sua relação com o mundo. Por isso ambos, ao darem curso a suas idéias, quando aparentemente afirmavam (à superfície dos respectivos discursos) que isto ou aquilo *era*, ou *fora*, reportando-se às respectivas bases históricas, só pelo incauto podem ser tomados ao pé da letra.

Pelo contrário: conscientemente ou não, muito mais que explicação, ou interpretação racionalista, de um passado univocamente histórico, e explorado conforme as regras do saber científico, o que ali se traça, por trás de sua mais estrita e concreta aparência – quer dizer, do *fenômeno* discursivo –, é algo que está em um nível mais profundo, e não aparente, daquilo que exprimem como histórico: é o arcabouço de uma *carta mítica* (como diriam meus colegas antropólogos), em que só se usa o passado para expressar projeto de futuro. Não por acaso terá Vieira chamado, à sua, História do Futuro. Só enganadoramente se estaria, pois, face a discursos que possam ser submetidos, quanto ao método e conclusões, à crítica que tome como referência os princípios das ciências da história. Para plenamente os entender, será talvez preciso ir por outros e mui diferentes caminhos – os da leitura do mito em sua própria história e no ambiente, individual e nacional, dos dois autores e do povo a que pertencem. Caminhos esses pelos quais não tenho meios de enveredar agora. Em breve: direi apenas que, no caso presente, o que é por eles mais ou menos cripticamente expresso remete, muito mais que a um *ser*, a um *dever ser*. Por isso se torna, em verdade, naquele "nada que é tudo" de que falava Pessoa. E é tudo, virtualmente, porque se erige em marco de referência para todo agir posterior. Marco esse que era, para Vieira, o do Quinto Império; e para Agostinho, o do Império do Espírito Santo.

Aqui, ao parecer que convergem, é que vejo afastarem-se os dois pensadores: de comum, só continuam a ter Portugal e as unidades políticas que dele historicamente derivaram como os agentes, por excelência, do concretizar da utopia. Para o primeiro, seu Império seria o de uma hegemonia ideológica e política, centrada no poder religioso

de Roma e no poder temporal do rei português. Mantendo assim, através e apesar da geral conversão, que previa, dos judeus, dos hereges protestantes e dos gentios de além mar, uma hierarquia etno-sócio-política, religiosamente unificada, que, em seu cerne mais profundo, seria a mesma vigente no mundo daquele tempo: só que, despojada de suas contradições específicas no campo religioso e político, espacial e ideologicamente alargada, universal; e por isso mesmo católica, no sentido etimológico e institucional do termo. Em última análise, criaria no mundo uma sociedade cuja hierarquia ideal estava centrada, perdoem a redundância, nas posições tópicas de Vieira – católico-romana, portuguesa –, contrapostas a ameaças prementes da Europa seiscentista: protestantes, castelhanas, holandesas. Esses são, aliás, fatores que, importantes para lhe compreender o messianismo, não poderei discutir agora.

Para Agostinho, porém, aquilo a que chamou Império sempre se pôs como algo inteiramente distinto. Era objetivo, antes do mais, que se deveria alcançar no mais íntimo de cada um, e que, se concretizado coletiva e historicamente, haveria de ser social, política e religiosamente difuso, sem centros de poder político, e, sobretudo, sem centros de poder religioso e ortodoxo. Embora de uma sua leitura apressada – ou equivocada, parece-me – muitos possam extrair, como extraíram, compreensão diversa, não tenho a mínima dúvida de que para ele era assim que as coisas se punham. Inspirado nas idéias de Joaquim de Flora quanto às três Idades da História e à Idade final que seria a do Espírito Santo – sem a Lei que caracterizara a Idade do Pai, e a Ecclesia que caracteriza a Idade do Filho –, o que almejava viria como um Império de fraternidade, de *charitas* universal, de riqueza igualitariamente distribuída, de liberdade onde não poderia haver presos nem opressores. Nele, o Espírito fluiria livremente, sem barreiras étnicas, sociais, econômicas, ideológicas ou políticas hierarquizando os homens entre si e justificando dominação de uns sobre outros. Não por acaso me confidenciou um dia: "....ao que eu chamo Império do Espírito Santo, outros chamam 'sociedade sem classes'". Império esse que via afirmado

e ritualmente instaurado nas Festas do Divino Espírito Santo, populares, nos dois sentidos em que se entende o termo, em Portugal, no Brasil, nas Ilhas, e em toda a diáspora açoriana.

Aí o Menino coroado Imperador sintetizaria, simbolicamente, todo o potencial criativo da criança que, ainda não submissa às imposições socializadoras da sociedade (intrinsecamente repressiva), agora passava a regê-la: permitindo-lhe usar seus transitórios poderes rituais para, transgredindo, atualizar, simbolicamente também, a liberdade e a riqueza igualitariamente partilhada, no soltar do preso e no Bodo entre os pobres repartido na Festa.

Noutras palavras: para Agostinho era límpida e clara a convicção de que, se o Império seria, antes que tudo, interior a cada homem, ele só aconteceria desde que estivessem garantidas as condições materiais básicas das respectivas vidas. De ninguém ou quase ninguém se pode esperar que, mergulhado na fome e na embrutecedora miséria, tente ou possa alçar-se às mais altas e criativas dimensões do espírito. A transformação sócio-econômica do mundo, no sentido simbolizado na Festa seria, pois, pré-condição mesma para a atualização do proposto na *carta mítica*.

É portanto a esse conjunto de idéias – quase diria princípios, responsáveis pelas propriedades de um sistema futuro e antevisto ou proposto – que remete o pensamento de Agostinho, sem se preocupar em traçar regras precisas para esse tempo ainda a vir. Aliás, coerentemente: sempre considerou que os grandes erros da Ordem Franciscana foram, primeiro, o de se instituir como Ordem; e, segundo, o de obrigar Francisco a escrever uma Regra. Para Agostinho, institucionalizar e regulamentar foram sempre o espartilhar do poder criador, e sintoma de um começo de fim. Para ele esse não haver regra ou regras impostas surgia, pois, como garante de liberdade. Assim esboçado mais que definido, o utópico alvo apresentava-se-lhe, tenho razões para crê-lo, não como ponto localizável e alcançável no tempo, mas sim como ponto ucrônico para o qual tenderia, ao infinito, um vetor que seria o da História

do homem na Terra. E esta o ponto no espaço em que, tendencialmente também e também ao infinito, a utopia se iria tornando tópica.

Aí emerge, parece-me, um paradoxo em seu pensamento, o qual, como paradoxo, é provável que não recusasse: ao mesmo tempo que tinha aquela tendência como inevitável e necessária — embutida na *máquina do mundo*, diria talvez o Poeta –, achava imperioso haver permanente, concentrado e ativo empenho no esforço de se aproximar daquele utópico ponto. A isso dedicou por inteiro a segunda parte da vida (publicamente demarcada, sugiro, por sua *Reflexão*, escrita em 1956[15]), procurando despojar-se de tudo, material e não material, que lhe pudesse ser impedimento no caminho visado. Concentrado empenho quis dizer, para Agostinho, pensar, planejar e rezar; mas, simultaneamente, agir concretamente pela palavra, que fluía como se de um texto fosse, e pela escrita; e ainda pela muito direta intervenção no conduzir da coisa pública.

Nisso, furtando-se sempre a partidos e a seus jogos de poder, foi, sempre e antes de mais nada, político: já o fora na sua primeira fase portuguesa, a dos Cadernos, pondo à disposição de todos cultura como instrumento de liberdade e resistência à opressão. E na fase posterior, portuguesa e brasileira, pela criação ou utilização de meios institucionais que o instrumentassem rumo ao visado objetivo. Ao fazê-lo, passa, da formulação mitopoiética, à calculada formulação de estratégias políticas, no campo internacional principalmente. E com isso, voltam ele e Vieira a convergir: viam ambos, claramente, que só a partir da dura confrontação com a realidade sócio-política e da estratégica intervenção sobre ela poderiam avançar para os diferenciados e utópicos alvos que se propunham. Feito o paralelo, é agora momento de deixar Vieira e centrar atenção na política internacional de Agostinho.

***

Ao chegar à Bahia em 1959, trazia consigo uma intenção prática e duas idéias gerais que norteariam sua ação. Intenção prática era a de sugerir a Edgar Santos a criação de um Centro de Estudos virado para o estudo d'África e das relações desta com o Brasil; ampliado, veio ele a ser o já apontado Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade[16]. E as idéias gerais referiam-se ao quadro geral da distribuição do poder mundial naquela época e a suas perspectivas futuras, por um lado; e, por outro, ao papel que poderiam ter os vários povos dos territórios, independentes ou não, cuja língua de Estado[17] fosse o português, na América do Sul, na África e na Europa – exatamente nessa ordem, pois considerava a posição do Brasil como a de central importância.

Quanto à idéia sobre distribuição do poder mundial e a seu futuro, falou-me dela, primeiro, por volta de 1960 ou 61; e devo confessar que a achava, e por longos anos achei, pouco plausível e possivelmente absurda. Mas a esta opinião o tempo a corrigiu há pouco... Dizia ele que a principal oposição política de então se dava segundo um eixo leste-oeste e gerava dois hemisférios – o que era óbvio –, mas que isso teria mais ou menos curta duração – o que já não era tão óbvio assim. Sem se fazer ilusões quanto às forças que se opunham e às tendências imperiais de ambas, afirmava que cada vez mais se aproximariam União Soviética, Estados Unidos e Ocidente Europeu, com as respectivas áreas de influência mais próxima. E que dessa aproximação resultaria bem provável *entente*, na qual os mais ricos, industrializados, e, num certo sentido, "brancos", se uniriam ou pelo menos entenderiam para explorar os pobres, predominantemente agrícolas e de variegadas "cores". Nesse momento, a situação giraria noventa graus e a oposição seria norte-sul, com os correlativos hemisférios, impondo aos que ficassem abaixo do novo Equador (mais que geográfico, econômico e sociopolítico) a necessidade de se juntarem em defesa de si mesmos, e das transformações que Agostinho queria ver operadas no mundo.

Por sua distribuição em quatro continentes; pelos interesses comuns que os contrapunham ao Norte industrial; pelas relações históricas que os ligavam; pela possibilidade de se entenderem numa língua compartilhada; e ainda pela interpretação que fazia do papel de Portugal na História[18], considerava Agostinho da Silva os territórios de língua oficial portuguesa como elos, que, interligados, poderiam ser elementos e agentes, aglutinadores por excelência, dos povos e países "meridionais". Meridionais, é claro, essencialmente por sua posição relativa face aos industrializados do Norte; na perspectiva de Agostinho, ficava Portugal também abaixo do novo Equador que previa, e em certo sentido desejava, o qual, na Península, passaria pelos Pirinéus. Criar as condições para isso era importante na prática imediata, assim como importante era para os finais objetivos revolucionadores que a longuíssimo prazo pretendia.

Nesse quadro geral, com a maior parte da África emergindo em ainda frágeis independências, e Portugal isolando-se, submerso na ditadura e na vã esperança de conservar as colônias, havia um Brasil que desde 1955 ousava, e estava então pleno de auto-confiante afirmação. Só este reunia dimensões espaciais, potencial interno, econômico, científico e demográfico, e posição internacional de peso que permitisse liderar aquele aglutinante processo. Era isso que Agostinho queria desencadear. De mais a mais, o Brasil acrescentava, aos atributos que tinha para exercer liderança, o fato de estar lutando, na época, por sua própria autonomia e desenvolvimento econômico. Seria impossível descobrir neste país, ou imputar-lhe, pretensões imperialistas ou neo-coloniais: faltavam-lhe, mesmo, os pré-requisitos para tanto.

Os "subdesenvolvidos" não se poderiam sentir nunca ameaçados por uma política internacional, própria e decidida, do Brasil com relação a eles, e baseada nas premissas que esbocei.

Foi com tais intuitos que Agostinho propôs fundar o Centro de Estudos Afro-Orientais na Universidade da Bahia. Contra o que se possa pensar, não havia nisso intenção acadêmica: havia, sim, firme

determinação de o tornar instrumento de preconcebida política, no plano local, nacional e internacional.

No plano local, a principal iniciativa veio a ser bem simples, mas com repercussões maiores: atendendo ao interesse dos congregados no candomblé, e ao desejo, que tinham, de reforçar os tênues laços diretos que conservavam com África, iniciou-se um curso de yorubá[19]. A quem pretendeu fazê-lo, deliberadamente não se exigiu escolarização comprovada, com o fito de, assim, abrir a Universidade àqueles que, até então, estavam dela por completo excluídos: sendo esses, por ascendência ou religião, de extração majoritariamente africana. Registre-se que a experiência foi um êxito, e que, ao mesmo tempo, lançou bases para receber os futuros estudantes que Agostinho, como direi, planejava trazer de África.

No plano nacional, o Centro devia tornar-se um ponto de estudo e documentação que permitisse ao Brasil todo o possível conhecimento de África e Oriente, mas capaz também de acolher alunos e professores vindos de lá, e de os encaminhar, aquém-mar, para os centros de excelência brasileiros – na Bahia ou fora dela – nas respectivas áreas de especialização. Isso porque era patente que uma das mais graves carências dos nascentes Estados do continente fronteiro seria a falta de quadros técnicos, científicos, docentes e políticos: prepará-los no Brasil permitiria subtrair os estudantes e seus países à influência das antigas metrópoles, que, previsivelmente, logo desencadeariam políticas neo-coloniais. Treinar esses quadros aqui era contrapor-se a tais políticas, e, fomentando intercâmbios de idéias e pessoas, reforçar a ainda débil autodeterminação de seus povos. Por outra parte, estudar num mesmo país – o Brasil –, e sob o mesmo ambiente geral que então vigorava, simultaneamente cultural e político, ligaria, através de laços de comunicação e referência comuns, os futuros quadros especializados, entre si e com o país hospedeiro. Viria isto a ser relevante para uma futura política de articulações internacionais de largo alcance, no Terceiro Mundo de modo geral, mas num primeiro momento centradas no Atlântico Sul.

Era, portanto, no plano internacional que o Centro mais teria de avançar, tecendo uma teia de relações, primeiro epistolares e depois por contato direto, de início com os países da costa ocidental africana. Principalmente, com os do Golfo da Guiné e com o Senegal. Mais ao sul, a África boer estava fora de questão, por seu inclemente e ditatorial racismo; e as colônias portuguesas, fora de alcance a não ser por meios indiretos, que eludissem a vigilante atenção da metrópole.

Nessas últimas, a guerra ainda se gestava, fora de vistas, e dessa gestação quase nada se percebia entre nós, a não ser quanto à insustentável posição portuguesa numa África que sacudia o domínio europeu, e num mundo em que Portugal se marginalizara nas Nações Unidas. Pressupostos ideológicos e interesses de economia e poder manietavam a política portuguesa, dando-lhe renitente rigidez que forçosamente levaria à derrocada nas colônias. Como levou.

Prevendo ser ela historicamente inevitável, era opinião de Agostinho que se deveria erigir, varrendo os escombros da velha ordem colonial, um núcleo de poder baseado na articulação de todos os países de língua portuguesa. Num primeiro momento, constituída pelos antigos territórios coloniais que se tornassem independentes, e pelo Brasil; posteriormente, poder-se-ia quiçá pensar em organização internacional mais sólida, simples comunidade econômico-lingüística, aliança, ou talvez algo de tipo confederativo. Para evitar tentações e riscos de dominação centralizante, muitas vezes Agostinho me disse que, se a isso se chegasse e pudesse haver um órgão consultivo ou deliberativo comum, este deveria estar em Cabo Verde – que, apesar de central nas rotas do Atlântico, jamais teria meios de dominar ninguém.

Ideal seria se, um dia, Portugal entrasse no dito sistema, com status igual ao dos demais países; mas isso era inviável naquela altura, o que o deixou à margem de qualquer projeto. Isto apesar da importância que poderia vir a ter, por sua situação geográfica na encruzilhada das principais vias do Atlântico e do Mediterrâneo, para o acesso da futura comunidade ao mercado europeu, norte-africano e levantino.

Pelo conjunto de fatores que as subjugava, na política a desenvolver teriam grande importância e mereceriam especial atenção as colônias de Portugal, e por isso também os estudantes que delas viessem[20]. No Brasil, não haveria a difícil barreira da língua, e até certo ponto da cultura, o que lhes facilitaria não só estudar mas o adaptar-se às novas condições. Por outro lado, conviver num país multiétnico em que a pertinência étnica, cultural ou "racial" não implicava em limitadoras repercussões de ordem legal (apesar dos inegáveis problemas nas relações interraciais), poderia ser relevante no repensar de uma África em construção. Além de tudo, teriam aqui a possibilidade de discutir livremente, política ou o que fosse, num ambiente não totalmente estranho, e livre das peias político-policiais presentes em suas terras, em Portugal e em muitos dos países que recebiam bolsistas africanos. E não só discutir: aqui poderiam tentar, como efetivamente tentaram, contatos em caráter oficial ou pessoal visando a intermediação, brasileira, de uma solução política e negociada para o problema luso-colonial; contatos, aliás, que também o Professor veio a fazer[21].

***

Com tais premissas, começou Agostinho seu discreto trabalho no subsolo da Reitoria; desejava o Reitor que o Centro só viesse à luz quando já irreversível, tão certo estava de que sofreria forte oposição: as referências culturais eram, nos estratos dominantes da Bahia dos anos cinqüenta e sessenta, muito mais Europa e Estados Unidos do que África. Esta, na ideologia desses grupos, estava mais para Senzala do que para Casa Grande... Em poucos meses estabeleceu Agostinho uma rede epistolar com os principais centros e entidades científicas e culturais africanos, e com seus pertinentes órgãos governamentais. Articulava já a ida de professores e pesquisadores brasileiros, pois tornar o Brasil conhecido em África era tão importante quanto conhecer África no Brasil. Assessorando-o nisso, contava com o profundo

conhecimento e a longa experiência africana do etnólogo Pierre Verger, que ajudou e orientou também, aqui e lá, aqueles que se dirigiram à África; e contou ainda com o desinteressado e constante apoio, material inclusive, do amigo António Celestino.

Logo que houve recursos, saíram, para a Nigéria, posteriormente Ghana e outros Estados africanos, Vivaldo da Costa Lima, que ali ensinou Brasil e fez estudos antropológicos; e para o Senegal, Pedro Moacir Maia, que esteve, como Leitor, em Dakar por muitos anos. Foram esses os primeiros agentes de uma política cultural de aproximação com os povos do continente negro, a qual partiu da Universidade Federal da Bahia antes mesmo de que o governo sequer cogitasse a respeito. E de uma política que, não sendo casuística ou oportunística, nem restritamente acadêmica, visava desdobramentos de longo alcance, como acima deixei claro. Aos pioneiros seguiram, tempos depois, Guilherme Souza Castro e Yeda Pessoa de Castro, que ensinaram na Nigéria, e, bem mais tarde, Júlio Santana Braga, que trabalhou aí, no Benim (então Dahomé), no ex-Congo Belga e na Costa do Marfim.

Os primeiros a passar à costa d'África articularam, por sua vez, a possível vinda de bolsistas africanos para o Brasil. Por enquanto, reduzia-se isso a mera intenção; meios para tanto não havia, mas a semente ficava lançada. Veio então um imprevisto político: nunca vista avalanche de votos levou Jânio Quadros à Presidência da República. Logo no início de seu mandato, dera ele guarida aos homens do "Santa Maria"[22]: alguma coisa mudava na atitude internacional do Brasil. Logo depois, estalava a guerra em Angola. Atento às alterações políticas, Agostinho (não obstante haver, conscientemente, votado no opositor de Jânio), solicitou audiência ao Presidente.

Recebido e atentamente ouvido, expôs suas idéias para uma política africana; Jânio acolheu-as, e, daí até ao inesperado fim de seu governo, a interlocução entre os dois permaneceu constante, com idas e vindas de Agostinho entre Brasília e o Centro de Estudos Afro-Orientais. Houve também verbas que permitiram alargar as iniciativas

do CEAO, das quais a mais marcante foi concretizar a vinda de estudantes africanos para o Brasil; criadas as condições, o primeiro conjunto deles, oriundos do Senegal, Ghana, Dahomé, Nigéria e Camarões, chegou à Bahia em fins de 1961. Antes de se encaminharem às respectivas Faculdades, passaram por um aprendizado intensivo do português, que, graças ao talento e competência de Nelson Rossi e sua equipe, os levou a um bom uso da língua em menos de três meses. E com esse grupo aprenderam ainda, de nossos costumes, o bastante para se desembaraçarem sozinhos. Quanto aos estudantes das colônias portuguesas, os poucos a ultrapassar o cerco só mais tarde o conseguiram; e no Brasil estudaram também, na Bahia e em outros Estados. Importante foi igualmente a organização conjunta, pelo Itamaraty, Ministério da Marinha e Universidade da Bahia, da exposição sobre o Brasil que percorreu a África, a bordo do Navio Escola Custódio de Melo. Por fim, conseqüência lógica da evolução dessa política, foram credenciados o primeiro embaixador brasileiro na África livre[23], e vários embaixadores africanos no Brasil. Antes disso, o último deles viera do Daomé à Bahia no século XVIII.

A renúncia de Jânio em 24 de agosto de 1961 apanhou Agostinho de chofre. Ele mesmo o diz: defrontava-se com o ruir de todo um espaço político pertinazmente criado[24]. Pouco demorou a dar por concluído o que considerava ser sua tarefa baiana, e retirou-se para Santa Catarina e depois Rio e Brasília, ficando Waldir Freitas de Oliveira a dirigir o CEAO[25]. Foi nesta gestão[26] que finalmente desembarcaram na Bahia os primeiros bolsistas africanos, iniciando contatos e intercâmbio que acabaram, felizmente, por transbordar da esfera universitária e diplomática para se irem tornando espontâneos: basta lembrar as visitas à África por sacerdotes do candomblé, e, mais perto de hoje, as de marcantes artistas brasileiros. Mas especialmente significativa é, acredito, a ida a Angola, já independente, de representantes dos blocos afro do carnaval de Salvador – nascente forma de organização e afirmação político-

cultural da majoritária minoria que é, na Bahia, a de seus cidadãos de ascendência étnica africana.

***

Com o fim do Governo Quadros, ficaram em suspenso dois avanços políticos já em preparo. O primeiro pretendia, logo que as relações iniciadas ficassem mais sólidas, tentar um acordo entre os países que, no Atlântico Sul, fossem exportadores de produtos agrícolas tropicais; o acordo incidiria sobre os bens de mais larga importância nas economias e dietas dos "desenvolvidos" do Norte. Nesses anos, especialmente açúcar, café e cacau. Visar-se-ia assim ganhar maior controle dos preços, senão impô-los, e escapar às bolsas de Nova York, Londres e Paris. Era, de certo modo e muito antes, objetivo análogo ao que levou à formação da OPEP. Mas a renúncia impediu que sequer se dessem os primeiros passos concretos.

Impediu também, a renúncia, um outro movimento, e este muito mais ambicioso e ousado. Dele não tive, que me lembre, conhecimento na época, e ignoro quem mais teria. Soube disso por acaso, quando Agostinho já regressara definitivamente a Portugal (1969) e eu arrumava papéis seus, que ele deixara em Brasília e agora precisava. Entre estes, havia um texto de bastantes páginas, já em forma final, que, pelo estilo, tom e conteúdo, se destinava a ser lido por Jânio ou algum seu representante por ocasião da Conferência dos Não Alinhados, prevista para Belgrado em data que não recordo mas foi anterior[27] ao 25 de agosto de 1961. Por seu caráter geral, parece óbvio que Jânio estava a par do que continha; Agostinho também, pois o pusera por escrito: o estilo era seu, e a letra a da velha máquina que trouxera ao retirar-se para o Brasil. Não escrevia noutra, pois se habituara ao teclado português, diferente do internacional. Provavelmente Aparecido, Arinos, Murtinho e Ricupero sabiam do que ali era dito, mas disso não tenho certeza. Nunca mais pude localizar o documento, nem imagino que fim levou. Em suma, seu texto propunha, em pormenor, a formalização de

uma frente de países não-alinhados, tendo a liderá-la o Brasil – que tomava a iniciativa –, a Iugoslávia de Tito, o Egito de Násser, a Índia de Nehru e a China de Mao. Se isso se tivesse realizado, é fácil imaginar a força internacional que teria. E as repercussões históricas que certamente provocaria. Nas circunstâncias de então foi, creio, o máximo que seria possível tentar. E para Agostinho, um passo mais, e não último, em direção ao sonhado ponto u-tópico e u-crônico de que falei, e para o qual via a História tender.

***

À vista do que narrei, não me parece exagerado dizer que, no essencial e específico das relações com África, a política externa independente do Brasil foi inspirada por Agostinho da Silva. E levada a cabo por um pequeno grupo que em várias esferas de ação teve a largueza de vistas e a coragem de lhe compreender o alcance. Não fosse um simples e inexplicado acidente político, muito mais longe se poderia ter ido.

Finalizando: os fatos são esses, tal como os vejo; e deles procurei dar conta com o maior rigor e a isenção possível, tomando por objeto de entendimento o que pude conhecer e saber, em vivida e constante experiência. A qual, dizia o navegador, "é a madre de todas as cousas, por ela sabemos radicalmente a verdade"[28]. Ao leitor cabe julgar. Ou, citando Agostinho[29] quando cita D. Duarte, "quando for a determinação do que lerdes duvidoso, praza-vos de a deixardes em dúvida".

Cidade do Salvador, 29 de agosto, 1994

Notas

[1] Os sucessivos volumes da obra completa de Agostinho da Silva estão saindo pela Âncora Editora de Lisboa. Recentemente foi publicada também uma obra intitulada *Agostinho da Silva. Antologia*, cuja organização e apresentação couberam a Paulo Borges (Lisboa: Âncora Editora, 2006).

[2] No âmbito das comemorações do centenário de nascimento de Agostinho da Silva, foi publicada uma obra que representa um importante passo no reconhecimento do papel que ele teve na história recente do Brasil: *Presença de Agostinho da Silva no Brasil*. Organização de Amândio Silva e Pedro Agostinho. Vol. 1. Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa, 2007. Também um número especial da revista *Voz Lusíada* foi dedicado a Agostinho da Silva com vários artigos abordando os diversos aspectos de sua contribuição ao acervo cultural lusófono.

[3] José Aparecido de Oliveira, "Agostinho da Silva nas origens da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa", presente livro. Adriano de Freixo, no artigo "A Língua Portuguesa como Utopia: Agostinho da Silva e o Ideal da Comunidade Lusófona" (*Convergências Lusíadas*, 23, 1º semestre 2007, p. 26), considera Agostinho da Silva um dos mais importantes fundadores da ICALP, ao lado de Gilberto Freyre.

[4] AGOSTINHO, Pedro. "Agostinho da Silva". *Presença de Agostinho da Silva no Brasil*. Organização de Amândio Silva e Pedro Agostinho. Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa, 2007, p. 221.

[5] SOUSA, Antónia de. *Agostinho da Silva. O império acabou. E agora*. Lisboa: Notícias Editora, 2000, p. 42.

[6] SILVA, Agostinho da. *Vida conversável*. Brasília: Universidade de Brasília, CEAM, 1994, p. 91.

[7] Ibidem, p. 86-87.

[8] Ibidem, p. 87.

[9] Instituto Superior de Estudos Brasileiros. (Nota do Revisor)

[10] Refere-se Agostinho da Silva ao professor Gilberto Mendonça Teles, então diretor do Centro de Estudos Brasileiros. (Nota do Revisor)

[11] Deveria ser: euro-americanas. [Nota do Organizador]

[12] Refere-se à Centro de Estudos Afro-Orientais. [N. do O.]

[13] Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. [N. do O.]

[14] Data do falecimento de Agostinho da Silva (Porto, Bonfim, 13.02.1906 – Lisboa, Restelo, 03.04.1994). Latinista e filólogo por formação, educador, ensaísta, tradutor, poeta, biógrafo, ficcionista, divulgador e conferencista, professor e pensador, incursionou pela entomologia e pela pintura, cerâmica e azulejaria, trabalhou em história, e interessou-se por línguas, filosofia, teologia, matemática e outras ciências exatas e naturais. Mas foi, acima de tudo, desafiador de pessoas para uma liberdade e ousadia plenamente vividas.

[15] SILVA, Agostinho da. *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa.* Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura 1957. Edição portuguesa: Lisboa: Guimarães Editores, 1958, Coleção "Filosofia e Ensaios", (2ª ed. 1990); cf. GOMES, Júlio. *Esboço de Bibliografia do Prof. Agostinho da Silva.* Porto, datiloscrito, c. 1993-1994).

[16] Sobre a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, ver: SILVA, Agostinho da. O nascimento do CEAO. *A Tarde – Suplemento Cultural*, 30 de abril de 1994, p. 3; e SILVA, Agostinho da. *Vida Conversável*. Brasília: Núcleo de Estudos

Portugueses Universidade de Brasília; CEAM/UnB, 1994, pp. 106-120. Organização e prefácio de Henryk Siewierski.

[17] Na época, não se punha a distinção entre "*países* (ou territórios) *de língua oficial portuguesa*" e aqueles que a tinham como língua materna ou língua nacional. Para evitar ambigüidades quanto ao plano de realidade a que me reporto – essencialmente político –, prefiro a expressão "línguas de Estado" porque engloba todas as possibilidades presentes: a dos Países que só a têm como língua oficial, a do que a tem como tal e como língua materna de parte de sua população, e ainda o caso em que ela é oficial, materna e nacional. Pela ordem, refiro-me à África, ao Brasil e a Portugal.

[18] Sobre esta questão, ver a já citada *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*, e sua vasta produção de 1956 em diante. É impossível incluir aqui todas as referências bibliográficas pertinentes. Mas o já referido Sr. Júlio Gomes, do Porto, tem em preparo uma bio-bibliografia da obra de Agostinho da Silva, que se espera ver publicada em breve. Será exaustiva quanto a livros, opúsculos, folhetos e outras formas de publicação avulsa, mas não quanto ao que saiu nos vários tipos de imprensa periódica, ou nas edições xerográficas do próprio autor. (Cf. Júlio Gomes, inf. pessoal).

[19] Para ministrá-lo veio do Centro de Estudos Africanos de Londres o professor nigeriano Ebenezer Latunde Lasebikan. (Por falta de caracteres tipográficos próprios, substituí por um s o s com um ponto em baixo, que, na ortografia yorubá, indica consoante fricativa palatal surda [= port. *ch*]).

[20] Soube que dois deles – infelizmente sem recordar seus nomes – chegaram a Ministros de Estado após a independência, um em Cabo Verde, outro na Guiné Bissau. O primeiro foi por muito tempo professor de psicologia na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da

Bahia. O segundo, preso e expulso de Salvador e do país em 1964, aqui voltou e foi recebido com as honras devidas a um Ministro do Exterior.

[21] Ver em SILVA, Agostinho da. *Vida conversável*. Brasília: Núcleo de Estudos Portugueses; CEAM/UnB, 1994, p. 118-119, a narrativa de sua entrevista, no Rio de Janeiro, com o Embaixador de Portugal. Discutiram a guerra colonial africana, em data que ignoro mas foi anterior ao 25 de agosto de 1961; o diálogo acabou num impasse, grotesco se não fosse trágico, perante a rigidez salazarista. Muitas vidas, de um lado e outro, poderiam ter sido poupadas. Após isso, a Embaixada passou a pressionar o Itamaraty, cujo Secretário Geral insistiu junto ao Reitor no mesmo sentido: exigir a demissão de Agostinho da Silva. Cortante, até nos modos, Edgar Santos recusou redondamente.

[22] Navio de passageiros português que, a 21 de janeiro de 1961, após uma escala em Caracas, ficou sob o comando de um grupo de resistentes às ditaduras portuguesa e espanhola, integrantes do DRIL – Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação. Essa operação foi a primeira , em termos mundiais, em que um transatlântico foi desviado em alto mar, por motivos políticos. O líder português, Capitão Henrique Galvão, transformou o "assalto ao Santa Maria" num libelo de grande repercussão internacional contra a ditadura de Salazar. Durante o período de quase duas semanas em que decorreu a operação, o navio ostentou a denominação de "Santa Liberdade", pintada na torre de comando. Após negociações, o Presidente Jânio Quadros autorizou que o barco aportasse ao Recife, e garantiu o asilo político a todos os revolucionários. Foi a primeira decisão de grande porte, por parte de um Governo brasileiro, de inequívoco distanciamento dos regimes de Salazar e de Franco, com natural maior impacto em relação a Portugal. Essa atitude de Jânio reforçou a vontade de Agostinho da Silva em lhe apresentar suas idéias sobre uma política africana do Brasil.

[23] Raimundo Sousa Dantas, que serviu no Ghana.

[24] Sobre os contatos com Jânio Quadros e sua queda do poder, ver também *Vida conversável*, p.110-112.

[25] Até hoje, nesta ordem, foram Diretores do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia Waldir Freitas de Oliveira, Guilherme Augusto Souza Castro, Nelson Araújo, Yeda Antonita Pessoa de Castro e Climério de Oliveira (este, *pro-tempore*). Em 1994 é dirigido por Júlio Santana Braga. (Inf. pess. de Waldir Oliveira e de Júlio Braga).

[26] Como Diretor, de 1961 em diante Waldir de Oliveira tratou de manter o mesmo rumo, e o conseguiu, apesar das dificuldades e impecilhos. Estes provinham das súbitas e bem conhecidas condições políticas do país, e de uma rede de intrigas, urdida por pequeno mas ativo grupo de intelectuais, que se tornava influente por suas conexões em círculos de poder e nas altas esferas lítero-sociais. Eles, conhecendo bem as idéias de Agostinho, mas não conseguindo ou não querendo entendê-las, ou, pior, deliberadamente apropriando-se delas em benefício próprio, ao mesmo tempo as distorceram para melhor o difamar. Sem pejo, manipularam-nas para o acusar, a ele que se auto-exilara por convicção intelectual e política, de colonialista, fascista e até chantagista. Essa, quem sabe, a oposição que de começo Edgar Santos temia. Sobre eles e sua curta visão não mais me estenderei, a menos que algum expressamente mo peça. Mas devo dizer que foram decisivos no sustar de duas iniciativas com que Agostinho tentou prosseguir em sua política: a do Centro Brasileiro de Estudos Portugueses da Universidade de Brasília, e a do Museu do Atlântico Sul em Salvador da Bahia; mas essa já é outra história, que um dia posso contar. Com nomes, datas, feitos e fatos.

[27] Em versões mais curtas deste artigo, antes editadas, uma falha de memória fez-me incidir no erro de afirmar que a Conferência dos Não

Alinhados fora realizada após a renúncia de Jânio Quadros. Corrijo aqui esse lapso. No mais, mantenho o restante do texto, agora pela primeira vez publicado na íntegra. Devo a correção ao Embaixador José Aparecido de Oliveira, que transcrevo: "Quanto à menção ao texto para a Conferência dos Não Alinhados, peço licença para lembrar que o encontro de Belgrado se deu durante o Governo do Presidente Jânio Quadros. Para nossa honra, o observador pessoal do Presidente naquela Conferência foi o então jovem diplomata Araújo Castro, que servia na Embaixada em Tóquio e foi instruído a deslocar-se a Belgrado. Ainda não podíamos saber, naquela ocasião, que com aquele deslocamento se consolidava uma nova fase da diplomacia brasileira – a política externa independente – que teve em Araújo Castro fiel intérprete." Cf. FAX datado da Embaixada em Lisboa, 09 de novembro de1994.
As já referidas versões do artigo foram, pela mesma ordem: "Agostinho da Silva, 1959-1961. A Política Externa Independente do Brasil com relação à África". *Padrão*, 1(2): 8-9, 12-13. Salvador: Associação de Amizade Brasil-Portugal, 07 de setembro de 1994. (Versão reduzida, correspondente à segunda parte do presente artigo); e "Agostinho da Silva, o Brasil e a África". *Jornal de Letras, Artes e Idéias*, 14(628): 12-14. Lisboa, 09 de novembro de 1994 (Versão mais extensa do que a recém citada, mas com alteração do título e cortes de texto e de notas, feitos, por razões editoriais, pela Redação do *Jornal de Letras, Artes e Idéias*). Não tenho meios de dizer se o texto de Agostinho foi lido ou não em Belgrado; mas tudo indica que, pelo menos, informou a posição brasileira nessa Conferência.

[28] Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis, escrito em 1508.* (Cit. cf. SOARES, Luiz Carlos. A ciência dos Descobrimentos. *Ciência Hoje*, 17 (101):23. São Paulo: SBPC, 1994).

[29] *Reflexão à margem da literatura portuguesa*, 2ª ed., p.151 (não numerada).